



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – PPGHCA
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e Artes

OSMEIRE PINHEIRO DE MATOS

O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos anos de 2000 a 2016.

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacqueline Cássia Pinheiro Lima

Duque de Caxias/RJ

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

M433m Matos, Osmeire Pinheiro de.

O mapa da supervisão educacional em Duque de Caxias: as transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos de 2000 e 2016 / Osmeire Pinheiro de Matos. - Duque de Caxias, 2018.

186 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2018.

“Orientadora: Profa. Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima”.

Bibliografia: f. 127-136.

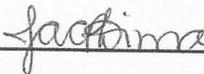
Osmeire Pinheiro de Matos

**O Mapa da Supervisão Educacional em Duque de Caxias: As transformações
ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos
anos de 2000 a 2016.**

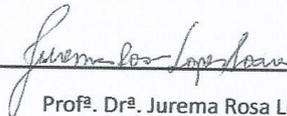
Exemplar apresentado para avaliação pela banca examinadora em

16/03/2018

Aprovado pela banca examinadora:



Profª. Drª. Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima
Orientadora
UNIGRANRIO



Profª. Drª. Jurema Rosa Lopes
Examinador Interno
UNIGRANRIO



Profª. Drª. Alexandra Garcia Ferreira Lima
Examinador Externo
UERJ

Dedico esta pesquisa a todos que de alguma forma colaboraram para que tudo acontecesse, principalmente a Deus que na sua infinita sabedoria me proporcionou esta oportunidade de estudar, à minha família, por ter tido paciência em todos os momentos de luta, a minha querida mãe, que sempre me incentivou a crescer, aos meus professores e amigos, que enriqueceram minha caminhada com suas experiências para que eu pudesse concluir mais um estudo.

A Deus, por permitir que eu conhecesse tantas pessoas boas nesta caminhada.

Aos meus amados mestres, por me direcionarem para o caminho certo na construção deste conhecimento tão valioso, em especial à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Jacqueline, à Prof^a Fátima Davi, no empenho em pesquisar o assunto, considerando-o essencial para a história da cidade, trazendo informações também do Centro de Memórias, o qual preside, e a todos os supervisores que colaboraram nesta pesquisa, destacando as Prof^{as} Luciana Arêas e Ilza Luzia.

À minha família, por ficar ao meu lado, sendo solidária em todos os momentos, não permitindo que eu desistisse.

À Universidade Unigranrio, pela oportunidade de realizar um sonho tão almejado.

Aos autores que se dedicaram a escrever sobre o tema, aos pesquisadores, aos anônimos, enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui e pudesse apresentar um pouquinho da história deste Município.

Precisamos conhecer o que fomos, para compreender o que somos e decidir o que seremos. (PAULO FREIRE, 1983, p.33).

RESUMO

Esta dissertação tem como tema: O mapa da Supervisão Educacional em Duque de Caxias: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos anos de 2000 a 2016. Busquei analisar até que ponto a função de supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias — RJ. Sua construção foi baseada em uma revisão de literatura e um estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os supervisores educacionais da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional e com Supervisoras aposentadas e observação participante. Foram recolhidos alguns dados referentes ao funcionamento da equipe de supervisão da SME/DC durante o período pesquisado. Especificamente busquei descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ — período de 2000 a 2016, além de relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após as formações e as intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ. Após a pesquisa, foi constatado que o Supervisor Educacional exerce mais influência no cotidiano escolar, na parte administrativa do que na parte pedagógica, pois há presença de outros fatores como: a política adotada pela gestão municipal, que interfere diretamente na atuação do Supervisor Educacional; a estrutura escolar, que dificulta muitas vezes o fazer pedagógico e dos profissionais envolvidos no contexto escolar. Portanto, a influência do Supervisor Educacional depende do contexto escolar e da política adotada no momento pelo poder público municipal.

Palavras-chave: Educação Pública. Gestão Pública. Supervisão Educacional

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the Map of Educational Supervision in Duque de Caxias: the transformations occurred in Duque de Caxias' Municipal Board of Education from 2000 to 2016. My intention was to analyze to what extent the work of supervisor has an influence on the performance of Duque de Caxias/RJ municipal schools' teams. It was written based on a revision of the literature and a case study. Semi-structured surveys were used as a form of instrument of data collection with educational supervisors of the Department of Supervision and Educational Guidance as well as with retired supervisors and observation in action. Some data were collected regarding the functioning of SME/DC supervision team during the researched period. Specifically we tried to describe the function of the Educational Supervisor over the last municipal public administrations in Duque de Caxias – from 2000 up to 2016. Besides, the intention was also to relate the outcomes achieved by the school teams, after intervention and training carried by the Educational Supervision of Duque de Caxias Municipal Board of Education. After the research, it could be seen that the educational supervisor has more influence on the school's day-to-day, more in that which concerns the administration than the teaching process. This is because there are other factors involved: the politics applied by the municipal public office, which totally interferes on the performance of the Educational Supervisor; the school structure, which, quite frequently, makes more difficult the teaching practice and the jobs of other professionals involved in the school context. Therefore, the influence of the Educational Supervisor depends on the school context and the politics conducted by the current municipal public power.

Keywords: Public Education; Public management; Educational Supervision

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Quantitativo de Escolas e alunos da Rede Municipal de Duque de Caxias, entre os anos 1996 a 2016.	075
TABELA 02 – Quantitativo de Supervisores Educacionais entre 2000 e 2016.	103

GRÁFICO

GRÁFICO 01 - Quantitativo de Supervisores Educacionais entre 2000 e 2016

104

LISTA DE GRELHAS

GRELHA 01 – Papel da CSOE/SME/DC.	111
GRELHA 02 - Intervenção da Supervisão no Cotidiano Escolar.	115
GRELHA 03 – Resultados obtidos após intervenção da Supervisão Educativa nas escolas.	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – O mapa do Município de Duque de Caxias	060
FIGURA 02 – Capa da Agenda de Supervisores da DSE, 2009	089
FIGURA 03 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2015	099
FIGURA 04 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2015	099
FIGURA 05 – Foto de participantes e Supervisores da Jornada Administrativa 2016	100
FIGURA 06 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2016	100
FIGURA 07 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2016	101
FIGURA 08 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2016	101
FIGURA 09 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2016	101
FIGURA 10 – Foto de participantes da Jornada Administrativa 2016	101
FIGURA 11 – Foto de lembrança da Jornada Administrativa 2016	101

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAE	Coordenadoria de Assistência ao Educando
CAESC	Coordenadoria de Alimentação Escolar
CBE	Conferência Brasileira de Educação
CEDES	Centro de Estudo e Desenvolvimento Educação & Sociedade
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEF	Coordenadoria de Ensino Fundamental
CFE	Conselho Federal de Educação
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
COIE	Coordenadoria de Inspeção Escolar
CP	Conselho Pleno
CPEM	Comissão de Planejamento da Educação Municipal
CPFPP	Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire
CRIE	Coordenação Regional de Inspeção Escolar
CSOE	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional
COTRAN	Coordenadoria de Transporte
DC	Duque de Caxias
DEC	Departamento de Educação e Cultura
DGE	Departamento Geral de Educação

DSE	Divisão de Supervisão Educacional
ESSE	Equipe de Supervisão Educacional
ETP	Equipe Técnico-pedagógica
FORPEG	Formação Pedagógica para Gestores
GE	Grupo de Estudos
GS	Gabinete do Secretário
IEDUCAR	Sistema de Gestão de Educação de Duque de Caxias
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OE	Orientador Educacional
OP	Orientador Pedagógico
PEE	Programa Especial de Educação
PL	Projeto de Lei
PMDC	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
PME	Plano Municipal de Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PNE	Plano Nacional de Educação
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RJ	Rio de Janeiro
SSAGP	Subsecretaria de Administração e Gestão de Pessoal
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SIE	Serviço de Inspeção Escolar
SMA	Secretaria Municipal de Administração

SME Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	020
1. O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL	027
1.1 Caminhos da Pedagogia	029
1.1.1 O Curso de Pedagogia como Ciências da Educação	038
2. SUPERVISÃO	042
2.1 O termo Supervisão	043
2.2 O papel do Supervisor Educacional	045
2.3 Abordagem da Supervisão nas escolas	049
2.4 A Supervisão Educacional e os desafios	051
2.5 Supervisão Educacional e o exercício da Democracia	054
3. HISTÓRICO DA SUPERVISÃO	058
3.1 O Município de Duque de Caxias	060
3.2 A Supervisão Educacional no Município de Duque de Caxias	062
3.3 A Supervisão na Gestão Municipal entre 2001 a 2004	076
3.4 A Supervisão na Gestão Municipal entre 2005 a 2008	082
3.5 A Supervisão na Gestão Municipal entre 2009 a 2012	084
3.6 A Supervisão na Gestão Municipal entre 2013 a 2016	091
4. MARCO METODOLÓGICO	106
4.1 Tipo de nível de investigação	106
4.2 Sujeitos da Pesquisa	109
4.3 Amostra	110
4.4 Alcance de Investigação	110
4.5 Análise dos dados	110
4.6 Organização dos resultados	111
4.7 Questões envolvendo a pesquisa com seres humanos	122
CONCLUSÃO	123

RECOMENDAÇÕES	125
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	137
APÊNDICES	166

APRESENTAÇÃO

Supervisão, esse nome às vezes assusta, mas com o tempo as pessoas vão se acostumando e percebendo que o termo não condiz com a atuação do profissional que está diariamente nas escolas e com o objetivo de fazer o acompanhamento dos trabalhos, realizados de forma a contribuir para o seu melhor funcionamento.

Hoje não cabe mais aquele profissional que fiscaliza, mesmo porque a concepção de Educação encontrada na equipe de supervisores não condiz com um profissional fiscalizador.

Entendemos Educação como forma de mudança social, e esta só se faz com colaboração, com amor, com conhecimento das pessoas que estão envolvidas no processo ensino e aprendizagem, com respeito às diferenças e com humildade.

Cabe ressaltar que o termo foi empregado na pesquisa por ser o mesmo empregado na Rede Municipal, servindo como forma de identificar e diferenciar o profissional que atua na escola do profissional que atua no órgão central.

Foi um estudo gratificante por se tratar do meu ambiente de trabalho, que merece ter sua história registrada, pois contribui para que a Educação de Duque de Caxias aconteça de forma mais humana e democrática. O supervisor municipal é um profissional que atua diretamente nas escolas, se envolvendo em seu cotidiano e fazendo parte dele, de forma que se sente responsável por contribuir para a melhoria da Educação no município.

Essa história não pode se perder e, ao pesquisar, percebi que não havia muitos dados. Busquei então parceria com o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHED, que procura manter viva a memória da Educação deste município, não especificamente da Supervisão. Com essa parceria, pudemos juntos entrevistar supervisores que atuaram no setor e contribuíram para a construção da Educação Municipal. Percebemos que os supervisores sempre foram atuantes, militantes das causas educacionais e que se essa parte da história não fosse registrada, talvez perdêssemos um período importante da história da supervisão.

Outra parceria importante foi feita com supervisoras aposentadas que fizeram a leitura do material para que dados fossem confirmados, visto que não havia documentos escritos. Foi importante a história oral, escolhida como técnica para coleta de dados, não sendo possível de outra forma.

O estudo se tornou não só meu e da orientadora da pesquisa, mas de todos que se interessaram pelo assunto e que, de alguma forma, atuaram como supervisores e se contagiaram com este momento único, de contar a história de um setor tão importante para a

SME. Cabe destacar a entrevista com a professora Ilza Luísa, que mesmo com a idade avançada, se interessou em contar a história por ela vivida como profissional da Educação de Duque de Caxias. História riquíssima, que merece ser aprofundada, quem sabe por outro pesquisador ou pesquisadora. O interesse em auxiliar na coleta de dados da professora Luciana Arêas também foi importante, pois, mantém contato com as supervisoras aposentadas e promoveu um encontro para que o assunto fosse tratado e os dados fossem confirmados. Realmente foi uma experiência única, sem a atuação dessa professora talvez não tivesse conseguido a fala, a opinião, a entrevista de tantas pessoas.

No sentido de contribuir para uma Educação mais humanitária e de qualidade, a pesquisa foi estruturada em quatro seções, em que traçamos um histórico da Pedagogia, por ser o curso ligado diretamente à função supervisora; um histórico da supervisão tanto em nível nacional, quanto estadual e municipal, descrevendo a função supervisora municipal desde o seu início até as gestões pesquisadas, entre os anos 2000 a 2016.

Não acaba aqui; este estudo é apenas um início de muitos que podem e devem surgir daqui por diante. Mesmo antes da defesa, duas pesquisadoras nos procuraram para que o material fosse utilizado, e o centro de memórias também nos apontou que o estudo já está sendo utilizado por outras pessoas, o que nos mostra que valeu a pena!

INTRODUÇÃO

Neste estudo o objeto é a Supervisão Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias, a Gestão Pública e, conseqüentemente, a Educação Pública. O tema justifica-se por tratar de um assunto que está sempre em voga, pois Educação Pública está nas discussões e pesquisas sobre o desenvolvimento educacional do país, em uma sociedade que exige de nós que decisões sejam tomadas, em um espaço mínimo de tempo, e nas escolas não é diferente. O cotidiano escolar, segundo Oliveira; Alves (2008, p.10) “não se reduz àquilo que é observável e organizável formalmente”. É complexo, e para compreendê-lo, é necessário, segundo as mesmas autoras, que: “estejamos dispostos a ver além daquilo que os outros já viram e muito mais: que sejamos capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada realidade...” (p.19). Exige, além de gestores dinâmicos e motivadores, uma equipe que esteja motivada e com um olhar holístico sobre os problemas e os fazeres da escola.

Em Educação, tudo é mais urgente, pois reflete necessariamente no processo ensino aprendizagem, que é o cerne técnico da escola, o qual é influenciado, dentre outros elementos, pelo tipo de trabalho oferecido pela equipe escolar. Por entender que a Educação não se faz apenas em sala de aula especificamente, além dos professores, a equipe diretiva, o secretário escolar e seus auxiliares precisam estar motivados.

A Supervisão Educacional e sua influência na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias confronta-se diretamente com essa problemática, sendo necessário investigar, pesquisar e oferecer alternativas de melhorias. O tema da dissertação é “O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ, entre os anos de 2000 a 2016, secretaria esta situada à Rua Prefeito José Carlos Lacerda, s/nº - 25 de Agosto – Duque de Caxias, Rio de Janeiro – RJ/Brasil, especificamente na CSOE — Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional. Essa Coordenadoria faz o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas escolas municipais de Duque de Caxias, que possui atualmente 178 unidades escolares e aproximadamente 78.994 alunos.

A investigação foi motivada a partir do trabalho realizado desde 1999 como Supervisora Administrativa na Rede Municipal de Duque de Caxias. Após esses anos de

atuação no setor, surgiu uma interrogação em relação à influência do Supervisor no desempenho das escolas municipais de Duque de Caxias. Portanto, foi levantada a questão central da pesquisa: “O Supervisor Educacional exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais”? Partindo dessa interrogação, foram formuladas as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Qual o papel da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ? Quais os resultados obtidos após as formações e as intervenções realizadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ, no período pesquisado? A ação supervisora interfere no cotidiano escolar a ponto de contribuir para um melhor desempenho?

Esta pesquisa possibilita contribuir para a indicação de materiais bibliográficos, normativos e instrucionais para o setor público. Como este é composto por seres humanos, que em sua maioria buscam ascensão pessoal e profissional, para isso torna-se necessário um motivo que os impulsionem a buscar novas práticas. Nesse sentido, entende-se que sem objetivo, sem necessidade, o ser humano não se sente impulsionado a buscar novos desafios. Os motivos que impulsionam o homem podem ter natureza intrínseca, extrínseca ou transcendente, o que Maslow *apud* Pisandelli (2003) identifica como necessidades, criando, assim, a “Hierarquia das Necessidades”, a qual difere de uma pessoa para outra.

No caso do Supervisor Educacional não é diferente, ele precisa de competências que o leve a conhecer melhor seus liderados, sua cultura organizacional, conceituada por Nasser, segundo Lück como sendo:

o conjunto de valores, crenças e tecnologias que mantêm unidos os mais diferentes membros, de todos os escalões hierárquicos, perante as dificuldades, operações do cotidiano, metas e objetivos, a motivação das equipes que acompanha, para que possa promover um trabalho de qualidade. (2010, p.71)

Mas como esse Supervisor está inserido em um contexto histórico, muitas vezes seu trabalho não depende somente de suas ações; o poder público e o modelo de gestão adotado por ele é que direcionam essa ou aquela ação, e o resultado na escola pode ou não ser positivo.

Em Duque de Caxias, como no Brasil de modo geral, o modelo de gestão passou e passa por diversas fases e influências. Um desses modelos é o modelo Patrimonialista, definido por Bergue como:

na perspectiva patrimonialista a gestão pública pode ser definida a partir de traços característicos marcantes, que traduzem ações sutis, capazes de refletir valores e crenças pessoais do dirigente, quais sejam: a propriedade pública confundindo-se com a propriedade privada do administrador; o aparelho administrativo do Estado como extensão do poder do dirigente; a tendência ao nepotismo, alicerçada, em geral nos seguintes valores: a) crença de que laços familiares constituem a mais plena garantia de lealdade; b) oportunidade de distribuição de oportunidade profissional ou riqueza para a família; c) garantia de maior probabilidade de convivência com eventuais desvios; os cargos, especialmente os comissionados, são considerados feudos passíveis de distribuição na forma de reconhecimento pessoal ou moeda. (2011, p. 233)

Outro modelo que pode ser adotado pelo gestor municipal é o Burocrático, que segundo o mesmo autor está associado conceitualmente a partir do tipo ideal descrito por Weber e tem como atributos: a eficiência, a profissionalização e os controles administrativos. Segundo Katz; Kahn (1987, p.181, *apud* Bergue, 2011), a eficiência “é principalmente um critério da vida interna da organização, interessando-se por seus aspectos técnicos e econômicos”. Bergue, em relação à superação desse paradigma destaca:

Os princípios da Administração Pública arrolados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, especialmente o da impessoalidade, explicam a exigência de objetividade e racionalidade dos atos da autoridade, consistindo na positivação da noção de autoridade burocrática, no sentido weberiano, no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, o que poderia ser considerado, no panorama internacional, como superado e sem novidade – a afirmação constitucional do paradigma burocrático – constitui no quadro constitucional e no direito administrativo brasileiro um marco importante”. (Bucci, 2002, p.108, *apud* Bergue, 2011).

Outro modelo seria o Gerencial, que busca resultados, em menos tempo e com poucos recursos e é uma tendência atual no serviço público, citado por Bergue:

Segundo a lógica gerencial, a administração deve concentrar recursos na gestão com vistas nos resultados, ou seja, o planejamento da ação, a organização dos recursos necessários, a condução do processo (direção) e o controle devem privilegiar como parâmetro de elaboração e avaliação o resultado das ações (2011, p. 237).

Nesse modelo, a delegação de tarefas é importante, transferindo também o poder de decisão para outra pessoa, escolhida para ser responsável por alguma tarefa ou trabalho. Diante disso, a comunicação na organização torna-se prioridade para que os objetivos sejam alcançados e pode ser definida, de acordo com o mesmo autor (2011, p. 529) como: “um processo de transferência de dados, informações ou conhecimentos a partir de um ponto de origem a um ponto de destino, seguido da devida compreensão”. A comunicação é importante e por isso há um maior investimento quanto às novas tecnologias, porque por meio destas, as informações serão veiculadas em menor tempo e para mais pessoas.

Em suma, Bergue afirma que:

de uma forma geral, o esforço orientado para a institucionalização de um modelo gerencial na administração pública brasileira encontra resistência nos fortes traços burocráticos consolidados, que decorrem de um padrão formal de natureza histórica, ao qual é associada uma carga de valores patrimonialistas advindos de uma herança cultural. Assim, a forma de condução dos negócios do Estado, *lato sensu*, de modo geral, está bastante distante do denominado paradigma gerencial. (2011, p. 239)

Dentro desse panorama histórico, a ação supervisora requer algumas competências e habilidades, e uma delas é saber trabalhar em grupo e mediar situações difíceis, identificando o momento e a maneira correta em intervir no fazer da escola e como desenvolver a equipe para o trabalho no cotidiano escolar.

O empoderamento, definido por Blanchard (2011, *apud* Matos, 2017, p. 73) como “o processo de liberação de poder que existe nas pessoas – seu conhecimento, sua experiência e sua motivação e direcionar esse poder à concretização de resultados positivos para a organização”, é muito importante para o desenvolvimento da equipe. O saber ouvir, a mediação de conflitos, a importância de cada um e seu papel no atendimento oferecido pela instituição, a responsabilização, são pontos fundamentais para que a qualidade do serviço melhore, sendo assim, este estudo assumiu

características de um estudo de caso na Secretaria Municipal de Educação, especificamente na CSOE – Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional, que faz o acompanhamento dos trabalhos das Equipes Diretivas e dos funcionários da secretaria escolar.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar até que ponto a função supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias – RJ. Os objetivos específicos foram: descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias – RJ no período de 2000 a 2016; relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após as formações e as intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

A escolha da temática se justifica devido à sua relevância, tendo em vista que este estudo pretende apresentar os aspectos significativos da função supervisora no município de Duque de Caxias; busca apresentar contribuição científica acerca da referida temática e, a partir desta análise, propor soluções para o problema. Logo, a temática abordada poderá servir como referencial para futuras pesquisas, já que apesar de ser um profissional imprescindível para o acompanhamento das escolas de Duque de Caxias, não foi encontrado acervo sobre a história dessa função no município e sua transformação no decorrer das gestões pesquisadas. Como o trabalho do Supervisor Educacional não é estanque em relação aos outros serviços oferecidos pela Prefeitura de Duque de Caxias, a política municipal implantada influencia na ação supervisora junto às escolas.

No Brasil pesquisas estão voltadas para o assunto “Supervisão”, e devido à necessidade de entendimento em relação ao conceito Supervisão e suas transformações no país, mais especificamente no município de Duque de Caxias, esta pesquisa pretende definir essa função, muitas vezes não compreendida, de acordo com o contexto histórico. A função faz parte da gestão, definida por Lück (2014, p.96) como “um processo pelo qual se mobiliza e coordena talento humano, coletivamente organizado, de modo que as pessoas, em equipe, possam promover resultados desejados”. Nesse sentido, tende a estar voltada para as mudanças sociais e procura atender as equipes escolares de acordo com suas necessidades, sendo importante o conhecimento das escolas em que atua.

No decorrer da história da Supervisão, o Supervisor atuou em diversos níveis e desempenhou diferentes funções. Atuou nos espaços escolares e no órgão central das diversas secretarias de Educação. Na escola, como diz Medina:

[...]oferece contribuição específica e importante no processo de ensinar e aprender, que é: trabalhar com o professor na identificação das necessidades, das satisfações, das perguntas, das respostas possíveis e das inúmeras dúvidas que vão surgindo no fazer diário, atuando em conjunto com o regente de classe. (1995, p.51)

No órgão central, segundo Rangel (2007) traz consigo uma conotação mais abrangente, que envolve os serviços das instâncias intermediárias e centrais do Sistema e da política da Educação. A autora define essa função como Supervisão Educacional e a atuação na escola como Supervisão Escolar. Esses termos são utilizados de forma diferenciada de acordo com a Rede de atuação.

No Estado do Rio de Janeiro, instituiu-se a Inspeção Escolar, tendo a função regulamentada em 2001 com a Portaria E/COIE.E Normativa nº 03, que define como objetivo da Inspeção Escolar “ações de caráter preventivo e sob a forma de orientação, visando evitar desvios que possam comprometer a regularidade dos estudos dos alunos e a eficácia do processo educacional” (site SEEDUC, 2016). Os chamados Professores Inspectores Escolares estão incluídos no Plano de Cargos e Salários do Magistério do Estado do Rio de Janeiro, inclusive a nomenclatura “Professor” foi mantida, garantindo, assim, os mesmos direitos dos docentes.

O Município de Duque de Caxias seguiu o modelo do estado do Rio de Janeiro. De 1963 a 1970, o Inspetor Escolar do estado era responsável pelo acompanhamento das escolas municipais. O serviço de Supervisão Escolar em Duque de Caxias foi criado em 1975, sendo responsável pelo ensino regular e supletivo. Em 1979 foi oficializado, e são criadas também as Supervisões de Caixa Escolar, Merenda Escolar e Bolsas de Estudos. Em 1983, a Supervisão Educacional passou a ter caráter pedagógico, além de verificar documentos escolares. Em 1999 houve o primeiro concurso para a Supervisão Administrativa. A DSE – Divisão de Supervisão Educacional, atual CSOE – Coordenadoria de Supervisão e Orientação educacional, é composta de duas equipes: uma de Supervisoras Administrativas concursadas para esse fim e outra de Supervisores Pedagógicos.

Em 2013 a ação supervisora sofreu mudanças, e muitos profissionais passaram a atuar nas escolas, permanecendo um quantitativo pequeno de Supervisores Pedagógicos, e não houve mudanças nas ações das Supervisoras Administrativas. O acompanhamento pedagógico praticamente não aconteceu, ficando sob a responsabilidade da CEF – Coordenadoria de Ensino Fundamental. A CSOE se restringiu a atender a Portaria nº 32/GS-SME/DC/2014, para assinatura de históricos escolares, nas escolas onde não havia o profissional responsável pela assinatura dos documentos. Além disso, fazia atendimentos ao público, atendia a algumas demandas relativas a conselho tutelar e participava de comissões de acompanhamento.

Dentro do quadro apresentado, no referencial teórico foram confrontados autores das áreas de Gestão Pública, Educação Pública e Supervisão Educacional.

A pesquisa foi estruturada em quatro seções. A primeira composta pela contextualização do tema e os referenciais teóricos. A segunda destina-se ao histórico da Supervisão Brasileira; a terceira destina-se ao histórico das gestões municipais entre os anos 2000 a 2016, e a quarta destina-se à metodologia, em que foi definido o universo da pesquisa, análise, organização e apresentação dos dados quantitativos e qualitativos, visto que se trata de um estudo de caso, com entrevistas de questões semiestruturadas. O estudo de caso, segundo YIN (2011, p. 4) “é um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual”. Ainda segundo o autor, o estudo de caso contribui para a compreensão dos fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade, bem como os motivos que levaram a determinada decisão. É uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. A quarta seção apresenta também a conclusão do estudo e as recomendações, além de contribuições para estudos futuros.

MARCO TEÓRICO

1. O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL

Ao pensar sobre a Supervisão Educacional, nos reportamos à educação primária no Brasil e também às influências do PABAEE.¹ Esse programa teve influência no modelo tecnicista nos anos 1960. Enfatizava as metodologias e as técnicas como solução para os problemas educacionais, como: evasão e repetência (PAIVA; PAIXÃO, 2013); mais tarde incluiu o currículo como um dos objetivos do programa e o papel do Supervisor nesse currículo. Vale lembrar que esses problemas são desafios até hoje.

As atividades desenvolvidas pela Supervisão no Brasil tinham o PABAEE como referência, e o trabalho desenvolvido era visto de forma positiva, em que, segundo Silva Junior (1986, *apud* Paiva; Paixão, 2013, p. 38): “[...] textos e documentos originários do PABAEE eram tidos para todos os efeitos, como material de primeira ordem e fonte obrigatória de atualização e aperfeiçoamento profissional”.

O autor afirma que em alguns estados do Brasil, como São Paulo e Goiás, a institucionalização da Supervisão Escolar adotou o modelo do PABAEE. Essa afirmação foi contestada por Garcia (1988) em relação ao modelo de Minas Gerais. Paiva; Paixão (2013, p.39) citam que a Supervisão em Minas Gerais surgiu com as reformas de 1906, implantadas no governo João Pinheiro, que introduziu a figura do Inspetor Técnico, atual Supervisor. Além disso, as atividades da Supervisão no Sistema de Ensino realizaram-se com as reformas de Francisco Campos ao final dos anos 1920. Para Garcia (1988), o PABAEE em Minas Gerais assumiu outra função, a de redefinição dos currículos e dos espaços de atuação do Supervisor nos órgãos centrais do Sistema de Ensino (PAIVA; PAIXÃO, 2013, p.41). Para Silva Júnior, a questão central do PABAEE era o currículo. Nesse quadro, o professor primário parece ser o

¹ PABAEE – Programa de Assistência Brasileiro - Americana ao Ensino Elementar. Apoiado em acordos gerais estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos, o Ministério da Educação e Cultura solicitou, em 11/04/1956, assistência técnica à Missão Norte Americana de Cooperação Técnica no Brasil (Usom-B) para a criação de um centro experimental de programa piloto de educação elementar em BH. Em 22/06/1956 foi autorizado o planejamento do programa e assinado o acordo com a Universidade de Indiana para realização de cursos para brasileiros que viriam a atuar naquele programa. Em 15/07/1957, o Diário Oficial publicou portaria do ministro da Educação e Cultura. Clóvis Salgado, atribuindo ao INEP, a execução do programa. O PABAEE iniciou suas atividades em julho de 1957 e em maio de 1964 cessou a participação americana direta na administração, mas as atividades se mantiveram; então o PABAEE passou a ser dirigido por Lyra Paixão. Em 06/05/1965, o PABAEE transformou-se na Divisão de Aperfeiçoamento (DAP) do Centro regional de Pesquisas educacionais João Pinheiro. (Paiva; Paixão, 2013).

foco do programa; no Brasil se pretendia formar educadores, que serviriam como multiplicadores das novas técnicas aprendidas nos EUA, portanto, nada melhor do que fazer isso nas Escolas Normais.

O Brasil enviou 14 professores para os EUA (13 deles foram imediatamente incorporados ao programa) com o compromisso de implantar um Centro Piloto, inicialmente em Belo Horizonte, com a seguinte formatação: Departamentos de Linguagem, Aritmética, Ciências, Estudos Sociais, Currículo e Supervisão, Pré-primário e Psicologia. Havia um serviço audiovisual e de classes de demonstração na Escola Primária do Instituto de Educação (PAIVA; PAIXÃO, 2013, p. 45). Havia no grupo quatro especialistas americanos que serviam de conselheiros dos brasileiros na implantação do programa. A atuação findou-se em 1964. As autoras destacaram o texto de Long² (que funcionaria como diretor do Instituto de Educação) sobre a preocupação do programa em trabalhar com as pessoas que mantinham e exerciam lideranças, levando os Supervisores a serem considerados agentes multiplicadores. Destacaram ainda as frentes de trabalho dos Supervisores no programa: a prática pedagógica na Escola Primária e os cursos oferecidos nas Escolas Normais iniciados em 1959 (p.49).

Pela demanda educacional, em 1961 foi incluída a formação dos Supervisores, pois Supervisores treinados poderiam treinar outras pessoas em serviço; mais tarde esse treinamento foi estendido aos Orientadores e Administradores.

Tratava-se agora, também, de treinar profissionais que ocupassem ou pudessem ocupar posições de liderança na administração do ensino e aqueles responsáveis pelas atividades de supervisão em escolas, em delegacias regionais de ensino ou em órgãos de planejamentos públicos. Assim, o PABAEE ampliou sua estratégia de resposta aos problemas do ensino primário. (PAIVA; PAIXÃO, 2013, p.52).

O que aconteceu foi que o programa se adaptou às necessidades da educação brasileira. Em Minas Gerais, por exemplo, os primeiros cursos realizados para

² Palavras de Charles M. Long – “Primeiro, nós estamos informados, de modo confiável, que os professores de Metodologia exercem grande influência nas Escolas de Demonstração. Conseqüentemente, parece ser imperativo trabalhar primeiro com as pessoas que mantêm e exercem liderança. Segundo os acordos básicos do PABAEE demandam que o programa de atividades tenha como foco o professor educador. Em nossa opinião os fundadores do PABAEE foram sábios em enfatizar a educação dos professores. O Brasil é um país extenso e o PABAEE é um projeto, relativamente pequeno. Os fundos e os recursos do Programa devem ser gastos em projetos que influenciarão o maior número de pessoas. Isto indica claramente, em vez de trabalhar com professores devemos trabalhar com pessoas que preparam professores de classes. (Long, C.M.18/04/1958, p.12, apud PAIVA; PAIXÃO, 2013, p. 48).

Supervisores aconteceram em 1960, quando 28 Inspectores foram formados. As autoras citam que nesse curso preocupou-se em deslocar a função de Inspeção para Supervisão e para elas as demandas cresceram porque não existiam em alguns estados brasileiros programas e currículos com objetivos, conteúdos e metodologias formulados, como existia no PABAEE e, devido a essa organização, o programa servia como referencial. Segundo Medeiros; Rosa (1985), o MEC propôs a criação de dois centros em cada estado, no Programa Emergencial (1962) e mais tarde no Plano Nacional de Educação – PNE. Esses centros eram mantidos pela União, assim como a formação dos Supervisores, que passavam a dar mais ênfase nas metodologias e técnicas como solução dos problemas educacionais, deixando de lado a discussão mais ampla sobre a Escola Primária (PAIVA; PAIXÃO, 2013, p.55).

O Município de Duque de Caxias enviou três professoras para a formação do PABAEE, em Belo Horizonte, como podemos constatar na entrevista da professora Ilza Luíza, que participou ativamente deste momento histórico da Supervisão.

Arroyo (2000, p.38) acredita que “a visão tecnicista da história sempre foi empobrecedora no campo da Educação Básica. Simplifica demais as análises de um campo social e cultural tão complexo e termina por adiar a solução dos problemas que pretende resolver reduzindo-os ao domínio de técnicas”. O curioso para ele é que os grupos técnicos, nos anos 1980, que tinham o poder, terminavam apelando para grupos como amigos da escola, comunidades da escola, comunidades solidárias, de compromisso da sociedade difusa. O professor primário diante dessa realidade era considerado incompetente e necessitava que lhes fossem ensinadas metodologias e técnicas e assim alcançaria o sucesso.

Passemos então a traçar o caminho da Pedagogia dentro do contexto brasileiro, bem como o histórico da Supervisão Educacional tanto no Brasil, quanto no estado do Rio de Janeiro e conseqüentemente em Duque de Caxias.

1.1 Caminhos da Pedagogia

A Pedagogia, como diz Libâneo (2000), existe desde que houve a necessidade de cuidar de crianças e promovê-las no contexto social, porém sua institucionalização

ocorre por volta do século XV, com a Modernidade. Segue citando Mialaret³ (1991, p.6), que define “Pedagogo: mestre ao qual se dá encargo de instruir e de educar um aluno, de ensinar-lhe gramática e de vigiar suas ações”. Para Libâneo (2000), o termo está associado ao saber, à instrução e à educação por meio do saber ou à ideia de formação.

A Pedagogia e toda a base do seu discurso teórico é fruto da modernidade, achando-se ligada a acontecimentos cruciais como: Reforma, o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Industrialização e a ideia como natureza humana universal, a autonomia do sujeito, a educabilidade humana, a emancipação humana pela razão. (LIBÂNEO, 2000, p.154-155)

No século XVII alguns filósofos deram contribuições à Pedagogia, como: Ratke, Comênio e Locke. Consideravam que o conhecimento vinha da experiência e que, portanto, era necessário um estudo sobre a natureza e o conhecimento das coisas. Consideravam a natureza da criança e sua individualidade. Para Libâneo (2000), não é casual que Comênio seja considerado o fundador da Pedagogia Moderna (apesar da polêmica em afirmar ser ele moderno ou não), em que afirma que a “a educação é a garantia da formação do homem para a humanidade e que a escola é uma oficina de homens, onde absolutamente tudo seja ensinado a todos” (COMÊNIO, 1957, p.155 apud LIBÂNEO, 2000, p.155).

O século XVIII é chamado o “Século da Pedagogia”, quando surgem alguns nomes da Pedagogia Clássica, dentre eles: Rousseau⁴ e Pestalozzi,⁵ que segundo, Ávila

³ Gaston Mialaret, pedagogo francês.

⁴ Para muitos autores Rousseau é considerado o “pai da Pedagogia Moderna”, visto que ele se preocupou com uma relação de adequação entre o conhecimento que era assimilado pelo aluno e a sua fase psicocognitiva. Dessa forma, Rousseau foi um grande crítico do sistema educativo que predominava na França em meados do século XVIII, pois para ele os alunos repetiam aquilo que aprendiam e não refletiam diante do conhecimento. Portanto, nesse sistema educativo vigente não havia uma preocupação de fato com a relação entre o conteúdo que o aluno estava entrando em contato e a faixa etária. Um dos pontos importantes do livro *Emílio ou da Educação* é que Rousseau mostra como é significativo fazer com que o aluno reflita sobre conceitos já aprendidos para concluir outras questões. Assim, esse é um ponto que devemos ressaltar na proposta pedagógica de Rousseau, de que os conceitos devem ser assimilados pelos alunos de modo que eles tenham a possibilidade de resolver questões práticas a partir desses conhecimentos. Fonte: Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/411>>.

⁵ Johann Heinrich Pestalozzi - nasceu em 1746 em Zurique, na Suíça. Na juventude, abandonou os estudos religiosos para se dedicar à agricultura. Aos 50 anos, foi chamado para dar aulas aos órfãos da batalha de Stans. Mais duas experiências se seguiram, em escolas de Burgdorf e Yverdon. Nesta última, que existiu de 1805 a 1825, Pestalozzi desenvolveu seu projeto mais abrangente, dando aulas para estudantes de várias origens e comandando uma equipe de professores. A criança, na concepção de Pestalozzi, “era um ser puro, bom em sua essência e possuidor de uma natureza divina que deveria ser cultivada e descoberta para

de Azevedo, no artigo sobre As Ideias Pedagógicas de Pestalozzi, este “intervém na história da Pedagogia, e conseguiu audiência superior a qualquer outro dos educadores contemporâneos por ter sabido definir e praticar alguns dos princípios imutáveis do acto educativo”(AZEVEDO, 2006, p. 33) Para Pestalozzi, a formação do carácter era mais importante do que a aquisição de conhecimento. Ainda segundo o autor, são cinco os princípios na Teoria Pedagógica de Pestalozzi: espontaneidade do acto educativo, ou seja, a educação não deve ser imposta: o objeto do aprendizado é um movimento da consciência individual; atribui ao termo intuição um significado próprio; a criança deve fazer as coisas por si própria, formar as ideias mediante actos que executa todos os dias; uma educação que ponha em exercício o cérebro, o coração, as mãos, assim denominado por ele de equilíbrio e força; e finalmente, considera a intervenção do educando na coletividade. Acredita na educação para melhorar a sociedade” (AZEVEDO, 2006, p. 33). Nesse século são desenvolvidas a educação pública estatal e a educação nacional. O século é representado pela formação plena do homem e de uma educação integral.

No século XIX inaugura-se a cientificidade da Pedagogia e, para Herbart, o saber sobre a educação desvincula-se da Filosofia e torna-se saber científico. Instituiu dois pilares para a Pedagogia: a ética (fins da educação) e a Psicologia (os meios da educação). (LIBÂNEO, 2000, p.157).

Libâneo cita que, no início do século XX Dewey faz críticas sobre Herbart, por considerá-lo exagerado no papel atribuído às matérias de estudo para o desenvolvimento mental e moral. Herbart acredita que a ideia de educação pela instrução é a formação do espírito por meio da matéria apresentada do exterior. Faz vínculo entre educação-sociedade, mesmo assim, Dewey reforça que ele não deixa de preservar a herança iluminista.

No Brasil, o curso de Pedagogia⁶ foi instituído em 1939, no Governo de Getúlio Vargas, formando os denominados Técnicos em Educação. Na mesma época outros cursos foram criados, os quais mais tarde realizaram estudos e pesquisas voltados à

atingir a plenitude".

Fonte: <

<https://novaescola.org.br/conteudo/1941/pestalozzi-o-teorico-que-incorporou-o-afeto-a-sala-de-aula>>.

⁶A Pedagogia é conceituada segundo Mazzotti (1998) como “uma rede de enunciados inferenciais sobre o fazer educativo ou rede de significações, não se confundindo com este, apresentando a possibilidade de seu exame por meio de análise da rede de enunciados, estabelecendo-se limites formais e empíricos da mesma. Dessa maneira, é necessário determinar qual a lógica subjacente àquela rede de enunciados (MAZZOTTI, p.27). Esse conceito foi construído no debate sobre a natureza da Pedagogia ou da Educação quando o autor apresentou argumentos que possibilitariam o estabelecimento da cientificidade da Pedagogia.

educação. Nos anos 1960 o curso de Pedagogia passa a formar bacharéis e licenciados, respaldado pelo Parecer CFE nº 251/1962. De acordo com esse parecer o Pedagogo⁷ passa a ser um professor com curso superior.

O currículo da Pedagogia era composto das seguintes disciplinas: 1º ano: Complementos da Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação; 2º ano: Estatística Educacional, Fundamentos Sociológicos da Educação; 3º ano: Educação Comparada, Filosofia da Educação. Psicologia Educacional (nos três anos); História da Educação e Administração Escolar (nos dois últimos anos). Eram formados bacharéis, e com mais um ano, os licenciados. Muitas críticas foram feitas devido à não definição da área de atuação dos bacharéis, que muitas vezes ocupavam as funções dos licenciados.

Em 1969, segundo Leme; Silva (2014, p.17), pelo Parecer do CFE nº 252/1969 foram criadas as habilitações do curso de Pedagogia, entre elas a de Supervisão Escolar. O curso de Pedagogia passa a formar “especialistas”⁸ em educação, como: Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Administrador Escolar e Inspetor Escolar. Não havia mais diferenciação entre bacharéis e licenciados, passando dessa forma a serem formados licenciados em Pedagogia. Santos (2012, p.134) considera que ao final dos anos 1960, buscou-se mais uma vez ajustar a educação brasileira ao contexto político-econômico da época por intermédio das reformas de ensino. E para tanto, foram definidas a dinâmica da estrutura das Faculdades de Educação e a regulamentação das habilitações em Educação, não só pelo parecer citado, mas também por meio da Resolução Federal nº 02, de 12/05/1969. Esses documentos legais, segundo o autor, fixaram o currículo mínimo, o tempo de duração do curso de graduação em Pedagogia e estabeleceram disciplinas obrigatórias.

Em outras palavras, pode-se dizer que o Parecer nº 252/69 e a Resolução nº 02/69, vieram regulamentar o Artigo 30 da Lei nº 5540/68, o qual dispõe sobre formação dos professores em nível superior para o Ensino de 2º Grau, sobre as disciplinas gerais ou técnicas e sobre o preparo dos “especialistas”, destinados ao trabalho

⁷Pedagogo – é um professor que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de “transmissão” e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, Pedagogo é um professor que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações. (LIBÂNEO, 2000, p.116 – 117).

⁸Especialista – Que se dedica exclusivamente ao estudo ou à prática de uma ciência, uma arte, uma profissão. Fonte: <https://www.dicio.com.br/especialista/>

de Planejamento, Supervisão, Administração e Orientação, no âmbito das escolas e dos sistemas de escolares. (SANTOS, 2012, p.135).

A finalidade era preparar técnicos/especialistas em diferentes habilitações. A carga horária do curso era de 2.200 horas distribuídas em no mínimo três e no máximo sete anos letivos. Santos cita a análise de Silva (1985, p. 59-60) em relação ao parecer:

Entretanto, nas entrelinhas se percebe a relação entre Planejamento e Supervisão com a coerência do modelo real: dicotomia entre decisão e ação, necessidade de uma elite planejar e controlar. Configura-se a Supervisão como função controladora e meramente executora, já, nesse ponto, impregnada da ideologia do sistema que “é necessária”, pois, conforme teor do texto: “já começávamos a ressentir-nos”. Isto se refere às tendências que histórica, econômica e politicamente se esboçavam: educação tecnicista adequada ao modelo social, político e econômico vigente. (SANTOS, 2012, p. 137).

Podemos observar que o trabalho dos especialistas se dava de forma fragmentada, pela divisão de funções, além de ser uma função não só técnica, mas política, servindo ao modelo imposto na época, de controlador.

O estágio supervisionado, dentro da área escolhida, se tornou obrigatório para o curso de Pedagogia; e para o registro de “especialista”, a comprovação em docência era obrigatória. Entretanto, somente por meio do Parecer Federal nº 867/1972 os critérios foram definidos, e o estágio das disciplinas pedagógicas, dentro da habilitação escolhida, passou a servir como experiência em docência.

Na década de 1970, segundo Leme; Silva (2014, p.17), surgiram as Associações⁹ de Supervisão Escolar, e o Supervisor passa a ter várias denominações, como acontece até hoje, dependendo da rede em que atua, por exemplo: no Estado do Rio de Janeiro há Coordenação Pedagógica que atua na escola com o objetivo de acompanhar o trabalho pedagógico junto aos professores, e há a figura do Professor Inspetor Escolar no órgão central, que faz o acompanhamento de todo o funcionamento da escola; em Duque de Caxias, há o Orientador Pedagógico, que atua na escola, e o Supervisor Pedagógico e o Supervisor Administrativo atuam no órgão central. O que vemos são várias denominações com atuações semelhantes.

⁹ASSERS – primeira associação de Supervisores Escolares do Brasil, fundada em 22/08/1972; foi resultado de lutas emergidas desde a década de 1960 que marcaram alguns acontecimentos, entre eles: a necessidade de os Supervisores se “agregarem para defender seus interesses”, pois sentiam-se discriminados pela LDBEN nº 4024/61 que legitimava apenas os Orientadores Educacionais. (Cadernos Pedagógicos 10, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Dez.,1996).

Em 1971 as faculdades de Educação passaram a oferecer formação aos Supervisores. As demandas cresceram devido ao contexto político, econômico e social brasileiro. O termo especialista era muito criticado e ainda o é, de acordo com Oliveira (2007), as habilitações que separavam o “especialista” do docente eram vistas como fragmentação e hierarquização do trabalho pedagógico (LEME; SILVA, 2014, p.18).

Segundo as autoras, uma nova nomenclatura surgiu como: Coordenação Pedagógica, para substituir o Orientador Educacional e o Supervisor Educacional com a justificativa da necessidade de integração dessas funções. Ao final de 1970, segundo Pimenta (1996, p.09) emerge o movimento de redefinição dos cursos de Pedagogia. A identidade do curso e do profissional foi questionada, apesar de o curso de Pedagogia ter sido regulamentado, em 11 de agosto de 1971 com a LDBEN nº 5692/1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, efetivando a função do Supervisor para atuar nas escolas:

Art. 33. A formação de Administradores, Planejadores, Orientadores, Inspetores, Supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

Art. 34. A admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição as exigências de formação constantes desta Lei. (BRASIL, 1971).

Nota-se a distinção entre as funções, as quais só poderiam ser exercidas por profissionais através de concurso público e que os Estatutos definiriam as características funcionais. Santos (2012, p.144) ressalta que a LDBEN nº 5692/71 foi planejada na cúpula do Sistema, sem qualquer consulta prévia a professores e/ou agentes educacionais, fazendo com que a Supervisão Educacional se tornasse assistencialista e controladora. Cita Braga (1997) quando afirma que a Supervisão tinha múltiplas finalidades para assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e aprimorar métodos e técnicas de ensino, bem como catalisar e fomentar mudanças no contexto educacional.

A função da Supervisão Educacional, tanto no órgão central quanto na escola, estava atrelada ao modelo social imposto e este muitas vezes não estava em consonância com as necessidades das escolas. Outro fato era que o professor era visto hierarquicamente como dependente do Supervisor, devendo ter uma atuação passiva,

tendo de aceitar todas as regras determinadas pela Supervisão. Na verdade, segundo Medeiros; Rosa (1987, *apud* Santos, 2012, p.147) a função supervisora era contraditória, pois na escola o Supervisor decidia e os professores executavam, e no órgão central, o Supervisor recebia as ordens e as executava nas escolas. Essa situação só contribuía para a polêmica em relação à identidade do curso de Pedagogia que continuava a ser criticada.

A década de 1980, segundo Santos (2012, p. 153), foi considerada como “década perdida”, o que pode estar relacionado ao fato de ter sido caracterizada pela transição da Ditadura Militar para a Nova República, pela mediação entre o antigo e o novo. Caracteriza a década do discurso reprodutivista, em que se denunciava, mas não havia mudanças concretas. Cita Martins (1997):

A década de 1980 iniciou com muitos problemas: profunda crise econômica; altíssimos índices de inflação e desemprego; recessão mundial; diversos planos econômicos (Cruzado I, Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão etc.); aumento da dívida externa; desvalorização dos salários; corrupção; desmandos; fortalecimento do capitalismo dependente; queda dos níveis de investimento; escassez do capital estrangeiro, redução acentuada das importações; entre outros (SANTOS, 2012, p. 154).

Diante dessa realidade, consequências ocorreram como: desigualdades sociais, miséria, aumento da mortalidade infantil, insegurança, refletindo na escola, aumentando os índices de repetência e evasão.

Mas nem tudo foi perdido, como disse Martins (1997), “[...]nesta época ocorreram grandes lutas pela democracia na maioria dos países latino-americanos” (SANTOS, 2012, p. 156). Alguns programas foram implantados voltados para a população mais pobre, como foi o caso dos CIEPs.¹⁰ Além de programas educacionais,

¹⁰ CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública, popularmente conhecidos como Brizolões. De acordo com Ribeiro (1986, p.16 e 17), a eleição de Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro ensejou o primeiro programa sério de reforma sistêmica escolar pública de primeiro grau. Foi criada então uma Comissão Coordenadora, a cargo do Vice-Governador, com poderes para elaborar um Plano Especial de Educação. A escolha da educação como prioridade fundamental responde, essencialmente, à ideologia socialista-democrática do PDT, Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola. Assim que assumiu, o governador tomou várias medidas emergenciais na área da educação, tais como: reconstrução da rede escolar, a transformação da merenda escolar de forma a assegurar diariamente 2 milhões de refeições completas às crianças de escolas públicas; e, ainda, o transporte gratuito de alunos que vestiam o traje escolar. O grande feito do governador, segundo Darcy Ribeiro, foi elaborar o Programa Especial de Educação com participação de todo o professorado do Rio de Janeiro. Com base no documento construído após debates, congressos, encontros, foram fixadas metas fundamentais do Programa Especial de Educação. A primeira meta era expandir a rede pública com o objetivo de extinguir o terceiro turno.

que tentavam inovar, o povo brasileiro passou por outras mudanças, como abertura política, organização de sindicatos, associações, grêmio estudantil — tudo isso refletiu na escola, tendo mais abertura para discussões relevantes. Alguns renomados educadores contribuíram para que a educação tivesse avanços, como foi o caso de Darcy Ribeiro e Paulo Freire, citado por Cambi:

os adultos foram envolvidos em discussões comuns, partindo de problemas locais e detendo-se em esclarecer conceitos e palavras, de maneira a fazer emergir uma tomada de consciência dos problema que superasse tanto o individualismo quanto o localismo. (1999, p.592)

Surge a Pedagogia Crítica dos Conteúdos, do Prof. Drº Demerval Saviani, que combatia o tecnicismo e o caráter reprodutor da escola, sem críticas. Foram criados também nessa década: o Movimento Nacional de Formação do Educador; as Instituições de Pesquisa, como a ANDE – Associação Nacional de Educação, a ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CEDES – Centro de Estudos e Desenvolvimento Educação & Sociedade.

Muitas discussões foram suscitadas, dentre elas a função política do Supervisor e o compromisso que este deveria ter com a classe popular. Para Santos (2012), a Pedagogia Histórico-crítica¹¹ de Saviani influenciou a Pedagogia, mas não forneceu

Outra meta foi de instituir progressivamente uma nova rede de escolas de dia completo, os CIEPs, que foram implantados em áreas de maior densidade e de maior pobreza. Projetados por Oscar Niemeyer, são edificações de grande beleza. Cada um deles compreende um edifício principal, de administração e salas de aula e de estudo dirigido, cozinha, refeitório e um centro de assistência médica e dentária. Num outro edifício fica o ginásio coberto que funciona também como auditório e abriga os banheiros. Um terceiro edifício é destinado à biblioteca pública que serve tanto para a escola como à população vizinha. No edifício principal se integram também instalações para abrigar 24 alunos residentes. Atendiam a 1.000 crianças de 1ª a 4ª série ou de 5ª a 8ª série, separadamente. Recebiam também ali aulas de recreação, de ginástica, três refeições e um banho diário. Cada Brizolão foi projetado para abrigar 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre as crianças abandonadas e que estivessem sob ameaça de cair na delinquência. Outra meta foi o aperfeiçoamento do magistério, tanto para profissionais que estavam em serviço quanto os que estavam ingressando no magistério. Isso se fez nos CIEPs e em Escolas de Demonstração, especialmente criadas com esse objetivo, através de programas de treinamento em Serviço e de Seminários de Ativação Pedagógica. O Programa produziu um vasto material pedagógico. Foram planejados 500 CIEPs, que atenderiam perto de um milhão de crianças e jovens. A grande conquista do PEE – Programa Especial de Educação do Rio de Janeiro, para Darcy Ribeiro, foi, por um lado, a mobilização da consciência nacional, e, por outro lado, a preparação de equipamentos capazes de levar à prática por todo o país soluções experimentalmente comprovadas para a criação da Escola Pública de que necessitamos. (RIBEIRO, 1986, p. 16-17).

¹¹ As propostas desta tendência foram desenvolvidas, no Brasil, por Dermeval Saviani, o qual se baseia em vários autores, como: Marx, Gramsci, Kosik, Snyders, entre outros. Junto a Saviani, temos vários outros educadores que elaboram a favor desta corrente, dos quais destacamos José C. Libâneo, Carlos R. J. Cury e Guiomar N. de Mello. Como as outras tendências progressistas, a crítico-social dos conteúdos também está preocupada com a função transformadora da educação em relação à sociedade, sem, com

soluções para os problemas, apesar de que muitos educadores puderam refletir sobre sua ação, assumindo uma atitude crítico-reflexiva sobre sua prática pedagógica. Sugiram, portanto, alguns movimentos como: Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, na CBE – I Conferência Brasileira de Educação e Comitês Estaduais de Educação, que procuraram dar continuidade à discussão iniciada.

Em face de toda essa discussão, a função supervisora sofreu muitas críticas, tendo sido considerada culpada pelo fracasso da escola, por não estar trabalhando ao lado dos docentes e por fazer o trabalho de reprodução do modelo da época. Foi um ano de muita crítica e pouca solução, talvez por esse motivo a década de 1980 tenha sido considerada e denominada “Década Perdida”.

Na década de 1990 há uma ênfase nas discussões e surge a necessidade do trabalho coletivo, sendo importante a integração da equipe no trabalho escolar. A vontade coletiva deve sobrepor à vontade individual. Santos considera que esse, dentre outros motivos, fez com que a década de 1990 fosse considerada a “Década da Metamorfose esperada”. Nesse contexto, lembrou que “ser competente é também ter um verdadeiro compromisso com os aspectos social, político, econômico e cultural da sociedade” (SANTOS, 2012, p.167).

Ainda de acordo com o autor, a função supervisora foi motivada a refletir sobre sua ação, redimensionando a práxis na escola em relação aos conceitos, fundamentos e processos educacionais, e para Rangel (2002, p. 74) “ressignificar a Supervisão Educacional tem dois sentidos: o de reconceituá-la e o de revalorizar a sua formação e ação, reconhecendo aspectos gerais, básicos e sua especificidade”. Para Freire (2016, p. 102) “a educação se refaz constantemente na práxis. Para ser tem de estar sendo”.

Assim, é necessário que a Supervisão tenha claro sua especificidade, que é definida em 1996, com a LDBEN nº 9394/96, no art. 64, a qual esclarece a respeito da formação dos profissionais da educação. Em 2003 o CNE define as diretrizes para o

isso, negligenciar o processo de construção do conhecimento fundamentado nos conteúdos acumulados pela humanidade. A Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, ou como também é conhecida, Pedagogia Histórico-crítica, busca: “Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências”. (ARANHA, 1996, p. 216). Pode-se perceber, na fundamentação dessa tendência, uma preocupação com a transformação social, contudo, para tal, parte-se da compreensão da realidade, a partir da análise do mundo do trabalho, das vivências sociais, buscando entendê-lo não como algo natural, mas sim construído culturalmente — torna-se importante no processo de transformação social a mediação cultural. (Fonte: Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/pedagogia/32706>>).

curso de Pedagogia. Em 2005, o Parecer CNE/CP nº 05, de 13/12/2005, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, extingue as habilitações do curso de Pedagogia. O Pedagogo passa a ter habilitação integrada e indissociável da docência, sendo, portanto, habilitado também para docência em Educação Infantil, Anos Iniciais, Disciplinas Pedagógicas do Curso Médio, Normal e Profissional, na área de Serviços e Apoio Escolar.

Em 2006 o CNE faz um reexame do Parecer CNE/CP nº 05/2005, que trata das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, através do Parecer CNE/CP nº 03/2006, que passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia nos termos do Parecer CNE/CP nº 5/2005 e desta Resolução assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96. § 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados. § 2º Os cursos de pós-graduação indicados no § 1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do Parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.394/96.

A pós-graduação em Pedagogia é aberta a todos os licenciados. A experiência docente, de acordo com o artigo 67 da LDBEN nº 9394/96, é pré-requisito para o exercício profissional. Em 2007 o Senado aprova o PL nº 132, de 2005, que em novembro de 2007 foi revogado pela Casa Civil, com a seguinte justificativa:

O Conselho Nacional de Educação definiu, especificamente que a carreira do Magistério é una, englobando tanto os profissionais que exerçam a docência como as demais atividades de magistério. A Resolução nº 03 de 08 de outubro de 1997, que “fixa diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios” não separa nenhuma das funções do magistério, considerando-as na sua unidade para definição da carreira. (SILVA, 2014, p. 21).

Podemos observar que o histórico do curso de Pedagogia é marcado por interpretações ambíguas e por discussões quanto ao seu objeto de estudo e quanto à formação necessária, o que não deixou de acontecer com a LDBEN atual, que tem como objetivo a formação docente. Portanto, a função do Pedagogo continua a estar sempre

em discussões a respeito de sua funcionalidade e finalidade. E aí surge uma indagação: o curso de Pedagogia pode ser considerado como Ciências da Educação?

1.1.1 O curso de Pedagogia como Ciências da Educação

Pesquisadores portugueses da Universidade de Lisboa, como Falcão e Estrela, discutiram o tema Ciências da Educação, e Estrela¹² propõe que se denomine Pedagogia a Ciência da Educação (1980). Para o autor a maior dificuldade:

Reside precisamente na caracterização das situações em que temos de exercer nossa ação, ou seja, a partir das quais haverá que se construir o projeto de intervenção. O professor “olha” a classe, mas não a “vê”. Não dispõe de instrumentos nem de metodologias de observação que lhe permitam detectar fenômenos de ordem pedagógica (ESTRELA, 1980:126, *apud* PIMENTA, 1998, p.44).

É necessário, portanto, que haja clareza quanto ao campo específico de atuação da Pedagogia, visto que integra conhecimentos de outras áreas do saber, como: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, dentre outras. Mas a diferença é que, especificamente, a Pedagogia se preocupa com o ato pedagógico, o qual envolve aluno, professor, contexto escolar, e outras áreas não se ocupam por não ser seu objeto de estudo. São variáveis importantes para o desenvolvimento do ato pedagógico e, que se relacionam com outros saberes; talvez por isso a interdisciplinaridade seja inerente ao

¹²O Professor Doutor Albano Estrela é professor catedrático de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação). Nessa Faculdade coordena os Mestrados de Ciências da Educação e é o responsável pela UNIFOP (Unidade de Formação de Professores e de Formadores). Investigador nas áreas da observação de classes e da formação de professores, é autor de múltiplos artigos publicados em revistas portuguesas e estrangeiras da especialidade. Também é autor de obras como a Teoria e Prática de Observação de Classes - uma Estratégia de Formação de Professores, Perspectivas Actuais sobre a Formação de Professores, A Técnica dos Incidentes Críticos (as duas últimas em coautoria com Maria Teresa Estrela). Tem orientado vários projectos de investigação em Educação, como o Projecto PLUX (Ensino do Português aos filhos dos trabalhadores portugueses emigrados no Grão-Ducado do Luxemburgo), projecto da Comissão das Comunidades Europeias. De 1983 a 1986, orientou o projecto FOCO, do qual resultou a publicação da obra intitulada Formação de Professores por Competências — Projecto Foco (Uma Experiência de Formação Contínua). Actualmente dirige o Projecto "ira" (investigação, reflexão, acção), projecto de investigação — formação contínua de professores assente no levantamento de necessidades de formação em situação profissional. Preside o Conselho de Acompanhamento da Reforma Curricular. É presidente da Section Portugaise de l' AIPELF /AFIRSE e, nessa qualidade, tem organizado diversos colóquios nacionais e internacionais sobre temas como "Investigação em Educação", "Investigação - Acção", "Reformas Curriculares em Países da Comunidade Europeia" (e orientado a publicação das respectivas actas). *Fonte:* Disponível em: <www.ipv.pt/millennium/albest_6.htm>.

trabalho pedagógico. Para Fazenda (1979, p. 8, *apud* Gadotti, p.2), a interdisciplinaridade é mais que método, é uma atitude, é, sim, uma postura, alicerçada em atitude de buscas, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento.

É claro que há críticas em relação à afirmação de se considerar a Pedagogia a Ciência da Educação. Pimenta (1998) considera a Pedagogia a Ciência da prática, que outros autores concordam por entenderem que não pode ser vista apenas como uma ciência descritiva, explicativa e interpretativa. Para Dias de Carvalho, citado por Pimenta,

“[...]será também uma ciência normativa em que a componente utópica tem papel central. É que essa ciência lida com um objeto inconcluído, não podendo, por isso, bastar-se o conhecimento de um objeto já construído. (PIMENTA, 1998, p.93)

Mazzotti sustenta a Pedagogia da prática porque:

O processo de desenvolvimento das ciências pode, então, ser avaliado como uma permanente descentração do sujeito face ao objeto; ou seja, como um percurso pelo qual o sujeito deixa sua centralidade para reconhecer que suas explicações são combinações das relações que mantém com o objeto. Dessa maneira, o objeto é compreendido como o “constructo”, um “protótipo”, um “modelo”, um “simulacro” do “real”, e este “real” jamais seria atingido em sua integridade. A teoria seria, então, a exposição do objeto e das relações que o sujeito do conhecimento estabelece com o objeto [...] (MAZZOTTI, 1994, p.6, *apud* PIMENTA, 1998, p.52).

Afirma ainda que:

Nesse sentido seria possível compreender a Pedagogia como uma ciência do fazer educativo, mas, como tal, não se confundiria com o próprio fazer, que permanece como atividade do educador (MAZZOTTI,1994, p. 6, *apud* PIMENTA, 1998, p.52).

Fica claro que os pesquisadores que sustentam tal afirmação o fazem por acreditarem que a Pedagogia da prática não se fecha com uma tecnologia, mas que há constantemente uma reflexão sistemática sobre a Educação, e várias variáveis são

consideradas, como: o contexto histórico, tanto do educador quanto do aluno, a práxis¹³ do educador e de que forma ela contribui para o processo de humanização dos homens. Como Pimenta (1998, p. 55) afirma “a Pedagogia não muda por si a práxis. Ela é instrumento para a ação. São homens, os educadores, que agem”.

A reflexão sobre Pedagogia como Ciência da Educação passa então por dois momentos, o primeiro, quando foram criadas as primeiras Cátedras Universitárias, e o momento posterior da Pedagogia Experimental (NÓVOA, 1998). O grande consenso, segundo o autor, é de que a Pedagogia pode ser ensinada e, portanto, há uma Ciência da Educação.

O que não se pode negar é que há um diálogo transdisciplinar com outros saberes e que teóricos de outras áreas deram grandes contribuições para as Ciências da Educação, por exemplo, o psicólogo Jean Piaget, o sociólogo Pierre Bourdieu e o historiador Philippe Ariès. É importante ressaltar que as pesquisas realizadas por teóricos de outras áreas se deram nos seus campos disciplinares de origem, não buscando, como diz Nóvoa (1998, p. 84), uma nova referência identitária no âmbito das Ciências da Educação.

Observamos que a função supervisora tem um foco diferente, sendo necessária a reflexão sobre o termo.

¹³ Práxis – o processo social global da afirmação humana da vida na natureza e na história, que a teoria precisa refletir em suas leis objetivas, com cuja utilização consciente o homem pode chegar a um planejamento e um domínio científico das forças naturais e da convivência social. (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 21, *apud* PIMENTA, 1998, p.55).

2. SUPERVISÃO

Nos últimos tempos, nota-se que tem havido mudanças na Educação, e muitas delas ainda estão por vir, como é o caso da mudança no Ensino Médio, por exemplo. Algumas geram polêmicas na sociedade, talvez pela forma como as mudanças são implantadas, causando conflitos entre as pessoas interessadas, como estudantes e Governo. Para Dourado:

[...]a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação, sendo assim, políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores, vinculados aos diferentes sistemas de ensino. (2007, p. 923-924)

Infelizmente, isso parece não ter acontecido. Tais acontecimentos não diminuem a importância da Supervisão, pelo contrário, impulsionam as Redes Públicas a repensar a função supervisora. As tendências de gestão vão surgindo, as questões vão aparecendo, e a ação supervisora contribui para que as demandas sejam atendidas e os conflitos sejam solucionados. Giancaterino, em seu artigo considera que:

O supervisor escolar representa um profissional importante para o bom desempenho da educação escolar, o grupo escolar, o qual deve opinar expor seu modo de pensar e procurar direcionar o trabalho pedagógico para que se efetive a qualidade na educação. Na atualidade o supervisor se direciona para uma ação mais científica e mais humanística no processo educativo, reconhecendo, apoiando, assistindo, sugerindo, participando e inovando os paradigmas, pois tem sua “especialidade” nucleada na conjugação dos elementos do currículo: pessoas e processos. Desse modo, caracteriza-se pelo que congrega, reúne, articula, enfim, soma e não divide. (2014, s/p.)

O Supervisor na década de 1990 passa então de controlador para aquele que acompanha o fazer escolar. Esse profissional deixa de ser aquele que controla os resultados para ser mais um em fazer que aconteça o processo ensino-aprendizagem, de

forma que o aprendiz¹⁴ seja atendido nas suas potencialidades e seja educado para atuar na sociedade como cidadão que é, tendo sua potencialidade respeitada.

É necessário, portanto, refletir sobre o termo Supervisão.

2.1 O termo Supervisão

Segundo Marinho (1980, p. 38 *apud* Santos, 2012, p.33), etimologicamente, a palavra Supervisão é constituída de dois vocábulos latinos: Super (sobre, excesso ou grau superior) e Visão (ação ou efeito de ver, ato da potência visual). É possível dizer então que, dentro desse conceito, Supervisor é aquele que consegue ver além, de cima, tem uma visão ampla, tem um olhar diferenciado, por ter conhecimento e experiência diferente dos outros.

Para Rangel (2002), Supervisão significar “ver sobre”. Com o passar dos anos, as ações da Supervisão foram mudando, incluindo, segundo a autora, expressões como: “Supervisão Educacional, Supervisão Escolar, Supervisão Pedagógica, Orientação Pedagógica, Coordenação Pedagógica”, dentre outras (RANGEL, 2002, p.75). A Supervisão é, portanto, uma função que existe em vários níveis: no âmbito escolar e no âmbito central, em que o Supervisor Educacional atua como elo entre a Secretaria e a Escola. Tem a função de acompanhar a escola desde a gestão até a prática em sala de aula. Alarcão diz que

é função do supervisor o desenvolvimento qualitativo da organização escolar, destacando algumas ideias-força: o desenvolvimento institucional acontece na interação ativa da instituição com o meio envolvente; a instituição é constituída de pessoas, profissionais, também elas em desenvolvimento pessoal e profissional; as instituições organizadas estruturam-se em subsistemas ecologicamente articulados; o desenvolvimento do ser humano, individual e coletivo, é a pedra de toque para o desenvolvimento organizacional; a liderança estratégica, baseada numa visão partilhada da escola, num pensamento sistêmico e no diálogo, é de importância capital; a resolução cooperativa dos problemas é fator de aprendizagem e de coesão organizacional; a linguagem, como expressão do pensamento crítico e fator de conscientização, aumenta o nível de empenho (2013, p.47).

É claro que nem todos os profissionais da escola se sentem à vontade com a presença do Supervisor Educacional, o considerando muitas vezes como “de fora”, mas isso depende da experiência que cada um teve com este ou aquele profissional. A visão

¹⁴ Aprendiz – “é o sujeito da ação pedagógica, ou seja, o indivíduo pensante e atuante em seu processo de ensino-aprendizagem”. (SIQUEIRA, 2014).

de cada um depende da experiência anterior com a ação supervisora. Outros consideram o Supervisor como parceiro, aquele que vai estar junto no momento do planejamento e durante o processo, até o momento da avaliação. Experiências desagradáveis são difíceis de serem esquecidas pelos profissionais, mas as experiências exitosas impulsionam outros a caminharem juntos com a escola por entenderem que pertencem à mesma Rede e fazem parte da mesma equipe, e o sucesso ou insucesso da escola será o sucesso ou insucesso de toda a Rede.

A escola é uma organização, e o sucesso de qualquer organização¹⁵ é, em parte, de acordo com Sergiovanni; Start (1978, p.09), determinado pelo bem-estar, pela competência e pela motivação do aspecto humano da escola. E o Supervisor Educacional, que tem uma função diferenciada dos demais profissionais da Secretaria, por ter de alcançar os objetivos através de outras pessoas, se torna, dessa forma, imprescindível pelo seu papel de Supervisor-Líder. Apesar de ter na função uma parte administrativa, o Supervisor não trabalha só com situações e ideias, mas com pessoas que pensam, que têm suas crenças, seus valores, suas motivações e que irão de encontro aos objetivos da Supervisão em nível central.

Algumas habilidades e competências são importantes para que o Supervisor-Líder trabalhe por meio de pessoas para atingir os objetivos da escola. Na administração tradicional “as pessoas eram vistas como acessórios dos administradores, enquanto estes buscavam os objetivos da escola”. (SERGIOVANNI; START, 1978, p.12). Esse modelo, segundo os autores, não é eficiente para o trabalho com o ser humano. Quando há resultados eles duram pouco tempo, frustrando o administrador e os demais e, conseqüentemente, a sociedade.

Com o cenário atual, não cabe mais esse tipo de administração, portanto, é importante pensar em uma administração democrática, em que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem possam ser ouvidos e possam participar das decisões

¹⁵ Organização é uma estrutura social que consiste em um conjunto de interações mais complexas e relativamente perenes, que tem em seus atributos essenciais a relação entre meios e fins; pautada pelo valor da racionalidade[...] as organizações públicas revestem-se de um conjunto de atributos que as fazem distintas das organizações que operam no espaço privado. Ex.: menor rotatividade, estabilidade das pessoas e do ambiente, a complexidade da atuação dessas organizações em termos dos produtos gerados – bens e serviços públicos, além das redes de interdependências que estabelecem com outros organismos congêneres [...]há, em tese, pouco espaço para informalidade e a vontade pessoal no trato com os negócios de interesse da sociedade e com o patrimônio público. (BERGUE, 2011, p.48-51).

tomadas de forma que a construção do fazer escolar seja coletivo. Nesse processo, o Supervisor tem papel fundamental, como diz Freire (1996, p. 120-121) é preciso que haja autonomia, e essa “vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas [...] uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade”.

2.2 O Papel do Supervisor Educacional

No contexto brasileiro a função supervisora surgiu nos anos 1970 com a finalidade de controle (SILVA JR., 1998, p.48 *apud* SILVA JR.; RANGEL, 2013, p.11). O objetivo era alcançar a eficiência e eficácia defendidas na teoria taylorista. O Supervisor era considerado o profissional que garantiria as políticas decididas no órgão central. Seu papel era o de verificar se as políticas educacionais decididas pelo governo eram efetivamente implantadas nas escolas. Verificava toda a parte documental e os resultados alcançados.

Com o processo histórico de autonomia sofrido pela escola e pelos profissionais que ali trabalhavam, não cabia mais o papel do Supervisor como controlador. O trabalho realizado hoje nas escolas é um trabalho coletivo, em que cada vez mais os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem têm mais voz, e o Supervisor passa então a fazer parte dessa equipe, a ser parceiro da escola e passa a construir junto com todos os outros que ali estão a proposta pedagógica que represente a identidade da escola.

Para Alarcão (2013, p. 12), a Supervisão passa de escolar para pedagógica e tem a função de assistir ao professor, no planejamento, no acompanhamento, na coordenação, no controle, na avaliação e na atualização do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Para a autora, a Supervisão Pedagógica dirige-se ao ensino e aprendizagem, e seu objeto é a qualidade do ensino. Apesar de a palavra qualidade ser subjetiva e depender do grupo onde se atua, Alarcão ressalta que:

Tem dependido fundamentalmente de si e do sujeito de formação em que participa a orientação a imprimir à sua atuação, podendo esta assumir tendências de reprodução ou de inovação, perspectivas tecnicistas ou emancipatórias, consoante a filosofia defendida (2013, p.16).

A realidade da sociedade fez com que o Supervisor ocupasse outros papéis, tornando sua atuação mais ampla, dentro de uma escola que é uma organização aberta e complexa e, que a cada ano mais papéis passa a desempenhar devido às mudanças ocorridas no cenário político-social de nosso país.

Diante desse cenário o Supervisor passa a ocupar outras funções, que Alarcão (2013, p.35) define como o objeto da Supervisão “o desenvolvimento qualitativo da organização escolar e dos que nela realizam seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por meio de aprendizagens individuais e coletivas, incluindo a formação dos novos agentes”.

A tarefa não tem sido fácil para aqueles que se dedicam a essa função, mas ao mesmo tempo isso faz com que o Supervisor não permaneça em sua zona de conforto,¹⁶ há um privilégio em contribuir com o desenvolvimento de uma organização aberta, que é a escola, que está sempre em desenvolvimento, que interage com o ambiente que a rodeia e estimula a criar espaços de aprendizagens. Senge (1994, p.14) criou o conceito de organização aprendente, que define como “organização que está continuamente expandindo sua capacidade de criar o futuro”. (ALARCÃO, 2013, p.36)

Continuando com Senge (1994, *apud* Alarcão, 2013, p. 37 - 40), o autor considera que há cinco componentes básicos numa organização aprendente: domínio pessoal, modelos mentais, visão partilhada, aprendizagem em grupo e pensamento sistêmico.

- 1- Domínio pessoal — saber o que se quer alcançar de acordo com os objetivos traçados.
- 2- Modelos mentais — capacidade de refletir e aprofundar ideias.
- 3- Visão partilhada — construção feita no coletivo.

¹⁶ Zona de Conforto é um termo oriundo do âmbito da Psicologia e que tem se tornado bastante popular nos últimos tempos. Zona de conforto basicamente designa a atitude das pessoas que tendem a se acostumar com um estilo de vida, de comportamento e de pensamentos, demonstrando satisfação com seus hábitos e condição de vida, não se esforçando em nada para evoluir ou mudar algum aspecto de sua existência para melhor.

Fonte: Disponível em: <<https://www.meusdicionarios.com.br/zona-de-conforto>>.

4- Aprendizagem em grupo — capacidade de aprender no grupo, evitando que os talentos individuais sobreponham ao coletivo.

5- Pensamento sistêmico — capacidade de ter visão de conjunto, de compreender as relações.

Corroborando com o autor, o diálogo é essencial para que uma organização aprendente se desenvolva. É preciso mudar a forma de pensar, de interagir, e essa mudança deve ser pessoal. Se não conseguirmos mudar a nós mesmos, a nossa maneira de pensar, de agir, nossos comportamentos, não mudaremos a organização.

Nesse contexto escolar, Alarcão afirma que a função do Supervisor consiste em fazer leituras dos desafios, apoiar as pessoas no processo de aprendizagem. Afirma ainda que a função supervisora exige uma capacidade de observação antecipada para detectar desafios emergentes, de conceptualização de intervenção estratégica, de comunicação interpessoal e de persistência de avaliação monitorizada de processos e resultados.

Com base nas ideias de Alarcão, é possível pensar no papel do Supervisor nas escolas como um profissional que constantemente reflete sobre a prática e as teorias que embasam sua ação. Boas (2006, p.64) diz que “a prática da supervisão exige, da parte do Supervisor, uma constante avaliação crítica de seu próprio desempenho e um esforço continuado de aperfeiçoamento como técnico, mas especialmente como pessoa”. É necessário, portanto, que o Supervisor tenha um novo olhar para as escolas, e isso nos remete à formação. Ela contempla os novos fazeres, os novos desafios encontrados como Supervisor? Nessa reflexão Alarcão (2013, p.51) faz uma síntese das características fundamentais da Supervisão numa escola reflexiva, que para a autora é: a escola que interage entre as partes e o todo institucional, entre estratégias planejadas e estratégias emergentes, entre instituições e meio envolvente. Escola que dialoga com os vários atores e interage com o pensamento e a ação. Escola que sabe ler os acontecimentos.

Quadro 1 - Síntese das características fundamentais da Supervisão numa escola reflexiva

Dimensões	Escola reflexiva
A. Saberes profissionais	
A1. Abrangência	Escola
A2. Natureza	
B. Formação profissional	Saber em novas configurações.
B1. Abordam metodológica	Análise dos problemas e procura de soluções.
B2. Atores	Professores e Supervisor.
C. Avaliação profissional	
C1. Finalidades	Desenvolvimento profissional
C2. Modalidades	Formativa
C3. Responsáveis	Supervisor e Professores
D. Papel da escola no processo de formação	Escola reflexiva como organização aprendente.
E. Referenciais teóricos	Schön, Senge, Mintzberg e Bronfenbrenner.

Fonte: Rangel (2013, p.51).

No município de Duque de Caxias o Supervisor atua no âmbito central, como elo entre as escolas e a SME, fazendo acompanhamento da parte pedagógica e administrativa. O Supervisor Pedagógico, corroborando com os autores citados, deve trabalhar especificamente com o ensino e a aprendizagem, fazendo articulação entre os elementos desse processo: “professores, alunos, objetivos da escola, os conteúdos trabalhados, os métodos utilizados, a avaliação, a recuperação e o contexto escolar”. (RANGEL, 2013, p.58). O acompanhamento do cotidiano escolar é importante, bem como a realização de formações para os profissionais da escola e assessoramento da Equipe Técnico Pedagógica nos desafios encontrados, dentro do limite da ação supervisora.

A Supervisão Administrativa, que também faz parte da CSOE, atualmente faz acompanhamento do trabalho administrativo, realizando formações e assessorias para gestores, equipe técnico-pedagógica, secretários escolares e auxiliares de secretaria, a fim de que o trabalho administrativo possa servir de suporte para o trabalho pedagógico, garantindo a regularidade de vida escolar dos alunos.

A função supervisora definida por Rangel (2013) como “visão sobre” faz com que o supervisor administrativo tenha mais responsabilidade no trabalho escolar, tendo consciência de que a parte humana seja levada em consideração. E para isso, são necessárias algumas competências e habilidades, evitando que o trabalho administrativo seja um entrave no trabalho pedagógico. Além da competência específica exigida no concurso público,¹⁷ realizado para esse fim, é necessário que o Supervisor tenha um bom relacionamento interpessoal, tenha a visão do todo, do contexto atual no qual a escola está inserida, ser objetivo sem que a subjetividade seja desconsiderada, estar aberto às novidades, às novas tecnologias e ter a visão de partilhar informações e conhecimentos. É preciso humildade, como diz Freire (1996, p. 137) “a humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém[...]”.

Percebemos que a atuação da Supervisão Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias é diferente de outras Redes, pois é composta de Supervisores Pedagógicos, (Orientadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais que atuam na função), Supervisores Administrativos e Psicólogos — todos atuando de forma integrada visando o melhor desempenho da unidade escolar.

É imprescindível que a coordenadoria tenha clareza quanto às funções específicas de cada um, sem que esses profissionais se tornem “ilhas” em suas atuações, sendo fundamental a definição da abordagem a ser praticada nas escolas, pelos Supervisores.

2.3 Abordagens da Supervisão

Sobre a ação supervisora Alarcão (2013, p. 18-20) fez uma análise e sistematizou de forma a esclarecer suas ideias. Para ela há seis abordagens supervisivas diferentes: artesanal, comportamentalista, clínica, reflexiva, ecológica e dialógica.

¹⁷ Concurso público para a função de Supervisor Administrativo - realizado em janeiro de 1999 pela PMDC/RJ e a posse dos candidatos aprovados e convocados através do Edital 01/99 de 28/02/1999. Após a posse os Professores Especialistas foram empossados para a função de Supervisores Administrativos, recebendo os memorandos em 05/04/1999, para o Departamento Geral de Educação a contar a partir de 03/03/1999, iniciando suas atividades em 17/03/1999, na SME/DC. Nota-se que os Memorandos recebidos pelos Supervisores Administrativos estão com lotação para o DGE, mas os profissionais sempre atuaram na ESE, atual CSOE. Fonte: CSOE, 2017.

- Abordagem Artesanal, para a autora, consiste em colocar o aprendiz professor junto do mestre professor, o prático experiente, aquele que sabe como fazer e quer transmitir sua arte ao novato, que o toma como modelo.
- Abordagem Comportamentalista – aquele que pode assumir uma natureza mais mecanicista ou mais racionalista.
- Abordagem Clínica — toma a sala de aula como espaço clínico no qual se observa, se diagnostica e se experimenta e considera o Supervisor como o colega, o colaborador, aquele que orienta, apoiando, questionando e disponibilizando-se para ajudar outro colega.
- Abordagem Reflexiva — é alicerçada na metodologia formativa, na reflexão como forma e desenvolve um conhecimento profissional contextualizado e sistematizado numa permanente dinâmica interativa, entre a ação e o pensamento.
- Abordagem Ecológica — toma-se em consideração as dinâmicas sociais e, sobretudo, a dinâmica do processo sinérgico da interação entre o sujeito e o meio que o envolve.
- Abordagem Dialógica — valoriza o papel da linguagem no diálogo comunicativo, na construção da cultura profissional e no respeito pela alteralidade assumida na atenção a conceder à voz do outro na consideração de Supervisores e Professores como parceiros na comunidade profissional.

Não cabe aqui definir se esta ou aquela abordagem é a melhor, mas apenas refletir sobre a ação supervisora no âmbito escolar, pois as abordagens provêm de diferentes concepções relacionadas a várias questões educativas, que Alarcão assim enumerou:

Relação entre teoria e prática, investigação e ação, investigação e formação, noção de conhecimento como saber construído ou a construir, formação como transmissão de saberes ou construção pessoal de saberes, caracterização das dimensões do conhecimento profissional, definições de conteúdos a priori ou derivados das necessidades de formações dos professores em ação... (2013, p. 16-17)

Continuando, enumerou ainda:

Aplicação do saber numa perspectiva de racionalidade técnica ou capitalização do saber experiencial numa perspectiva de racionalidade prática, papéis do professor e do formador de professores, noções de educação e formação de professores, valorização da autoformação ou da formação em colaboração, assunção da escola como centro de formação ou de mera estação de serviço à formação, noção de escola

como instituição executora de políticas exógenas ou como organização aprendente com projeto próprio. (2013, p. 16-17)

Cabe ao poder público a reflexão sobre a escola que se quer e a escola que se tem e, mediante a constatação da realidade, é que está inserida a ação supervisora, pois esta não se dá de forma isolada; faz parte de um contexto histórico, em que vários fatores são considerados. O desafio do Supervisor está em ter clareza desse contexto histórico no qual a escola está inserida, contribuindo para a qualidade do ensino e da aprendizagem, de forma mais abrangente, não se resumindo apenas na sala de aula, mas em toda a escola, de forma que ela seja reconhecida como lugar de oportunidades de aprendizagens para todos.

2.4 O desafio da Supervisão Educacional

Os profissionais da Educação em sua maioria trabalham muito. São horas de dedicação a planejamentos, atividades, para que o aluno possa receber o melhor. Mesmo assim, a educação continua num patamar ruim em relação a outros países.¹⁸ Por que nossas crianças não conseguem ser alfabetizadas em três anos, como é proposto no Ciclo de Alfabetização?¹⁹ Por que o Ensino Fundamental não corresponde aos anseios da população, que é de receber uma Educação de qualidade? Como se faz Educação de qualidade?

A criança não pode ser culpada pelo fracasso da escola, tampouco o professor. Há vários elementos que influenciam a qualidade da Educação. Talvez aí o Supervisor tenha participação efetiva no momento de promover reflexões sobre a situação da educação brasileira. Como o Supervisor poderia atuar? Ronca; Gonçalves (2006, p.30) afirmam que: “a prática do Supervisor se dá numa sociedade de classes, que apresenta sérias contradições tanto no próprio Sistema Educacional como na forma de se encarar a Educação”. Outros autores falam sobre as verbas da Educação, que são diminuídas, a

¹⁸ Fonte: [OECD Better Life Index](#).

¹⁹ Ciclo de Alfabetização – (...) compreende a alfabetização como processo contínuo, desenvolvido em 03 anos, sem seriação, no ensino diurno, relativos às antigas CA, 1ª e 2ª séries, e em 02 anos, também sem seriação no ensino noturno, relativo às 1ª e 2ª séries. A avaliação é registrada sob forma de conceitos bimestrais, sem qualquer vinculação a classificações numéricas. O Regimento Básico da Rede Municipal de D.C. foi aprovado por este Conselho através do Parecer nº 32º/1990. Em 06/12/1994, acolhendo a solicitação da SME, este órgão exarou o Parecer nº 448/1994, aprovando alterações regimentais que incidam basicamente no Título VII – Seção IV – Do Ciclo de Alfabetização. Parecer CEE nº 59/1996 que “Aprova adendo ao Regimento Básico da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias”.

desvalorização do profissional da Educação e o incentivo à Educação privada. Esses fatores podem contribuir para que o país não alcance uma Educação que reflita os anseios da sociedade. Por outro lado, eles nos levam a pensar sobre o órgão central, de onde saem as decisões sobre a Educação. Nesse espaço há ainda a visão de controle, mesmo com todas as mudanças ocorridas. Apesar de maior acesso à educação nos últimos tempos, a qualidade foi deixada de lado. Ter acesso à escola não significa ter uma educação de qualidade. Nunca se viram tantas crianças na escola, mas “Permanência” é diferente de “Qualidade”.²⁰ Balzan afirma que a escola tem falhado estrondosamente, deixando de satisfazer às suas expectativas [...]. (RONCA; GONÇALVES, 2006, p.31).

Os professores, por sua vez, trabalham com salários defasados, que os leva a participar de movimentos da categoria em prol de salários justos. Atualmente, em Duque de Caxias e municípios próximos, a luta é para o recebimento dos salários, a que fazem jus, após meses trabalhados. A situação está caótica, pois, antes, a luta era por melhores salários, hoje, pelos salários, mesmo que defasados. O professor passou a lutar pelo suprimento de necessidades básicas, como comer, beber, vestir-se, e isso certamente influencia a educação oferecida pela escola.

O ambiente de trabalho é outra luta constante da categoria de profissionais da educação. As escolas sem estruturas, sem espaços adequados para que a educação seja oferecida com qualidade, fazem com que o profissional se sinta desvalorizado. Scheibe (2010) ressalta em seu artigo que “ao lado das estratégias políticas consistentes, coerentes e contínuas de formação inicial e continuada dos professores, precisam ser melhoradas as suas condições de trabalho, de carreira e de remuneração”. E nessa mesma realidade está o Supervisor Educacional, que faz o acompanhamento de escolas e é representante da SME, que vai encontrar na escola uma realidade que o levará a refletir sobre sua atuação.

É claro que a participação do Supervisor Educacional não pode acontecer de maneira isolada, e sim no coletivo, levando reflexões à escola sobre as práticas ali existentes e as teorias que as embasam. O trabalho é tão dinâmico que muitas vezes o

²⁰ Qualidade – de acordo com a autora, “uma educação de qualidade é aquela que permite que todos aprendam o que necessitam aprender, no momento oportuno de sua vida e de suas sociedades, e que o façam com felicidade. É evidente que o conceito de Educação de qualidade varia com o tempo, não é homogêneo em determinado momento, e que sua heterogeneidade está associada a razões objetivas e subjetivas, ou seja, a situações e também a necessidades, interesses e convicções de diferentes grupos e pessoas” (BRASLAVSKY, p.22, 2006).

ativismo se torna presente, e o processo ensino-aprendizagem pode ser colocado em segundo plano, mesmo que inconscientemente. Se o profissional não estiver atento, a rotina burocrática o domina, pois são tantos documentos a preencher, relatórios a entregar que, se a prática pedagógica não estiver no planejamento, será esquecida.

Para entrar na práxis e conseqüentemente superar o ativismo (...) é indispensável que o supervisor perceba a relação que existe e o contexto social, político e econômico no qual a escola está inserida. Para tanto, é necessário não só que o supervisor esteja convencido de que o mundo não termina no portão da escola, mas que também ele esteja realmente informado do que ocorre na sociedade brasileira e procure perceber de que forma a sua prática é influenciada por este contexto e por outro lado o que é possível fazer para alterar este contexto. (RONCA; GONÇALVES, 2006, p.32).

Não podemos esquecer de que a formação recebida pode influenciar também na ação supervisora, suas experiências, suas crenças, seus valores. Para Dourado:

a problematização de formação e profissionalização docentes coloca-se como questão interligada à gestão educacional e, nesse sentido, deve considerar os diferentes fatores que interferem na atuação dos profissionais da educação, bem como possibilitar o acesso a processos formativos que descurem de uma base sólida de formação, não se reduzindo à disseminação de metodologias e estratégias de aprendizagem (2007, p. 924).

Para ele, rever a formação pedagógica requer a articulação entre políticas educacionais e as concepções de formação enquanto processos de construção coletiva.

O Supervisor trabalha, de modo geral, com a classe popular; classe esta que encontramos nas escolas públicas em geral e que precisa de um olhar diferenciado por parte dos profissionais que ali atuam. Há um mito de que todos podem conseguir alcançar a educação, mas quais foram as oportunidades? De que forma a educação está sendo apresentada à classe popular? Esse mito passa por uma memória coletiva²¹ da

²¹ Memória Coletiva — composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo, como enchentes, boas safras ou safras ruins, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente ("nossos dias") e o passado ("antigamente": por exemplo). Além disso,

classe dominante. Considerar o acesso à escola igualando-o à educação de qualidade é um erro. É preciso refletir sobre a escola que temos e a escola que queremos e a quem essa escola está servindo, ou corre-se o risco de ela reproduzir o que a classe dominante quer.

Enfim, o Supervisor tem o desafio de ser um parceiro da escola, levando a equipe técnico-pedagógica a refletir sobre o contexto escolar — que é diferente em cada escola, mesmo que pareçam iguais - sua cultura²² ou culturas, seu cotidiano, sua práxis. Juntamente com a escola, encontrar caminhos para que a educação oferecida seja a melhor, mesmo diante da triste realidade da desvalorização dos profissionais da Educação em nosso país. O desafio é mais difícil porque neste momento os professores estão sofridos, após lutas, paralisações, greves, o que influencia diretamente em sua vida familiar e, por conseguinte na escola. Para Ronca; Gonçalves (2006, p. 35), “é necessário que o supervisor reveja os vínculos implícitos e toda prática educativa”, pois em vez de atuar como Supervisor controlador, deve atuar como parceiro da escola.

2.5 Supervisão Educacional e o exercício da Democracia

Para Morin (1965), citado por Cardoso (2006, p.73) “se a política se acha em questão é porque toda questão passa a ser política”. A autora acredita que a ação supervisora é política, mesmo que alguns não a considerem como tal, pois, na medida em que precisa reagir em relação a uma atitude tomada, essa reação é política, porque envolve uma ação, refletida ou não. Para ela, quando se fala que não existe prática sem teoria que a embasa, não existe teoria sem política.

Para Morin

[...] a democracia não pode conviver com a intimidação e a covardia, com pequenos terrores, os grandes tabus e os silêncios constrangidos da alma; com a irresponsabilidade ou a bravata, a traição e a conjuração; com as verdades dogmáticas e as meias verdades; a ambivalência e o oportunismo, com o maniqueísmo radical ou com o radical esvaziamento semântico das palavras usadas não para

mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos. (Fonte: In: Dicionário de Conceitos Históricos - Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva – Ed. Contexto – São Paulo, 2006).

²² Cultura Organizacional – é um sistema compartilhado de orientações que mantém a unidade e lhe confere uma identidade distinta. Fonte: HOY; MISKEL (2015, p.163).

comunicar, mas para enganar, iludir, dopar [...] (1965, *apud* Cardoso, 2006, p.75-76)

Para Cardoso (2006, p.76), a democracia envolve muito mais do que liberdade retórica, envolve igualdade a todos, de acesso aos bens criados pela civilização moderna. O acesso à boa escola, em todos os níveis, à criação cultural, sem minimizar o popular, à criação científica, o acesso ao trabalho digno, acesso à segurança e a garantia de sobrevivência da cultura passada, possibilidade de prosseguimento da cultura em devir.

Diante disso, o Supervisor, ao chegar na escola, precisa, antes de tudo, conhecer: o contexto escolar, que segundo Marcondes; Freund; Leite (2016, p. 1030): “[...] é único em cada escola, mesmo que, em princípio pareçam similares” e por isso precisa ser entendido e conhecido; e o cotidiano escolar, importante também, como considera Ferraço (2008, p. 103), “[...] um espaço/tempo de produções/enredamentos de saberes, imaginações, táticas, criações, memórias, projetos, artimanhas, representações e significados”. O Supervisor precisa estar consciente de seu dever democrático, de seu dever com a classe popular, para que tenha condições de refletir junto com a escola sobre a sociedade, a escola e o papel de cada um para que a sociedade seja mais igualitária. Se não consegue fazer essa reflexão o Supervisor passa a atuar apenas como um burocrático, um técnico; apesar de que para Cardoso é preciso entender a burocracia, em seu sentido múltiplo: como tipo ideal, dentro do contexto de seu idealizador, como forma de garantir maior eficiência às organizações modernas; como práxis, intensificando mais ou menos suas vantagens e desvantagens, de acordo com o contexto em que se inserem. Para Weber, o modelo burocrático é um tipo de poder, que pode ser exercido de forma tradicional, carismática ou legal.

Para Weber mais que uma forma de organização, a burocracia é um modo de agir e de pensar que permeia toda a vida social, que implica em uma visão racional e científica do mundo, rejeitadas a religião e a metafísica, que só não cai no positivismo, porque o próprio Weber suscita uma espécie de dialética evolutiva entre a liderança carismática e burocrática, a primeira carregando as inovações e a segunda conduzindo à rotinização: criatividade e espontaneísmo *versus* racionalismo e impessoalismo. (CARDOSO, 2006, p.78).

Mesmo sendo a burocracia ligada a regulamentos, os burocráticos podem manter uma relação saudável entre os outros envolvidos no trabalho, preservando a

racionalidade, mas valorizando a pessoa, que produz, mas que não faz isso desvinculada dos sentimentos, das crenças, dos valores, que fazem dela o ser humano único. Mas surge uma indagação: como construir um ambiente criativo tendo que manter a racionalidade, a divisão de tarefas? Talvez seja esse o exercício de criatividade que o Supervisor-líder precise fazer diariamente, se comprometendo com a vontade de construir coletivamente um ambiente onde o ser humano seja considerado primordial e a burocracia seja posta como instrumento para que a organização possa manter a racionalidade.

É importante não esquecer que atrás de qualquer tarefa existe uma pessoa, que pensa, que sente, que contribui para um serviço de qualidade, sendo oferecido a outra pessoa, que também sente, pensa, que tem suas crenças e valores e que deve ser ouvida, para que o serviço atenda da melhor forma, tanto para aquele que recebe, como para aquele que faz. Como diz Freire (1996, p. 67): “a vigilância do meu bom senso tem uma importância enorme na avaliação que, a todo instante, devo fazer de minha prática”.

A Educação tem esse papel de humanizar o homem, e nas tarefas burocráticas inerentes à função supervisora isso não pode deixar de existir. O cumprimento de algumas tarefas necessárias é importante para a organização, mas desde que todos os envolvidos tenham vozes, possam contribuir e assim manter um sentimento de pertencimento, tanto daquele espaço quanto do trabalho que vai desempenhar.

Pensar que um pode planejar para outro executar é de certa forma não contribuir para o crescimento de todos os envolvidos no processo. A educação precisa ser capaz de transformar o homem, de fazê-lo pensar e contribuir para sua autorrealização. E essa função começa bem antes da sala de aula, ela é mais ampla. Por acreditar que educar é mais do que estar em uma sala de aula, acredita-se que todos da escola estejam em construção, portanto, aprendendo constantemente, e isso torna a relação entre os atores da escola complexa, mas intrigante e especial, e o Supervisor está inserido nesse contexto.

Esse exercício de construção do ambiente de trabalho na escola perpassa pela formação de cada um. Nem todos tiveram a mesma formação e estão aptos a cumprir as tarefas apresentadas no dia a dia da escola, mesmo porque cada formação se deu em épocas diferentes, contextos diferentes, espaços diferentes. Diante desse cenário, se mostra necessária a formação em serviço. Promover discussões, conversas, assessorias, que servirão de embasamento para o trabalho das equipes nas escolas é um caminho que

pode enriquecer a experiência escolar. No caso de Duque de Caxias, as Supervisoras Administrativas promovem as “Jornadas Administrativas”, das quais tanto a equipe diretiva quanto os funcionários administrativos participam.

Numa sociedade moderna e tão dinâmica a divisão de tarefas é inevitável. E para que uma organização funcione, mesmo nos ambientes democráticos, essa divisão de tarefas é importante, e é saudável ter dois tipos de Supervisão, pelo menos em Duque de Caxias, que funcionam de forma integrada. Não há como pensar num Supervisor que dê conta de todo o trabalho escolar, e diante da necessidade de acompanhamento do ato educativo, o Supervisor Pedagógico procura se envolver mais com o pedagógico, deixando a tarefa burocrática para a Supervisão Administrativa.

Hoje a realidade da função supervisora é outra — antes era somente burocrática (Inspetor), agora funciona em parceria com a escola, não estando somente preocupada com os resultados, mas também como se dá o processo, os elementos que influenciam o fazer escolar, e todo o contexto é levado em consideração. Por essa razão, Cardoso considera que:

a função supervisora só deveria ser exercida por pessoas emocionalmente maduras, pois esperam-se, além de competências técnicas exigidas pela função, habilidades emocionais, que refletirão na sua “capacidade” de liderança e comunicação, da percepção que tenha de si e do outro, do autoconceito, enfim, do entendimento às suas necessidades individuais e do clima emocional do grupo. (2006, p. 94).

Isso exige que o Supervisor saiba se relacionar bem tanto com o gestor escolar, quanto com os professores, funcionários, alunos e outros.

Corroborando com a autora, a estratégia democrática contribuiria, assim, para uma ação e práxis supervisora libertadora e não castradora das potencialidades individuais em todos os níveis de atuação que, para além do tecnicismo enseja a crítica e a criação, a reflexão e a ação nos limites e no alcance de cada um (CARDOSO, 2006, p.95). Marcondes; Freund; Leite (2016, p.1029) lembram em seu artigo Stephen J. Ball, que “rejeita a noção de que as políticas são implementadas. Elas são sujeitas a processos de tradução e de interpretação no contexto da prática”. (BALL; MAGUIRE; BRAUN; 2016, p.12)

Nesse sentido, o Supervisor não implementa simplesmente as ações planejadas, mas reflete sobre elas, as interpreta e promove a reflexão junto à ETP, ao Professor, sem

deixar de lado o cumprimento das tarefas burocráticas necessárias. Assim, de acordo com documentos colhidos, conversas entre diversos profissionais da Rede Municipal de Duque de Caxias envolvidos no trabalho da Supervisão Municipal, entrevistas realizadas com Supervisores, foi feito um histórico da Gestão da Supervisão Educacional por períodos.

3. HISTÓRICO DA SUPERVISÃO

No Brasil o Supervisor Educacional, como já citado anteriormente, desempenhou diferentes funções, tanto nos espaços escolares quanto nas diversas secretarias de Educação. Desde os primórdios, o trabalho é inerente ao homem. Dessa forma, segundo Aguiar (1991, p. 37), o trabalho pode ser entendido como “[...] atividade proposital, orientada pela inteligência, em que o ser social, ao agir sobre o mundo externo, modifica a sua natureza”. Com a vinda dos jesuítas para o Brasil, com o plano de ensino formulado pelo padre Manuel da Nóbrega, foi possível observar a função supervisora nas atividades pedagógicas do plano geral de estudos, que mais tarde passa a ser de responsabilidade do “prefeito geral dos estudos”. Em 1827, o professor absorveu as funções de Docência e Supervisão, ou seja, ensinava aos alunos mais avançados, que se tornavam monitores e supervisionava as atividades de ensino e a aprendizagem dos alunos.

A partir do século XVIII, segundo Santos (2012, p.25), inúmeras inovações tecnológicas ocorreram, modificando a vida das sociedades humanas, ocasionando mudanças significativas na organização econômica com a passagem de um modelo de economia agrária e artesanal para um modelo de economia industrial. Surge o trabalho assalariado, em que o empresário passa a ter controle sobre o empregado, e a produção de bens de consumo era estimulada. É nesse contexto que surge a figura do gerente-supervisor, cuja função, ainda segundo Santos (2012, p.25), era habituar os empregados às suas tarefas e mantê-los trabalhando através do emprego de métodos coercitivos, com o propósito de exercer o controle do processo de produção, visando à sua melhoria em termos de qualidade e quantidade. Devido à expansão das empresas, o controle passou a ficar mais complexo. Surge, então, a racionalização do trabalho, com divisão de tarefas, e Bergue (2010, p.47) destaca Taylor, aquilo que denominou de organização racional do trabalho, acentuada importância ao conferir a divisão de trabalho e à especialização do operário como determinante, entre outros, da máxima eficiência organizacional.

O mesmo autor cita ainda o paradigma de produção em massa, desenvolvido por Ford. Para ele, na esteira dos postulados tayloristas²³ e fordistas,²⁴ Weber, o respeitado

²³ Princípios da administração científica propostos por F. Taylor: planejamento, preparação, controle e segregação. (BERGUE, 2011, p.101-102).

²⁴ Formulou os princípios gerais da administração: divisão de trabalho, autoridade e responsabilidade, disciplina, unidade de comando, unidade de direção, subordinação aos interesses gerais, remuneração do

teórico da burocracia, defendeu as tais diretrizes de organização do trabalho como forma de alcançar melhores níveis de desempenho às organizações em termos de eficiência. Têm significativo destaque as organizações do setor público, que para ele, são as mais próximas expressões da burocracia, ainda permeadas por seus mais evidentes traços disfuncionais.

É criado nos Estados Unidos da América, e depois no Brasil, o Serviço de Supervisão Educacional como principal elemento de controle da produtividade do ensino nas escolas, através da burocratização administrativa das funções do Supervisor Educacional e da fiscalização técnica do trabalho docente em sala de aula por parte desse profissional. Tais mecanismos perduram fortemente até o início da década de 1990, com o advento da globalização (SANTOS, 2012, p. 176). No período republicano, a Supervisão Educacional tinha a denominação de Inspeção Escolar, e vale lembrar que essa função está inserida no contexto da época, com o Parecer nº 252/1969, do Conselho Federal de Educação – CFE, que regulamenta a reforma do ensino superior brasileiro (Lei Federal nº 5540/68 de 28/11/68).

O curso de Pedagogia, por sua vez, visava à formação de professores para o ensino normal e de especialistas em Orientação, Administração, Supervisão e Inspeção Escolar, fragmentando, assim, a função do Pedagogo (SANTOS, 2012, p.135). O Rio de Janeiro, não diferente de outros lugares, segue o contexto vivido naquele momento, tanto na economia quanto na parte social, seguindo as Leis Federais de Educação, LDBEN nº 4024/61, artigo 65; LDBEN nº 5692/1971, artigo 36, que estrutura a carreira do magistério, incluindo a Inspeção. A LDBEN nº 9394/96, no artigo 64 diz:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Os estados e municípios passam a ter autonomia para organizar seus sistemas de ensino e, assim, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a Inspeção Escolar foi regulamentada. “Em 2001 é publicada em 19 de setembro a Portaria E/COIE.E/

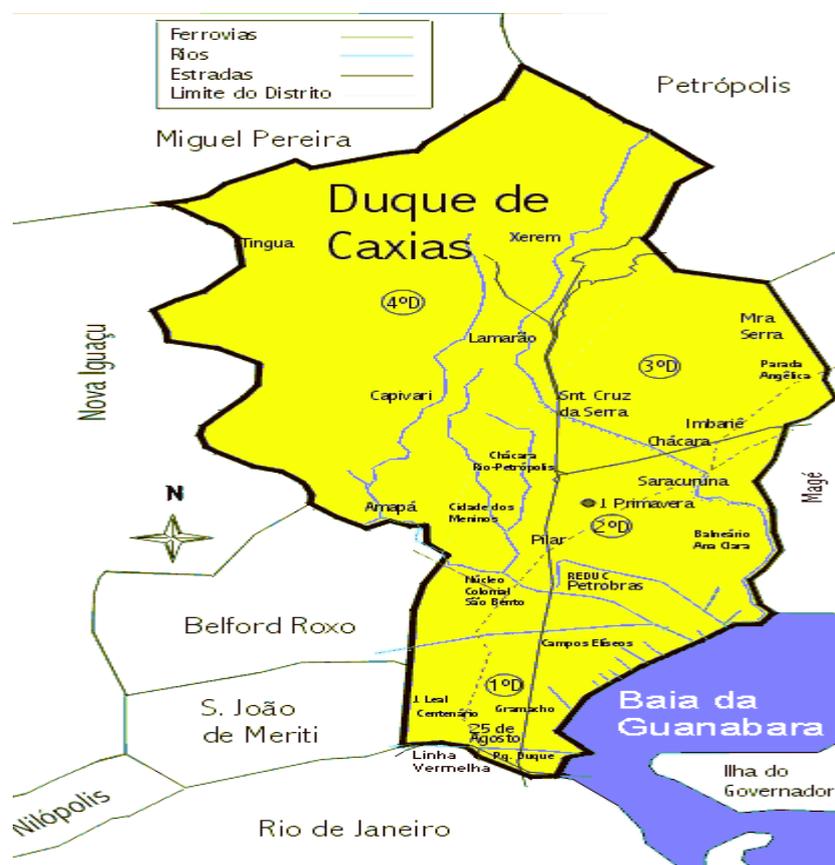
peçoal, centralização, hierarquia, ordem equidade, estabilidade do pessoal, iniciativa e espírito de equipe. (BERGUE, 2011, p. 104-105).

Normativa nº 03, que define como objetivos da Inspeção Escolar ações de caráter preventivo e sob a forma de orientação, visando evitar desvios que possam comprometer a regularidade dos estudos dos alunos e a eficácia do processo educacional”. (Site SEEDUC, 2016).

Em Duque de Caxias, como em outras Redes de Ensino, o período histórico vivido influenciou a ação supervisora.

3.1 O Município de Duque de Caxias²⁵

Figura 01 – Mapa do Município de Duque de Caxias



Fonte: Google Maps, 2016.

O município de Duque de Caxias situa-se na periferia do Rio de Janeiro, chamada de Baixada Fluminense,²⁶ conhecida como Iguassu, no século XVI, formada pelos

²⁵ Parte do texto extraído do livro: *A Influência do líder na qualidade dos serviços prestados pela gestão pública*. (Matos, 2017).

²⁶ Região de planícies costeiras que se estendem no litoral até a Serra do Mar cobrindo de Norte a Sul do município de Campos ao de Itaguaí.

municípios de: São João de Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri. Divide-se em quatro distritos e 41 bairros. 1º distrito – Duque de Caxias, 2º distrito – Campos Elíseos, 3º distrito – Imbariê e 4º distrito – Xerém. Os 3º e 4º distritos ainda têm características rurais. Devido ao parque industrial e petroquímico e a um desenvolvido comércio e serviços, esse município tornou-se o segundo em maior arrecadação de ICMS — Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, do estado (Braz; Almeida, 2010). Há no município um conglomerado urbano e várias favelas. Os serviços de saúde e educação são precários.

O clima é característico de baixada litorânea tropical, quente, e no centro da cidade faz muito calor, mas é ameno na região montanhosa, do 4º distrito. Ali, inclusive as chuvas acontecem com mais frequência do que no resto do município (LAZARONI, 2013).

O Centro de Duque de Caxias foi um grande mangue. O solo, uma espécie de lama escura e mole com águas estagnadas procedentes dos rios entulhados e da Baía de Guanabara, como disse Lazaroni (2013). Os rios já foram totalmente navegáveis. O município compreende quatro bacias hidrográficas: Bacia do Iguaçu, Bacia do Meriti, Bacia do Sarapuí, Bacia do Estrela. No 4º distrito, encontram-se as quedas d'água de Marimbondos e Caboclos. Ainda há florestas, e a flora existente é variada, apesar do desmatamento atual. Há animais característicos, como: macacos, quatis, coelhos, capivaras, preás, porcos-do-mato e espécies de insetos e aves. Na fauna aquática encontram-se Pescada, Robalo, Tainha, Piabinha, Acará e Traíra.

Hoje, com uma população de 882.729 habitantes, é o 3º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro. Está localizado a 21 km da capital (IBGE, 2015).

As terras já estavam povoadas por índios das tribos dos Jacutingas, quando Cabral chegou ao Brasil. Justifica-se, dessa maneira, um dos primeiros nomes que teve o lugar: Santo Antonio do Jacutinga (em torno dos rios Meriti e Estrela), como conta Lazaroni (2013).

Em 20 de janeiro de 1567, os franceses foram expulsos por Estácio de Sá, e a faixa de terra doada a Cristovão Monteiro, às margens do Rio Iguaçu, atualmente corresponde a Duque de Caxias. Em 12 de outubro de 1591, o Mosteiro de São Bento aparecia como parte dessas terras, as quais, alguns anos depois, foram doadas aos

Beneditinos. Surge, assim, a Fazenda do Iguaçu. Em 1613 um engenho foi instalado ali, que por muito tempo foi responsável pela conquista, pelo povoamento e pela prosperidade da região.

Em 2008, pela Lei nº 2224 de 7/11/2008, a Câmara Municipal de Duque de Caxias instituiu a criação do Museu de Percurso no município, com a denominação de “Museu Vivo do São Bento”. Percurso do museu Vivo São Bento: 1- O prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC, adaptado como Casa do administrador do núcleo colonial São Bento; 2- Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como patrimônio nacional pelo IPHAN; 3- Antiga tulha da Fazenda São Bento e do núcleo colonial – edificação destinada à instalação do espaço Cultural de Agregação Popular (LAZARONI, 2013, p. 54).

O município tem uma história rica, em cultura, em artes; um exemplo é a Igreja Nossa Senhora do Pilar, tombada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Há muitos artistas barrocos anônimos, grupos teatrais, folclóricos, como as Folias de Reis, Banda Lira de Ouro, músicos, pintores, escultores, artesãos, dentre outras formas de cultura e arte. A história do município é conhecida também através de seus historiadores, como é o caso da autora Dalva Lazaroni,²⁷ falecida recentemente, em julho de 2016. Através do Instituto Histórico, localizado no interior do prédio da Câmara Municipal de Vereadores, bibliotecas e museus, suas obras são reconhecidas, e as escolas, em visitas com alunos aos espaços culturais, fazem um trabalho de memória da cultura desse povo.

3.2 A Supervisão Educacional no Município de Duque de Caxias

²⁷ Dalva Lazaroni - A professora Dalva tem uma longa história no município. Professora aposentada de Duque de Caxias; atuou como secretária de Educação entre os anos de 1990 a 1992; fundou, organizou e dirigiu a biblioteca da Câmara Municipal. Criou também o Instituto histórico, além de participar de grupo de trabalho para organização de algumas faculdades, sendo uma delas a antiga AFE, atual UNIGRANRIO. É autora de vários livros, muitos deles falando sobre o município de Duque de Caxias, um deles didático. Autora também do livro sobre Chiquinha Gonzaga, que culminou numa minissérie da Globo, além do livro *Mate com Angu*, narrando a história da educadora Armanda Álvaro Alberto, que foi sua professora. Escreveu outros livros sobre meio ambiente, como *Chico Mendes o coração do Brasil*. Foi procuradora de Duque de Caxias, secretária de meio ambiente e secretária de cultura. Tem trabalhos voltados para o meio ambiente, tendo recebido prêmio de um deles sobre o vídeo “Um jardim chamado Gramacho”. Levou o nome do município para fora de suas fronteiras, quando presidente da Casa França Brasil, e organizou uma exposição sobre o Barroco na Baixada Fluminense, resgatando a memória do local. Foi a primeira mulher eleita vereadora no município de Duque de Caxias. Historiadora, conhecedora do município e de seus desafios. Nasceu em 07/11/45 e faleceu em 04/07/2016. Deixou uma obra para todo o povo duquecaxiense, como ela gostava de chamar.

No período de 1966, na gestão do prefeito Joaquim Tenório Cavalcante, o Departamento de Educação e Cultura teve como titular a professora Regina Tescaro Sampaio. Não se tem registro de algum setor responsável pela Supervisão. Registram-se as visitas das unidades escolares por duas professoras: Ilza Luzia de Souza²⁸ e Jandilson dos Santos, que visitavam as escolas com o objetivo de fiscalizar e orientar o docente em sala de aula. De acordo com o documento da SAGP (2016), construído pela

²⁸ Professora Ilza nasceu em 1961, sua mãe teve 16 filhos, ficando somente quatro mulheres. Nasceu em Duque de Caxias, na Vila São Luiz, em 19/09/1936. Antes mesmo de ser professora já atuava como tal. Trabalhou em algumas escolas como: Ana Maria Gomes, EM Darcy Vargas (construída na casa de Diná). A sua matrícula na PMDC tem o nº 205 de 14/09/1951. Ao receber o primeiro pagamento lembra que comprou um vestido amarelinho e uma conga (anterior ao tênis). Em 1952 veio morar em Duque de Caxias e trabalhar no Bananal. Iniciou na casa de Dona Antônia e Sr. Domingos. Sua vida era estudar à tarde e trabalhar pela manhã. Em 1961 fez o Curso Normal no Colégio Santo Antônio. Terminou aos 25 anos, mas já era professora há 10 anos. Lembra que tirava zero em religião porque não assistia as missas na Paróquia Santo Antônio e que ficava sempre em último lugar da turma por isso, mas não reprovava a religião. Estudava com bolsa e quando atrasava, ela era retirada de sala de aula. Para estudar ela precisava da assinatura de três pessoas que atestassem sua idoneidade psicológica e social. Escolhia D. Olga, Valdir e outra pessoa que não se recordou do nome no momento da entrevista. Lembra que na época, entre 06/09/1952 e 31/01/1955, tendo como gestor o Sr. Braulino, acontece a primeira greve de funcionários da PMDC, pois os salários estavam atrasados há 9 meses. Desde então passou a ser temida pelas pessoas por causa da greve (liderada pelos professores). Foi gerente de Assuntos Educacionais. Quando fez concurso foi 1º lugar, indo trabalhar no Departamento de Ensino dos Sindicatos, onde White Abraão era diretor. Com a abertura da Reeduc, os funcionários tiveram a oportunidade de ser alfabetizados, através de uma parceria com a escola do Departamento de Ensino dos Sindicatos. Eram pessoas analfabetas, mas politizadas. Recebiam o jornal “A Voz Operária”. Passou a trabalhar pela manhã na PMDC e à noite no Sindicato, e à tarde fazia pré-vestibular de História na UFF. Vivia para a política e para o professorado. Trabalhou até 1964 no Sindicato, quando foi presa pela Ditadura. Ao retornar, no Estado foi atendida pela professora Maria José, que procurou a Sra. Natividade para resolver o problema do trabalho. Foi solicitado a ela que fizesse então o Censo Escolar, a pedido da chefe da Inspeção de Ensino. Iam de casa em casa, foi então que surgiu o “Mapa Estatístico”, em 1965, como resultado do Censo Escolar. Todas as professoras que trabalhavam com ela eram do estado e da PMDC. Ao chegar um dia no trabalho, foi perguntado a ela se gostaria de fazer um curso do MEC, que aconteceria em BH, com tudo pago (PABAAE). Não pestanejou. Na verdade, o curso aconteceu na Fazenda do Rosário, com Helena Antipoff, que era aluna de Claparède. Muitas coisas interessantes aconteceram durante esse curso. A começar que chegaram uma semana antes, na cidade errada e sem dinheiro, mas foram acolhidas e encaminhadas para o local correto. Após o dia de curso, uma aluna sempre fazia a leitura do seu diário. Ficaram dois anos no curso (1965 e 1966). Só podiam vir para casa uma vez por mês. O curso durou um ano direto e outro ano trabalhando, para colocar em prática o que havia aprendido. Na época 50 pessoas se formaram no curso de supervisão, e passaram a visitar escolas. Ia nas escolas a pé, professora Maria José fazia a parte da merenda e os 04 iam nas escolas – criaram um formulário, que era enviado para BH, que fazia parte do estágio. Quando o curso acabou, melhoraram o documento para que fosse preenchido pelas escolas. Ilza era responsável pelo 4º Distrito. As escolas mais antigas lembra que são a EM Presidente Vargas, Madre Aurora, Sergipe (que agora é municipalizada), Santo Agostinho (que não era a mesma de agora) e Aila Saldanha. Fazia faculdade de História, foi dona de escola e fazia Pedagogia por necessidade de trabalho. A SME era muito pequena. As supervisoras iam à SME uma vez por semana. Não havia orientação para as escolas, e usavam aquela cartilha chamada “Cartilha Moderna”. Enfim, tem três faculdades: História, Pedagogia e Direito. Foi diretora da EM Cidade dos Meninos entre 1967/1968, mas continuou com as visitas. Depois voltou à supervisão do estado. Criou juntamente com Dalva Lazaroni e Stélio o CMCA. Fonte: Entrevista cedida à pesquisadora em 2017.

professora Luciana Arêas Brasil, e confirmado na entrevista com a professora Ilza Luísa, antes de 1967 não havia chefia para Supervisão.

A partir de 1967 passa-se a contar com uma estrutura mais direcionada para o acompanhamento das escolas. Criam-se dois setores: Divisão de Ensino Ginásial (nomenclatura da época utilizada para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental atual), e a Divisão de Ensino Primário. O Ginásio Aquino de Araújo e a Escola Municipal Castelo Branco (Hoje Escola Municipal Professora Olga Teixeira) ofereciam o Ensino Ginásial, que não contava com Supervisão. O DEC encaminhava os professores e estes eram contratados. Não havia quantitativo de professores formados com curso superior, e os contratados ainda estavam cursando a faculdade. A partir do 2º ano da faculdade, o MEC fornecia autorização para lecionar, de acordo com a indicação do DEC. Muitos professores não possuíam formação pedagógica, eram engenheiros, médicos, advogados, dentre outros. O trabalho pedagógico era planejado pela própria escola. Os conteúdos eram pensados pelos professores, que se baseavam em alguns casos, pelos pouquíssimos livros didáticos existentes na época.

Na Divisão de Ensino Primário se estruturou o Serviço de Inspeção Escolar, chefiado pela professora Nair Chamarelli Lessa, e o Serviço de Orientação Pedagógica, chefiado pela professora Laura Andrade e em seguida pela professora Creusa Moulin Pinheiro. Os dois setores funcionavam na mesma sala, o que para os integrantes dos setores (segundo conta Prof.^a Luciana Arêas), facilitava o entrosamento das equipes e o planejamento das ações. Os setores funcionavam na perspectiva de acompanhar as escolas primárias. O objetivo principal era a fiscalização técnica do trabalho docente em sala de aula e a burocratização administrativa. Vale lembrar que na época havia muitos professores leigos.²⁹ Professora Luciana Arêas Brasil conta que na escola onde trabalhava como professora — E.M. Todos os Santos, havia duas professoras que só tinham o Primário e três estavam em formação, num curso noturno. Uma fez o projeto Minerva³⁰ e foi remanejada para o trabalho na secretaria da escola. Esta era a realidade

²⁹ Professores Leigos – Termo utilizado para professores sem qualificação pedagógica. Exercia o magistério sem possuir a habilitação mínima exigida. Fonte: Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/professores-leigos/>. Acesso em 03/06/2017.

³⁰ Projeto Minerva — O governo militar criou um programa de ensino à distância chamado Projeto Minerva. O programa entrou no ar pela primeira vez no dia 4 de outubro de 1970. O objetivo era solucionar os problemas educacionais com a implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativas para a massa, utilizando métodos e instrumentos não convencionais de ensino. Como tudo era controlado, o governo determinou horários obrigatórios para a transmissão de programas educativos. Os programas pretendiam preparar alunos para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial,

não só do Município de Duque de Caxias, mas praticamente de todos os municípios vizinhos e quiçá do Brasil.

Os Inspectores Escolares tinham sob sua responsabilidade um grupo de unidades escolares, que visitavam semanalmente. Atuavam diretamente em sala de aula, dialogando com o professor sobre o andamento dos conteúdos, das dificuldades técnicas, da relação com os alunos, das avaliações, enfim, de todo o processo educativo. Cobrava-se exageradamente a apresentação do caderno de Plano de Aula e Plano de Curso. Nessa época não existia nas escolas a figura do Orientador Pedagógico e Educacional. O Inspetor Escolar fazia esse papel junto com o Diretor Escolar.

O Serviço de Orientação Pedagógica era subdividido em séries: 1ª série, 2ª e 3ª séries, 4ª e 5ª séries. Tinham a responsabilidade de discutir e elaborar o programa de cada série, como também de elaborar um Boletim Pedagógico com sugestões de avaliações, atividades recreativas, enfim, todo material que pudesse enriquecer as aulas. Nessa época surgiu também o Boletim para Moral e Cívica. As reuniões com os professores eram poucas, e as orientações eram divulgadas pelos Diretores e Supervisores. O professor não era retirado de sala de aula para participar de reuniões pedagógicas. No início do ano havia uma formação oferecida à Rede Municipal, e durante o ano, curso específico, quando havia.

Em 1970, os inspetores solicitaram um profissional direcionado para alfabetização (1ª série), que ficaram assim distribuídos: 1º Distrito – cerca de 40 escolas sob a responsabilidade da professora Luciana Arêas Brasil³¹; 2º Distrito – cerca de 20

estudantes que não tinham condições de frequentar um curso preparatório. O Projeto Minerva foi mantido até o início dos anos 1980, apesar das severas críticas e do baixo índice de aprovação – 77% dos inscritos não conseguiram obter o diploma. Fonte: Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/programas/projeto-minerva/>>. Acesso em 25/05/2017.

³¹ Luciana Arêas Brasil, natural de Santo Antônio de Pádua, filha de pai lavrador e mãe do lar. Estudou no Grupo Escolar Teóphilo de Mello até a 5ª série primária. O Curso ginásial, o Curso Normal e o de Técnico de Contabilidade foram realizados no Colégio de Pádua. Já na infância sempre foi incentivada pelos pais, à dedicação aos estudos. Sempre me recordo dos meus pais sentados ao redor de uma grande mesa, acompanhando a realização dos trabalhos escolares dos cinco filhos. Curioso que cada um usava sua lâmparina para iluminar o seu caderno. Meu pai lia o jornal e comentava com todos. Desde cedo eu demonstrava interesse pela educação ajudando minha mãe na Escola Rural mantida pelo Movimento Popular de Alfabetização. Em 1967 fiz concurso para a Secretaria Estadual de Educação, escolhendo o município de Duque de Caxias para fixar residência. Iniciei minhas atividades profissionais como alfabetizadora, tanto na Escola Estadual São Bento como na Escola Municipal Todos os Santos. A partir daí passei a frequentar todos os momentos de formação que eram ofertados na cidade. Na Escola Estadual fui convidada para dirigir o Curso Supletivo, onde permaneci até 1977. Na Prefeitura fui apresentada à Chefe da Inspeção Escolar professora Nair Chamarelli pela minha supervisora Maria dos Santos Baptista para ser a implementadora de Alfabetização. Acompanhava e orientava o trabalho dos professores. Na função de Diretora do Curso Supletivo tive informações do Ensino Individualizado através de Cursos fornecidos pelo Centro Tecnológico de Brasília. Doze professores estaduais se organizaram e

escolas — Professora Jamile Pessoa; 3º e 4º Distritos não contavam com profissional formalizado. As visitas eram solicitadas pelos inspetores, quando identificavam a necessidade de orientação específica. As turmas (professores) recebiam as implementadoras em suas salas de aula.

Em 1971 Duque de Caxias foi considerado município de segurança máxima por causa da REDUC, por isso os prefeitos eram indicados pela Presidência da República. Somente em 1985, o município elegeu seu governante novamente por voto direto. Nessa época, o município seguia o modelo de Supervisão do estado do Rio de Janeiro, que tinha caráter de Inspeção.

Em 1973 e 1974, com o advento do Salário Educação,³² o DEC ampliou o atendimento ao Supletivo (1ª a 4ª série). As empresas passaram a exigir o Certificado de Conclusão do Ensino Primário para os trabalhadores. Surge a figura do implementador Pedagógico do Supletivo, como também do Inspetor. Cerca de 40 escolas ofereciam o Supletivo, e o material era fornecido pelo Serviço de Orientação Pedagógica, produzido pelo Serviço de Educação de Jovens e Adultos do estado do Rio de Janeiro, que autorizou ao DEC/DC fazer a reprodução. Mais tarde, com o surgimento do MOBRAL, a prefeitura firma convênio e passa a receber material específico de 2ª a 4ª séries, bem

participaram destes, o que levou a Criação do Centro de Estudos Supletivos, com a participação da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Atuei com Supervisora Escolar tanto no Ensino Supletivo como no Regular. Estive a frente da Coordenadoria de Ensino e depois Coordenadoria de Planejamento. Paralelo as funções na esfera Pública atuei como professora de Língua Portuguesa no Colégio Santo Antônio, por 3 anos e na UNIGRANRIO como Professora Assistente de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Aposentada em 1997, assumi a Assessoria Técnica Especial da Secretaria de Assistência Social, por 5 anos. Segui atuando na área de assistência à pessoa com deficiência nas comunidades de Manguinhos, Vigário Geral, Maré e Vila Cruzeiro. O trabalho focava na inserção destes deficientes nas políticas públicas: Educação, Saúde, Esporte, Assistência Social. De 2013 a 2016 exerci o Cargo de Subsecretária de Administração e Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Fonte: Entrevista cedida à pesquisadora em 2017.

³² Salário Educação - Em 1964 é criado o Salário-Educação, por meio da Lei nº 4.440/1964, tendo como objetivo a suplementação das despesas públicas com a educação elementar (ensino fundamental), adotando como base de cálculo 2% do Salário Mínimo local, por empregado, mensalmente. Em seguida, em 1965, a alíquota dessa contribuição social passou a ser calculada à base de 1,4 % do salário de contribuição definido na legislação previdenciária. Em 1972, com o advento do Decreto nº 71.264/1972, o FNDE também passou a atuar como agente arrecadador do Salário-Educação, nas situações em que as empresas recolhiam a importância relativa à diferença entre o valor da contribuição devida e o efetivamente aplicado em bolsas de estudo ou da importância relativa ao número de alunos não atendidos, em número inferior a 30% do total de empregados. Em 1975, por meio do Decreto-Lei nº 1.422/1975 e do Dec. 76.923/1975, novas alterações foram implantadas no contexto do Salário-Educação, passando sua alíquota a ser calculada à base de 2,5% do salário de contribuição das empresas, situação que perdura até os dias atuais. Em 1972, com o advento do Decreto nº 71.264/1972, o FNDE também passou a atuar como agente arrecadador do Salário-Educação, nas situações em que as empresas recolhiam a importância relativa à diferença entre o valor da contribuição devida e o efetivamente aplicado em bolsas de estudo ou da importância relativa ao número de alunos não atendidos, em número inferior a 30% do total de empregados. Fonte: Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>>. Acesso: 02/06/2017.

como formação inicial aos professores. As classes de alfabetização nesse período funcionavam em vários locais públicos, como escolas, associações e igrejas.

Entre 1967 a 1974, a Diretora do Departamento de Educação e Cultura cria o Serviço de Inspeção Escolar, chefiado na época pela professora Nair Chamarelli; uma equipe de supervisoras distribuídas por distrito acompanhava as escolas com cunho fiscalizador. Na mesma época é criado o Serviço de Orientação Pedagógica, com foco no ensino. A certificação dos alunos (diploma da 5ª série) era conferida pela Equipe de Orientação Pedagógica e assinada pela Diretor do Departamento de Educação e Cultura.

Após a regulamentação da LDBEN nº 5692/1971, todas as unidades escolares tiveram de fazer o seu registro no Conselho Estadual de Educação, acompanhadas da Comissão de Planejamento da Educação Municipal – CPEM, formada pelos professores: Stélio José Lacerda, Nila Maria do Carmo Siqueira, Hervalina Pires Nazareth e Vera Lúcia Almada, com o objetivo de regularizar todas as unidades escolares junto ao CEE — Conselho Estadual de Educação do RJ.

Entre 1975 a 1978 o Departamento de Educação foi transformado em Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tendo à frente o professor Stélio da Silva Lacerda. O Serviço de Inspeção Escolar recebeu nova nomenclatura, criando-se o Serviço de Supervisão Escolar e o Serviço de Supervisão de Supletivo. O primeiro era chefiado pela professora Creusa Moulin Pinheiro, tendo sido substituída duas vezes pela professora Maria Nilza Souza de Assis, e o segundo era chefiado pela professora Luciana Arêas Brasil. Os dois serviços tinham a função de acompanhar e orientar todo o funcionamento das unidades escolares. As visitas periódicas continuavam. Todo o trabalho pedagógico, desde o planejamento das ações e a formação dos professores, era de responsabilidade da equipe. Ao final do ano, a equipe se reunia para elaborar o plano para o ano seguinte, quando era realizado um planejamento único.

Todos os Supervisores iniciavam o ano, nas escolas, com as atividades planejadas pelo grupo. Em relação ao trabalho administrativo, os Supervisores conferiam alguns documentos, como: livro de matrícula, atas de resultados finais e diários de classe. Com a extinção do Serviço de Inspeção Escolar, na Divisão de Atividades Auxiliares foram estabelecidas: Supervisão de Caixa Escolar, Supervisão de Alimentação Escolar e Supervisão de Bolsa de Estudos. Nessa mesma gestão, foi criado o Serviço de Orientação Educacional, chefiado pela professora Elisa Combat. O período foi marcado pela preocupação técnico-pedagógica. O Supervisor assumia de fato a

proposta de trabalho desenvolvida no setor, não se desviando dela. As escolas não contavam com Orientador Pedagógico, mas nas escolas com o atual Segundo Segmento já aparecia a figura do Coordenador Pedagógico, escolhido pela direção. Era uma função sempre ocupada por um professor que se destacava em suas funções docentes, e a formação mínima não era exigida.

Entre 1979 a 1982, o professor Juberlan de Oliveira assume como Secretário de Educação e Cultura, sendo depois substituído pelo professor Romeu Menezes dos Santos. A Supervisão continuou com a função pedagógica, porém contando com Supervisores que atuavam no trabalho interno e outros no trabalho de campo (externo). A Supervisão de Supletivo deixa de existir, passando a ser uma única Supervisão, chefiada pela professora Creusa Moulin Pinheiro e em seguida pela professora Maria Nilza Souza de Assis. As escolas continuavam a ser inspecionadas pelas Supervisoras do estado do RJ, denominadas Inspetoras Escolares, trabalho com ênfase no serviço burocrático. Nesse período, algumas escolas do atual Segundo Segmento, passaram a contar com Secretários Escolares.

Em 1983, com o prefeito Hydekel de Freitas, ainda indicado pela Presidência da República, o Serviço de Supervisão Educacional, com caráter pedagógico, fazia o acompanhamento das escolas no que se referia ao desempenho dos alunos, além de verificar documentos escolares, que ainda estavam sob a responsabilidade da Inspeção Escolar do estado do Rio de Janeiro. Entre 1983 a 1985, a professora Maria Auxiliadora Viana da Silva assume a Secretaria de Educação e Cultura, e a Supervisão passa a ser chefiada pelo professor Jorge de Oliveira.

De 1986 a 1988, o professor Hermes Machado assume a SMEC, e, em seguida, as professoras Terezinha Silva da Costa e Lenice Calixto. Na Supervisão, a professora Marlene Arêas Mello Duarte assume a chefia. Nessa gestão, a Supervisão passa a receber suporte pedagógico do Serviço de Pré-escola, do Serviço de Educação Especial e do Serviço de Orientação Educacional. Nesse período começa a se delinear a Divisão de Ensino de 1º Grau, chefiada pela professora Regina Loureiro Sandin. Junto à Supervisão começou a implementação do Segundo Segmento, com professores de Matemática, Geografia, Inglês, Ciências e Arte – o quadro não era completo. Esses profissionais atuavam articulados com os Supervisores e também visitavam as escolas.

Em 1988 as categorias de professores fizeram 87 dias de greve, devido ao estado de calamidade que se encontrava a educação, tendo inclusive o apoio dos Supervisores e

do Serviço de Pré-escola, ou seja, todos fizeram greve, devido aos baixos salários. Os Supervisores mostraram que estavam em acordo com toda a categoria. Nessa época, todos os funcionários da PMDC ganhavam salário-mínimo, não havia diferenciação entre professor, servente, dentre outras funções. Vale ressaltar que, somente após o Plano de Carreiras,³³ o Supervisor passa a ter sua função reconhecida, passando ao cargo de Professor Especialista. Anteriormente não era exigida a formação em Pedagogia para atuar como Supervisor, bastava que um professor fosse reconhecido pela chefia como competente para assumir a função.

Os salários, após a implantação do Plano de Carreiras, foram reajustados, e nenhum professor poderia receber menos que cinco salários mínimos. Na chefia da Supervisão estava a professora Eliana Marta Seraphim,³⁴ permanecendo no governo seguinte à frente da Supervisão (tendo sido a chefe que esteve por mais tempo à frente desse setor). Nessa fase os papéis das Divisões foram melhor definidos: Divisão de Supletivo, Divisão de Pré-Escolar, Divisão de Educação Especial, Divisão de Ensino Fundamental e Divisão de Orientação Educacional. Todos esses profissionais visitavam as escolas, cada um obedecendo ao calendário prévio. As visitas eram realizadas de acordo com as especificidades de cada Divisão, mas isso algumas vezes interferia no cotidiano escolar, pois, em um mesmo dia a escola corria o risco de receber, e muitas vezes isso acontecia, mais de três profissionais da SME. Os Supervisores participavam

³³ Em 1989 a 1992, a professora Dalva Lazaroni, primeira mulher eleita para o cargo de vereadora no Município de Duque de Caxias, assumiu a SME como Secretária de Educação, sendo substituída pela professora Solange Amaral da Fonseca em 1990, que permaneceu até 1992. Nesse período alguns avanços foram conquistados pela categoria, como: em 1989 a professora Dalva incentivou grandes discussões pedagógicas, com a parceria de profissionais das universidades para encontros com professores da Rede. Em 1992 a Prof.^a Solange firmou convênios com a UERJ e UFF, para formação dos professores da Rede. Esses encontros foram acompanhados pela Supervisão Escolar; iniciou-se a implementação da sala de leitura nas escolas de 1º segmento, trabalho fundamentado no Projeto Leia Brasil, da Petrobrás. Três professoras visitavam as escolas, estimulando os professores a aderirem a este trabalho. A partir de então, as Unidades Escolares passaram a destinar um espaço para a Leitura, o que ocorre até hoje. Foi feito o primeiro Plano de Carreira, através da Lei Municipal nº 1070 de 19/09/1991, assinada pelo Vice-prefeito José Carlos Lacerda, e os Supervisores passaram a fazer parte do Quadro Permanente do Pessoal do Magistério, na categoria de Professor Especialista. Foi garantido ao professor I, de acordo com o artigo 4, § 3 que: se possuíssem escolaridade exigida teriam o direito de optar por serem enquadrados como Professores Especialistas. Fonte: (Arquivo, SME/DC, 2016).

³⁴ Eliana Marta Seraphim - graduada em Letras e Pedagogia, especialização em Didática do Ensino Superior e Mestrado em Educação. Atuou como docente em todas as fases de ensino, desde a Educação Infantil, Médio, Fundamental e EJA, até o Ensino Superior. Na iniciativa privada, além de docente, exerceu os seguintes cargos administrativos na Universidade do Grande Rio: Chefe do Departamento de Letras, Diretora do Centro de Idiomas — CIAFE, Coordenadora do curso de Secretariado Bilíngue e de Letras, Diretora de Unidade e Coordenadora de Polo de Ensino à Distância. No Serviço Público, além de docente, atuou como Inspetora Escolar Estadual e na Secretaria Municipal de Duque de Caxias atuou como Supervisora e Chefe da Supervisão Educacional. Atualmente sócia proprietária da S&L Assessoria Educacional. (Entrevista cedida para a pesquisa em 2017).

ativamente das formações dos professores para a implantação do Ciclo de Alfabetização. Muitas reuniões de consultoria eram realizadas.

Em 1992 foi realizado o primeiro concurso para especialista, transferindo para as unidades escolares a responsabilidade da parte pedagógica. Vale lembrar que algumas escolas já contavam com o Orientador Pedagógico, apesar de não ter tido concurso público, que só se tornou obrigatório a partir da Constituição Federal de 1988, através do artigo 37, Inciso II:

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela EC nº 19 de 1998). VADE MECUM, 2015, p. 21).

Professores com habilitação em Pedagogia foram “enquadrados”³⁵ como Professores Especialistas,³⁶ podendo atuar como Orientador Pedagógico – aquele com formação em Pedagogia com Administração Escolar ou Supervisão Escolar — ou como Orientador Educacional, com formação em Orientação Educacional. Na época foi formada uma comissão para que pudesse analisar a documentação dos funcionários da SME, a fim de verificar aqueles que tivessem aptos ao enquadramento por formação, inclusive, integrava a comissão a professora Eliana Marta, chefe do Núcleo de Supervisão Educacional. Após esse enquadramento, o município passou a seguir a Constituição Federal.

Nos arquivos da época, pudemos observar que o trabalho da Supervisão era pedagógico e administrativo, que muitas vezes se sobrepunha ao pedagógico, devido ao volume. Os Supervisores iam às escolas verificar toda documentação, como: diários de classe, ficha individual, livro de ponto, ata de resultados finais, planos de aula, plano de curso. Orientavam quanto à regularização de vida escolar, dentre outras atividades.

³⁵ Enquadramento – servidor que obteve a escolaridade mínima exigida foi assegurado o direito de passar a integrar o Quadro Permanente, mediante formação correspondente ao cargo (...) na forma da Lei. Fonte: Lei Municipal nº 1070 de 19/09/1971).

³⁶ Professores Especialistas – são aqueles que possuem formação em Pedagogia com habilitação nas áreas de Orientação Educacional, Supervisão Educacional, Administração escolar ou Educação Especial, assim como aqueles que venham a ser admitidos por concurso público específico. Fonte: Lei Municipal nº 1070/91, Boletim Oficial Especial nº 1047, p.5 de 19/09/1991, art. 6º III.

Entre 1993 é consolidada a Divisão de Ensino Fundamental, deixando a Supervisão Educacional com o trabalho de acompanhamento pedagógico, apesar de que o trabalho administrativo também era visto pelos Supervisores.

De 1993 a 1996, a Secretária Municipal de Educação foi a professora Maria Hélia Machado Lacerda, que ampliou as discussões sobre a alfabetização e as formações pedagógicas. Cursos na linha construtivista eram divulgados e acompanhados pela Supervisão, porém, implementados pela Divisão de Ensino Fundamental. A professora Eliana Marta Seraphim continuou como chefe da Supervisão, sendo substituída pela professora Rosângela Maria da Silva Ferreira, que permaneceu na chefia entre 10/09/1993 a 31/12/1996. Nessa gestão houve uma reestruturação do Organograma da SME/DC, onde foram criadas novas coordenadorias, como: Coordenadoria de Ensino, que agregava todos os setores ligados ao ensino; Coordenadoria Pedagógica, que estabelecia relações com o Núcleo de Supervisão Educacional e o Núcleo de Orientação Educacional; Coordenadoria de Planejamento, responsável pelo Plano Decenal, elaborado em 1993, com a participação de todas as escolas, que foram organizadas por polos de discussão, com representatividade de todas as unidades escolares, Matrícula Integrada ao estado do RJ e outros; Coordenadoria Administrativa, que tratava de Gestão de Pessoal; Coordenadoria de Assuntos Auxiliares, que fornecia suporte às unidades escolares com merenda, transporte, material e cuidava das Bolsas de Estudos.

A Supervisão nesse período apresentou um formato de trabalho diferenciado dos períodos anteriores, segundo a Professora Rosângela, como: Ampliação do quadro de Supervisores, sendo: Orientadores Pedagógicos indicados pelos Supervisores externos, e o processo de escolha se dava através de entrevistas e análise do trabalho realizado na escola pelo profissional; realização de encontros periódicos com a equipe externa de Supervisores objetivando discussão e reflexão sobre o papel do Supervisor Escolar como facilitador do processo pedagógico, problematizando questões do cotidiano junto aos segmentos da escola; grupos de estudos em dia comum semanal, com trocas de experiências e estudos de casos, tendo como foco principal a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Permanece, portanto, a Supervisão, com ação pedagógica, porém recebendo mais suporte dos setores ligados ao ensino. As unidades escolares já contavam com Especialistas (Orientadores Pedagógicos), oriundos do Plano de Cargos e Salários e dos profissionais aprovados do 1º concurso para Especialistas

realizado em 1992. A Supervisão encontrou neles parceiros para a discussão pedagógica. O quadro, com esses profissionais, foi formado lentamente, visto que somente as escolas maiores contavam com Professor Especialista. Hoje as escolas contam com pelo menos um Professor Especialista, seguindo o Lotacionograma³⁷ estabelecido pela SME/DC. Atualmente a Rede Municipal, de acordo com os arquivos do SAGP (2016), conta com 586 professores especialistas, distribuídos pelas unidades escolares.

Nesse período de gestão, a SME/DC implementou a proposta “Escola em Movimento”, com a participação de todas as Coordenadorias e professores da Rede Municipal, elaborando vários documentos, como: Em 1995 – Ciclo de Alfabetização nas Escolas Públicas Municipais de Duque de Caxias; em 1996 – Reorientação Curricular, Educação Infantil, Ciclo de Alfabetização, 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, A Escola em Movimento: Avaliação Escolar, A Escola em Movimento: Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem e Caderno Pedagógico do Ciclo de Alfabetização do Ensino Noturno. A reformulação do Regimento Escolar da Rede Municipal de Ensino foi amplamente discutida com todos os segmentos da SME/DC e professores da Rede Municipal, sendo que o encaminhamento para o reconhecimento e registro se deu em gestão posterior (Arquivo pessoal da Professora Rosângela).

Em 1999, quando na gestão do prefeito Zito, foi realizado um concurso público para a Supervisão Administrativa (Lei Municipal nº 1070/91, Boletim Oficial Especial nº 1047, p.5 de 19/09/1991, art. 6º III).

Sete profissionais, concursados para esse fim, foram empossados para que fizessem o acompanhamento das escolas no que tange à documentação. Na Divisão de Supervisão Educacional, havia, portanto, duas equipes: sete profissionais que atuavam na parte administrativa e outros profissionais, indicados por Supervisores para atuarem como Supervisores Pedagógicos.

Esses profissionais indicados passavam por entrevistas e inicialmente até por redação, para que pudessem atuar na função. Hoje não há mais a exigência desses critérios para que o OP possa atuar como Supervisor Pedagógico, bastando uma indicação. Atualmente são aceitos também Orientadores Educacionais, que também atuam como Supervisores Pedagógicos. Nessa equipe só Professores Especialistas

³⁷ Lotacionograma – Demonstra a organização dos profissionais lotados nas escolas da Rede Municipal de Educação. As escolas são classificadas por quantitativo de turmas. Através dessa classificação, o pessoal é distribuído de acordo com a realidade da escola.

podiam fazer visitas às escolas, o que permaneceu até 2016. Atualmente somente quatro Supervisores Administrativos continuam na ativa, pois uma faleceu, um pediu exoneração do cargo e outra foi remanejada para uma escola, atuando como Orientadora Pedagógica (acordo feito entre a SME e a interessada). As escolas eram divididas em polos, e cada escola tinha pelo menos dois Supervisores: um Pedagógico e um Administrativo. Mesmo tendo sido realizado um concurso específico para a função de Supervisão Administrativa, não há ainda um regimento interno que a contemple. A função está contemplada oficialmente no PME, 2015 (Anexo 04).

Em 2013, na gestão do prefeito Alexandre Cardoso, o trabalho da Supervisão foi modificado. A maioria dos Supervisores retornou às escolas e até 2016 a equipe contava com: duas Supervisoras Administrativas, que faziam o trabalho de campo, uma Supervisora Administrativa que estava readaptada para serviço interno e uma Supervisora Administrativa licenciada. A parte pedagógica praticamente não era mais acompanhada por essa equipe, ficando a cargo de outra Coordenadoria. Nove Supervisores Pedagógicos permaneceram na equipe (incluindo duas OEs e uma profissional licenciada). A CSOE, apesar de ter a nomenclatura de Coordenadoria, se restringiu a atender a Portaria GS/SME/DC nº 32/14, para assinatura de históricos escolares, naquelas unidades escolares onde não contavam com a presença do Secretário Escolar, ou quando houvesse demanda, fazendo atendimentos ao público, anotando as reclamações diversas, inclusive das demandas relativas ao Conselho Tutelar, além de participar de comissões de acompanhamento. Até 2016, três supervisoras respondiam pela gestão de escolas em processo de sindicância ou de acompanhamento mais direto, ou seja, estavam lotadas no setor, mas atuavam diretamente nas escolas, respondendo pelas Direções afastadas.

A mudança foi radical porque inicialmente, nessa gestão, a Divisão de Orientação Educacional e Alimentação Escolar foram remanejadas para a Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional – CSOE. No ano seguinte, esses profissionais foram remanejados para escolas, e foi estipulado um quantitativo de Supervisores na CSOE, apenas seis profissionais, a fim de manter o fluxo de serviço. Alguns Supervisores foram remanejados para a Coordenadoria de Ensino Fundamental — CEF e, ao findar o ano de 2015, foram novamente remanejados para a CSOE e permaneceram no setor.

Observamos que as gestões dos prefeitos eleitos em Duque de Caxias influenciaram no trabalho da Supervisão Educacional e, de acordo com os documentos colhidos, a função supervisora será analisada nos diferentes momentos históricos.

Quadro 02 - Trabalho da Supervisão Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias entre 1963 a 2017.

PERÍODO	PREFEITO*	SECRETÁRIO/ Departamento	SETOR	RESPONSÁVEL	FUNÇÃO
1963 – 1966	Joaquim Tenório Cavalcante (eleito)	Regina Tescaro Sampaio	Sem registro	Prof. Jandilson dos Santos e Ilza Luiza de Souza	Suporte Pedagógico
1967 – 1970	Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo (eleito) e Dr. Ruyter Vidaure Poubel. (111 dias nas licenças do prefeito).	Hilda do Carmo/DEC	Serviço de Inspeção Escolar Serviço de Orientação Pedagógica	Nair Chamarelli Lessa Laura Andrade e Creusa Moulin Pinheiro	Fiscalização – figura do Inspetor Escolar Apoio Pedagógico
1971 – 1975 (14/03)	General Carlos Marciano de Medeiros (interventor)	Hilda do Carmo/DEC	Serviço de Inspeção Escolar Serviço de Orientação Pedagógica	Nair Chamarelli Laura de Andrade e Creusa Moulin Pinheiro	Função Administrativa Função Pedagógica
1975 – 1978 (14/03)	Coronel Renato Moreira da Fonseca (interventor)	Stélio José Lacerda Secretário	Serviço de Supervisão Escolar: 1º Grau e Supletivo	Creusa Moulin Pinheiro Maria Nilza Souza de Assis Luciana Arêas Brasil	Extingue a Inspeção, e a Supervisão se divide em Ensino Regular e Supletivo.
1978 a 1982 (02/05)	Coronel Américo de Barros (interventor)	Juberlan de Oliveira Prof. Romeu	Serviço de Supervisão Escolar: 1º Grau e Supletivo	Maria Nilza Souza de Assis Luciana Arêas Brasil	Oficializa a Supervisão de: Caixa Escolar, Merenda Escolar e Bolsas de estudo.
1982 – 1985	Hydekel de Freitas Lima (interventor)	Maria Auxiliadora Viana da Silva	Serviço de Supervisão Educacional	Jorge de Oliveira	Função Pedagógica e Função Administrativa
1986 - 1988	Prof. Juberlan de Oliveira (eleito)	Hermes Terezinha Lenice Calixto	Serviço de Supervisão Educacional	Marlene Arêas Mello	Função Pedagógica e Função Administrativa
1989 - 1990 (12/09)	Hydekel de Freitas José Carlos Lacerda (eleito)	Dalva Lazaroni de Moraes	Serviço de Supervisão Educacional	Eliana Marta Maia Seraphim	Função Pedagógica e Função Administrativa
1990 – 1992	José Carlos Lacerda – Vice – prefeito	Solange Amaral			
1993 - 1996	Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo (eleito)	Maria Hélia Lacerda	Núcleo de Supervisão Educacional	Eliana Marta Maia Seraphim Rosângela Maria da Silva Ferreira	Função Pedagógica e Função Administrativa
1997 – 2000	José Camilo Zito dos Santos (eleito)	Roberta Barreto de Oliveira	Divisão de Supervisão Educacional	Elia Regina Lopes Pedrosa Alda Maria Rodrigues de Carvalho	Função Pedagógica e Função Administrativa, (Em 1999 foi realizado concurso específico para Supervisão Administrativa).
2001 – 2004	José Camilo Zito dos Santos	Roberta Barreto de Oliveira	Equipe de Supervisão	Maria Celeste Rodrigues Pais	Função Pedagógica e Função Administrativa

	(eleito)		Educacional	Alves	
2005 – 2008	Washington Reis de Oliveira (eleito)	Selma Maria Silva Rodrigues	Equipe de Supervisão Educacional	Venécia Barreto Cipriano da Silva	Função Pedagógica e Função Administrativa
2009 – 2012	José Camilo Zito dos Santos Filho (eleito)	Maria de Lourdes Tavares Henriques Roseli Duarte Torres Roberta Barreto de Oliveira Raquel Barreto de Oliveira	Equipe de Supervisão Educacional	Rogéria de Lima Bezerra Pedra Nilce Bertolino dos Santos Alves	Função Pedagógica e Função Administrativa
2013 – 2016	Dr. Alexandre Cardoso (eleito)	Marluce Gomes da Silva Marcos Resende Villaça Nunes	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional	Venécia Barreto Cipriano da Silva Ruth Nazaré de Barros	Função Pedagógica e Função Administrativa
2017**	Washington Reis de Oliveira (eleito)	Marise Moreira Ribeiro	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional	Solange Rodrigues Noronha de Souza	Função Pedagógica e Função Administrativa

Fontes: SAGP, 2016; * Braz; Almeida, 2010, p.68 – 69.

** Atualização feita pela pesquisadora, 2017.

Antes, através do quadro de evolução da Rede vamos mostrar como a Rede Municipal de Educação tem sofrido mudanças, tanto pelo quantitativo de escolas, quanto pelo quantitativo de alunos, que vinha crescendo até 2009, e a partir de 2010 houve um decréscimo na matrícula, fruto talvez, das políticas implantadas nas gestões municipais.

TABELA 01 – Quantitativo de Escolas e alunos da Rede Municipal de Duque de Caxias, entre os anos 1996 a 2016.

Observação: Com relação ao quantitativo de funcionários nos anos de 2011 e 2012, a SME não obteve acesso à folha da SMA, motivo pelo qual os valores foram repetidos. 2014 – quantitativo de aluno da Educação de Jovens e Adultos — EJA – 8380 + 188 alunos; PROJOVEM:³⁸ 8.568 alunos.

³⁸ PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, instituído pela lei 11.129 de 30/06/2005.

ANO	ESCOLA	CRECHE	TOTAL ESCOLAS	Nº SALAS	Nº TURMAS	FUNC.	Alunos CE	Alunos CRECHE	Alunos PRÉ	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	EJA	TOTAL ALUNOS
1996	88	5	93	555	1518	3445	291	787	1054	31375	16431	301	50239
1997	91	5	96	643	1658	3589	296	239	1524	32267	17666	0	51992
1998	94	5	99	671	1737	3646	272	601	1291	38080	19226	0	59470
1999	95	5	100	720	1855	3822	344	234	1296	37210	15725	6519	61328
2000	98	6	104	795	1964	3959	424	341	1044	39958	17450	7296	66513
2001	103	6	109	864	2117	4171	392	376	1118	42198	17091	7947	69122
2002	107	7	114	905	2301	4171	501	364	1602	46508	14706	8821	72502
2003	110	9	119	960	2450	4211	505	462	2122	49750	14292	8823	75954
2004	118	14	132	1105	2913	4880	482	543	3194	55951	14377	11785	86332
2005	133	14	147	1134	3238	5155	521	689	3990	59483	16552	14123	95358
2006	137	16	153	1374	3366	5647	557	798	4316	58568	17038	14606	95883
2007	136	18	154	1342	3387	6111	618	909	4230	56489	16957	13741	92944
2008	137	22	159	1392	3377	6156	652	1577	5087	54931	17886	13533	93666
2009	139	29	168	1553	3453	6176	651	2074	5494	52079	17789	12196	90283
2010	140	29	169	1560	3471	6614	732	2192	5581	48853	18015	11483	86856
2011	143	31	174	1584	3358	6614	769	2435	6202	47408	17083	10091	83988
2012	141	32	173	1576	3289	6614	739	2657	6748	45904	17004	8781	81833
2013	142	32	174	1550	3347	6005	757	2630	6508	44706	16436	9203	80240
2014	140	33	173	1565	3317	5871	761	2647	7404	43861	15984	8568	79225
2015	142	33	175	1539	3342	5646	747	2489	7583	42981	15588	7896	77284
2016	145	33	178	1561	3438	6390	749	2451	8431	42557	16185	8621	78994

Fonte: SMA/Estatística, 2016.

Passamos então a descrição das gestões pesquisadas, entre 2000 a 2016.

3.3 A Supervisão na Gestão de 2001 a 2004

Em 1997 no primeiro governo do prefeito Zito, a professora Elia Regina Lopes Pedrosa estava na chefia da DSE, permanecendo até 1998, sendo substituída pela professora Alda Maria Rodrigues de Carvalho, em 16/03/1999,³⁹ escolhida pelo grupo de Supervisores da época, que atuou na função até 02/02/2001. A professora Alda impôs algumas condições para que pudesse atuar como chefe da equipe, que seriam: que a gestão fosse compartilhada e que fosse organizada uma Equipe Interna. As condições foram aceitas. O grupo então escolheu os Supervisores para que atuassem na Equipe Interna. Foram escolhidos os seguintes Supervisores: Elisa Rodrigues Santos e Sandra Eduarda Leocádio (responsáveis pelas formações), Edméa Castro dos Santos Soutello, Carmem Lúcia da Silva Sampaio, Izaura Maria Dias de Almeida (responsáveis pelo atendimento às escolas no setor), Paulo Ferreira dos Santos (responsável pelo Ciclo de Alfabetização).

³⁹ Através da Portaria nº 408/ GP/SME,1999.

Essa equipe era responsável pela formação interna dos Supervisores, acompanhamento sistemático do trabalho realizado pelos Supervisores (realizado por meio de consultorias), intercâmbios entre diferentes setores da SME/DC, participação, sempre que necessário, das reuniões da chefia, planejamento, organização e implementação dos encontros com orientadores pedagógicos. Nesse período foi organizado um projeto para atendimento das escolas de difícil acesso, atuais escolas de campo,⁴⁰ com o objetivo de divulgar os trabalhos realizados por essas escolas e as ações bem-sucedidas.

O encontro era mensal, tendo sempre uma escola polo. Ali eram compartilhadas as informações necessárias e os trabalhos realizados pelas escolas. Esse projeto surgiu do clamor das escolas distantes, que se sentiam separadas da Rede. A equipe da ESE e a direção da escola polo eram responsáveis pelo planejamento dos encontros. Cada mês uma das escolas era escolhida como Escola-Polo, onde as reuniões aconteciam, e a unidade era responsável pela acolhida das outras escolas convidadas. Os temas eram sugeridos por elas, e foram trabalhados os seguintes temas, dentre outros: Construção do PPP, Inteligências Múltiplas, Psicogêneses da Língua Escrita, Dificuldades de Aprendizagem, Avaliação, Tipologia Textual. Os encontros eram divididos em três momentos: 1º- Fundamentação teórica sobre o assunto escolhido; 2º - Almoço; 3º - Relatos de experiências e reflexão sobre a teoria estudada e a prática dos profissionais na escola. Os encontros proporcionavam estudo, reflexão e momentos de descontração, além de fortalecer a amizade entre os membros das escolas envolvidas.

A Equipe de Supervisão Educacional tinha autonomia para desenvolver as ações, que consideravam necessárias para o crescimento da equipe. Uma das metas da época era a formação dos Supervisores, e quinzenalmente eram realizados grupos de estudos, com temas diversos. Com a implantação do Ciclo de Alfabetização na Rede, a Equipe Interna realizou formações para professores, principalmente para aqueles que atuavam no Ciclo de Alfabetização (esses professores recebem uma gratificação de 30% sobre o vencimento para que possam se dedicar aos anos iniciais do Ensino Fundamental). A SME contava com a assessoria do educador Miguel Arroyo, que

⁴⁰ Escola de Campo - aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Fonte: Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 05/06/2017.

participava do planejamento das formações relativas ao Ciclo de Alfabetização. Foi um tempo de muito estudo e muitas trocas de experiências, o que fazia com que o grupo da SME estivesse em conexão com as escolas.

Além dos profissionais que compunham a Equipe Interna, havia funcionários administrativos que apoiavam o trabalho dos Supervisores e faziam todo o trabalho administrativo, como: controle de frequência da equipe, entrega de material para os Supervisores, organização das reuniões internas e apoio à chefia; havia uma equipe de Supervisores de Campo, que acompanhavam as escolas regularmente através de vistas *in loco*. A Equipe Interna acompanhava o trabalho dos Supervisores de Campo, através dos registros em Termo de Visita e das Assessorias. Quando surgiam problemas com as escolas, a Equipe Interna tomava conhecimento para que soluções fossem pensadas em conjunto, aliviando, assim, o trabalho dos Supervisores de Campo.

Em 1999, a professora Angela Regina Figueiredo da Silva Lomeu, percebendo a carência da Rede em relação ao trabalho administrativo, sugeriu que fosse realizado um concurso para Supervisores Administrativos com o objetivo de acompanhar o trabalho administrativo nas escolas e fornecer suporte para as outras equipes da SME, que na época não contava com a figura de um advogado para despachar com o Ministério Público. Além dessas duas funções, os Supervisores Administrativos seriam os responsáveis em analisar toda a documentação referente ao Enquadramento de Profissionais da Educação e dos Concursados, o que acontecia sempre que necessário (até hoje os Supervisores Administrativos são responsáveis pela análise da documentação de novos profissionais na SME, exceto em 2016, quando outros profissionais também participaram dessa análise).

A Secretária de Educação acatou a sugestão, e esse grupo foi formado com os seguintes profissionais: Ednilson Amorim, Elisângela do Amaral Soares, Jesuína Fátima de Andrade (falecida), Jussara Cosme Cabral, Marlene Lauritzen da Silva Soncim, Osmeire Pinheiro de Matos (nome atual) e Sandra dos Santos Garrão. Além dos concursados, dois Supervisores, após avaliação do setor e pela experiência em campo, foram escolhidos para atuar como Supervisores Administrativos: Profs. Especialistas Paulo Roberto e Jorge da Silva. Esses profissionais faziam consultorias aos profissionais concursados e sem experiência na função. Inicialmente a professora Angela Lomeu, chefe do Departamento Geral de Ensino, conversou com os Supervisores Administrativos esclarecendo o motivo do concurso para a função, falou

das necessidades das escolas e da SME, em relação ao suporte técnico necessário, e sobre a vantagem do recebimento do difícil acesso por parte de todos, que serviria para cobrir gastos com locomoção às escolas.

Nessa época, foi entregue um documento contendo: o perfil do Supervisor Administrativo, área de atuação, forma de atuação e atribuições específicas.⁴¹ Em 2000, através da chefia imediata foi entregue um documento contendo as funções relativas ao trabalho administrativo, através do Ofício Circular nº 02/2000,⁴² que ratificou as orientações recebidas em 1999, na posse dos profissionais. As reuniões com essa equipe aconteciam às segundas-feiras, e com a Equipe Pedagógica às terças-feiras. As escolas foram divididas em polos, e cada Supervisor atuava com 10 escolas. Um dos polos não contava com visitas regulares de Supervisor, e todo o grupo fazia o atendimento, geralmente na SME.

O grupo de Supervisores Administrativos, concursados para esse fim, atuava nas escolas somente no acompanhamento da parte administrativa. As formações foram programadas através de Jornadas Administrativas, realizadas com o objetivo de fazer formação em serviço para aqueles que atuavam nas secretarias escolares. Além dessas funções, os Supervisores Administrativos realizavam visitas às escolas privadas que ofereciam bolsas de estudos para alunos da Rede Municipal de Duque de Caxias. Através de processo autuado pela escola interessada, na SME/DC, os Supervisores

⁴¹ Supervisor Administrativo – Perfil: Elemento que atuará em um polo pedagógico, tornando-se extensão da SME na plena consecução dos objetivos propostos, viabilizando esse fato através da perfeita ordem administrativa. Atuará em sintonia com a Divisão de Supervisão Escolar, que será um elemento sinalizador para a presença desse Supervisor na U.E. Cumprirá visitas agendadas em cronograma próprio, participando do desenvolvimento da proposta pedagógica das U.E. como elemento mediador; Área de atuação: os polos pedagógicos aos quais serão transmitidas todas as Diretrizes Administrativas emanadas da SME e Unidades Escolares, caso haja necessidade. Forma de atuação: Carga horária dividida em: 01 plantão de 08 horas; 01 reunião quinzenal com o seu polo com 04 horas; 08 horas disponíveis para atendimento a qualquer unidade escolar, onde sua presença se faça necessária; Atribuições: troca constante com os membros da Supervisão Escolar agindo sempre de modo a não permitir que a figura do Supervisor Administrativo seja associada ao do “Inspetor”; Atribuições Específicas: Análise e acompanhamento na elaboração de: livro de ponto, livros de matrícula, ficha de frequência, mapas estatísticos, horário extraclasse, emissão de históricos escolares, pastas de alunos, livro de ata de resultados finais. Fonte: (Arquivo pessoal da pesquisadora).

⁴² Ofício Circular nº 02/2000 da DSE contendo: Atribuições da Equipe de Supervisão Administrativa: Elaborar o Plano de Ação para 2001, devendo constar as seguintes ações: 1- capacitação permanente para Diretores, Secretários e Auxiliares de Secretaria; 2- Elaboração da proposta para as turmas em regime de progressão parcial; 3- Elaboração da redação para os casos de classificação e reclassificação, de acordo com a Resolução de Matrícula (documento da época, hoje é feita através de Portaria de Matrícula) expedida por esta Secretaria; 4- Previsão e distribuição mensal de visitas às unidades escolares em 2001; 5- previsão de datas para realização de grupos de estudo; 6- Organização do horário para 2001(...); 7- Levantamento das UEs que ainda não entregaram as Atas de Resultados Finais. O Plano de Ação deveria ser entregue até 21/12/2000. Fonte: Ofício Circular de 02/2000 da DSE (Arquivo pessoal da pesquisadora).

visitavam as escolas com o objetivo de verificar toda a parte documental em relação ao funcionamento da escola, baseados na Deliberação do CEE/RJ nº 231/1998, bem como a parte de pessoal, garantindo que todos os professores fossem formados com pelo menos o Ensino Normal e contratados pela escola. Após toda verificação documental e parte física do prédio, um parecer conclusivo era emitido, sendo favorável ou não para que a escola pudesse participar do Programa de Bolsas de Estudo, que mais tarde passou a ser fiscalizado pela CAE,⁴³ com profissionais indicados para realizar a verificação *in loco* das condições da escola.

O suporte às outras equipes era fornecido sempre que necessário, e as portarias eram redigidas com a participação dos Supervisores Administrativos. A DSE funcionava então com duas equipes: Supervisores Administrativos e Supervisores Pedagógicos. Os Supervisores trabalhavam através de atividades, tendo que realizar 20 atividades mensais, incluindo as formações da Equipe Interna, as visitas, consultorias, encontros promovidos por outros setores da SME.

No início de 2001, a professora Maria Celeste Rodrigues Pais Alves⁴⁴ assumiu a chefia do setor, e deu continuidade ao Programa de Formação dos Supervisores

⁴³ CAE – Coordenadoria de Assistência o Educando.

⁴⁴ Maria Celeste Rodrigues Pais Alves nasceu no Rio de Janeiro em 01 de novembro de 1955. Filha única do barbeiro Manuel de Sousa Pais e da professora Oflia Rodrigues Pais, desde cedo demonstrava interesse pelo magistério. Kursou sua educação básica na Escola Municipal Pará, onde também estudara sua mãe; kursou o ensino médio básico e também a formação em magistério. De 1974 a 1978 cursa a universidade de Pedagogia entre descobertas, reflexões e mudanças de leitura do mundo. Em 1976 é aprovada no concurso de ingresso ao magistério público do Município do Rio de Janeiro. Como professora regente atuou na Escola Municipal Monte Castelo até 1980 quando foi indicada para desempenhar a função de supervisora educacional. Nesse mesmo ano deu início à pós-graduação *latu-senso* em supervisão educacional e administração escolar. Em 1982 é convidada pela direção do Colégio Cenecista Coelho Neto a implantar o serviço de supervisão educacional, onde o trabalho, além de gratificante, possibilitou crescimento pessoal e profissional. Em 1983 é enquadrada na função de especialista em Educação no Município do Rio de Janeiro. Em 1986 ingressa ao magistério do Estado do Rio de Janeiro, por meio de concurso público, atuando como professora regente de ciências e matemática até 1988, ano em que se ausenta das salas de aula para atuar como supervisora educacional. Em março de 1991 é convidada a integrar a equipe de intervenção na Escola Municipal Escultor Leão Veloso (município do Rio de Janeiro). Em setembro desse mesmo ano foi indicada para assumir o cargo de assessora do Secretário Estadual de Administração, tendo respondido também pela chefia de gabinete. Em 1995 retorna à escola desempenhando sua função de supervisora educacional. Em 1997, após aprovação em concurso público, passa a atuar como orientadora pedagógica no Município de Duque de Caxias. Em 1998 ingressa, também por meio de concurso público, na prefeitura municipal de São João de Meriti para exercer o cargo de supervisora educacional. Em 2000 é convidada a integrar a equipe central de supervisão educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Em 26/07/2001 foi indicada por seus pares a assumir a gestão da equipe de supervisão educacional, indicação esta aprovada pela Secretaria Municipal de Educação, onde permaneceu até 2004. É aprovada para o curso de Mestrado em Educação de 2005 a 2008. É designada em 2005 para integrar o Conselho Municipal de Educação, representando os supervisores educacionais da secretaria municipal de educação junto ao conselho, onde permanece até 2011. Em 2006 é indicada para implantar o serviço de inspeção escolar no Município de Duque de Caxias, tendo nesse mesmo ano iniciado a pós-graduação em inspeção escolar. Participou em

Educacionais. Os Supervisores Administrativos continuavam com o trabalho de acompanhamento às escolas. A Equipe Interna foi composta de outros profissionais, inclusive a pesquisadora fez parte dessa equipe, e organizava os materiais para estudo, as apostilas, fazia a leitura de termos de visitas e encaminhamentos necessários à outras chefias, a fim de atender às necessidades das escolas. Nessa época, muito material foi produzido, e a equipe estudava muito (havia quinzenalmente GEs com temas considerados necessários ao trabalho da Supervisão). A equipe de Supervisores construiu uma agenda anual e ali constavam: os contatos de todos da equipe; o calendário escolar; os objetivos mensais, tanto da Supervisão Administrativa quanto da Educacional; as datas e os temas dos Grupos de Estudos e os objetivos dos plantões. Esse documento foi organizado até 2011, quando a equipe recebeu a última agenda, que servia de consulta para o trabalho em campo.

Nesse período a SME contava com a assessoria da professora Sônia Regina Scudese Dessemone Pinto (falecida), que mantinha contato direto com a DSE (nova nomenclatura) para solução de dúvidas e fornecia informações e orientações em relação ao planejamento das ações desenvolvidas pela SME/DC. Toda diagnose da Rede era feita pela DSE.

Em 2002 a proposta pedagógica da Rede Municipal foi concluída, e um livro sobre o assunto foi entregue aos profissionais da Rede, com o seguinte tema: “Escola em Movimento”. Em 2003 o Sistema Municipal de Ensino de Duque de Caxias foi instituído pelo Decreto nº 4238 de 22/05/2003,

[...]passando a disciplinar a educação escolar garantindo a autonomia do Município para organizar sua Rede de Escolas, para baixar normas para seu funcionamento e para supervisionar e avaliar sua própria Rede e as escolas de educação infantil da Rede Privada. As atribuições conferidas aos atos legais mencionados atendem ao que dispõe a LDBEN nº 9394/1996 de 20/12/1996 (SIE⁴⁵/DC, 2006, p.2).

2007 da comissão coordenadora do plano municipal de educação, e da comissão para elaboração do funcionamento da educação especial, no Município de Duque de Caxias. Concluiu neste mesmo ano o curso de Especialização profissional em Direito Educacional. Em 2012 é aprovada no concurso público para o cargo de Supervisor educacional da prefeitura de Resende. No ano de 2014 desvincula-se do serviço de inspeção escolar do Município de Duque de Caxias. Após anos de dedicação à ampliação e ao desenvolvimento do sistema de educação fluminense, dá início no ano de 2016 ao seu processo de aposentadoria, com o intuito de se dedicar exclusivamente à família, em especial a convivência com seus netos. (Alves, 2017. Biografia cedida em 23/05/2017 para a pesquisa)

⁴⁵ SIE/DC – Serviço de Inspeção Escolar de Duque de Caxias.

Tanto na gestão da professora Alda Maria, quanto na gestão da professora Maria Celeste, havia ênfase nas formações dos Supervisores, com o intuito de que o Ciclo de Alfabetização pudesse ser atendido da melhor forma. Toda a equipe da SME participava das formações, dentro de seu horário de trabalho.

3.4 A Supervisão na Gestão 2005 a 2008

Em 2005, foi criado o Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias,⁴⁶ através da Deliberação CME/DC nº 01/2005 de 24/11/2005, “Fixa normas para a organização da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino”, o que fortaleceu o trabalho da Supervisão. Nessa gestão, agora com o novo Prefeito, Washington Reis de Oliveira, a chefia da DSE foi escolhida pelo voto direto dos Supervisores Educacionais (Pedagógicos e Administrativos). Algumas pessoas se inscreveram como candidatos, como: Professores Especialistas Venécia Barreto Cipriano da Silva, Rosimere Pinto Carias (falecida), Consuelo Goulart André e Carlos Orlando S. Silva. Após o processo de votação, a Prof.^a. Venécia foi escolhida pelo grupo.

Em 2006, com a necessidade de atender ao Conselho Municipal de Educação, uma vez que, por legislação, o CME deve funcionar amparado com órgão próprio e com a responsabilidade do Município em autorizar as escolas privadas de educação infantil, foi necessária a formação de uma equipe para o trabalho, através da Portaria nº 001/GS-SME/06, de 16/02/2006, que “Designa professores para o Serviço de Inspeção Escolar e dá outras providências” para compor a equipe de Inspeção escolar, nos termos da Resolução nº 002/GS-SME/06. Essa equipe recebeu um prazo de 30 dias para elaborar as diretrizes operacionais para o serviço, em atendimento às normas do Sistema Municipal de Educação relativas à matéria, submetendo a aprovação da SME (SIE, 2006), que estaria responsável pelas escolas privadas da etapa educação infantil.

⁴⁶ CME/DC – O Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias, órgão colegiado, criado pela Lei nº 1330/1997 e reformulado pela Lei nº 1869/2005, é responsável pelas atribuições do Sistema Municipal de Ensino em matéria consultiva, fiscalizadora, deliberativa, normativa, de acompanhamento e assessoramento sobre temas de sua competência. Constituído por 12 membros, funciona diariamente e conta com uma estrutura administrativa e assessoria técnica vinculada à SME/DC desempenhando suas funções, elaborando normas e tomando decisões para o bom funcionamento do Sistema Municipal de Ensino. Em matéria deliberativa, o CME ocupa-se na elaboração de normas para Educação especial no município. Fonte: (SIE/DC, 2006).

Supervisoras foram escolhidas para que formassem o grupo de implantação desse serviço, foram elas: Maria Celeste Rodrigues Pais Alves (chefe do SIE), Maria Aparecida de Andrade Ribeiro, Cristina Ribeiro da Costa Allo, Ediméa Castro dos Santos Soutello, Raquel Marins (Supervisoras Pedagógicas) e Osmeire Pinheiro de Matos (Supervisora Administrativa), todas oriundas da ESE.

A Inspeção Escolar, de acordo com a Deliberação CME/DC nº 02/2005,⁴⁷ que “Fixa normas para autorização de funcionamento de instituições privadas de Educação Infantil que assistem e educam crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e onze meses”, era responsável por: autorizar e encerrar as atividades de escolas de educação infantil e fazer o acompanhamento. Como não havia uma relação de escolas para que o acompanhamento fosse feito, as Supervisoras escolhidas para a função saíam em seus carros, pelo município, à procura de escolas que deveriam ser visitadas. Foi feita pelas Supervisoras uma relação de escolas. A Inspeção Municipal passou a fazer o acompanhamento, e esse trabalho prossegue até hoje. Duas Supervisoras, após três anos, pediram para que retornassem à ESE e no ano seguinte mais duas retornaram, ficando apenas uma Supervisora, a qual participou da implantação do Serviço de Inspeção. Mais tarde, outros professores passaram a fazer parte dessa equipe, não necessariamente Professores Especialistas, contrariando a Resolução nº 002/GS-SME/06, no art. 2º que diz:

Art. 2º - Os profissionais que atuarão no Serviço de Inspeção Escolar, denominados “Inspetor Escolar”, serão oriundos dos quadros da Secretaria Municipal de Educação, especialmente designados para esse fim através de Portaria baixada pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Somente poderão ser designados para esse serviço, profissionais devidamente habilitados, nos termos da legislação em vigor.

Seguindo a visão de trabalho, o Serviço de Inspeção promoveu vários encontros com gestores e pedagogos das escolas privadas e com pessoal que atuavam nas secretarias das escolas, através do projeto intitulado: FORPEG⁴⁸ (2006/2007). Foram

⁴⁷ Deliberação CME/DC nº 14/2014 - Revoga a Deliberação CME/DC nº 02/2005, que fixa normas para autorização de funcionamento de Instituições privadas de Educação Infantil que assistem e educam crianças na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.

⁴⁸ FORPEG – Formação Pedagógica para Gestores.

trabalhados alguns temas, como: Formação em Legislação Educacional, dividido em quatro módulos: Módulo I – A Importância dos dispositivos legais na Gestão Escolar; Módulo II – Os Conselhos de Educação Nacional, Estadual e Municipal e suas competências legais; Módulo III – A LDB nos dias atuais e sua aplicação e módulo IV – Estudo Legislativo e sua aplicação na Gestão escolar. Foi trabalhado também o tema sobre frequência escolar, com o título: A Infrequência em face da LDB e o gestor como gerenciador do processo ensino e aprendizagem. Em 2008 os seguintes temas foram trabalhados: Módulo I – Avaliação na Educação Infantil; Módulo II – Práticas Pedagógicas na Educação Infantil; Módulo III – Currículo na Educação Infantil; Módulo IV – A Inclusão Educacional na Educação Infantil.

Observa-se que em Duque de Caxias, há dois tipos de ação supervisora, uma denominada Inspeção Escolar, que atende às escolas privadas de Educação Infantil, e a Supervisão Educacional (Administrativa e Pedagógica), que atende às escolas públicas municipais.

Em 2007, os Supervisores Administrativos deram continuidade ao trabalho de formação em serviço, organizando uma formação, com uma carga horária maior, com duração de um ano, com direito à certificação, para todos os Auxiliares de Secretaria e Secretários Escolares. Foram utilizados os documentos construídos anteriormente com o grupo de Supervisores concursados, livros referentes ao assunto, Legislação Federal, Estadual e o Regimento das Escolas Municipais (registrado no 2º Cartório Registro de Títulos e Documentos – Duque de Caxias, RJ, sob o nº 083036, em 28/12/2005), que serve de consulta e instrução para o trabalho de toda a equipe escolar.

3.5 A supervisão na Gestão 2009 a 2012

Em 2008 o prefeito José Camilo dos Santos, conhecido como Zito, foi eleito, iniciando sua gestão a partir de 2009. À frente da Secretaria Municipal de Educação esteve a professora Maria de Lourdes Henriques, que definiu as chefias por meio de encontros e entrevistas dos profissionais indicados pela professora Roberta Barreto. Essa Secretária permaneceu por um ano, sendo substituída pela professora Roseli Duarte Torres, que mais tarde foi convidada a assumir a Secretaria Municipal de Ação Social como Assessora. Nessa ocasião, a professora Roberta Barreto de Oliveira assume

a SME/DC, tendo sido substituída posteriormente pela professora Raquel Barreto de Oliveira, sua irmã.

A Equipe de Supervisão Educacional continuou responsável pela organização e pelo acompanhamento das atividades pedagógica e administrativa das escolas da Rede Municipal de Educação. Nessa gestão duas professoras estiveram à frente da DSE: Professora Rogéria de Lima Bezerra Pedra⁴⁹ (2009-2010) e professora Nilce Bertolino dos Santos Alves (2011-2012). Como principal proposta foi definida a integração da Divisão de Supervisão Educacional com a Divisão de Orientação Educacional, que tinha como gestora a Professora Delma Marcelo dos Santos.

O objetivo da integração das Divisões era desenvolver um trabalho de parceria nos acompanhamentos das escolas e nas formações dos Professores Especialistas, já que a DSE era composta por Professores Especialistas, concursados para o cargo de Orientador Pedagógico, e a Divisão de Orientação Educacional era composta por Professores Especialistas, concursados para o cargo de Orientador Educacional. Ambos os cargos fazem parte da Equipe Diretiva⁵⁰ da unidade escolar e desenvolvem um trabalho integrado. Supervisores Administrativos também faziam parte da DSE. A Divisão ficou composta de:⁵¹ Supervisores Pedagógicos, Supervisores Administrativos e mais uma profissional que atuava com permuta, professores que atuavam no administrativo e a chefe, que contava com uma Assessora.

Foram definidos dois eixos de trabalhos para auxiliar a escola no processo ensino e aprendizagem: a) A Supervisão Pedagógica, que acompanhava e orientava a

⁴⁹ Rogéria de Lima Bezerra Pedra, nascida em 18 de agosto de 1965, em Duque de Caxias. Graduada em Pedagogia, Licenciatura Plena pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (1990) habilitação em Supervisão Escolar e Magistério nas Matérias Pedagógicas. Pós Graduada em Lato Sensu/Psicopedagogia Clínico Institucional pela UNIABEU (2003). Cursa Pós Graduação Stricto Sensu na UNIGRANRIO Mestrado Profissional em Ensino das Ciências (2017/2019). Concursada em 1992 no Município de Duque de Caxias para o cargo de Professor Especialista Orientador Pedagógico com atuação nas escolas da Rede. Em 2001 convidada para atuar no cargo de Supervisor Educacional na Secretaria Municipal de Educação – SME. Em 2002 convidada para atuar como gestora da Escola Municipal Visconde de Itaboraí. Em fevereiro de 2006 retorna para a equipe de Supervisão com o cargo de Supervisora Educacional. Em janeiro de 2009 assumiu a Chefia da Divisão de Supervisão Educacional. De março de 2009 a dezembro de 2012 foi Membro do Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias. Atuação como Supervisora Educacional da Faetec durante sete anos. Em janeiro do ano de 2013 retornou para a escola como Orientadora Pedagógica até a presente data. Biografia cedida à pesquisadora em 2017.

⁵⁰ Equipe Diretiva – Composta pelo Diretor, Vice-Diretor, Orientador Pedagógico, Orientador Educacional e Dirigente de Turno, deve coordenar ações coletivas e integradoras, visando ao desenvolvimento de relações democráticas no interior da Unidade Escolar com a colaboração do Conselho Escolar. Fonte: Art.9º do Regimento Escolar das Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias.

⁵¹ Total de profissionais incluindo os licenciados.

equipe diretiva quanto a dinâmica da unidade escolar com seus profissionais, o desempenho dos alunos e a formação dos Prof. Especialistas; b) A Supervisão Administrativa, que tinha como foco de trabalho acompanhar e orientar a organização dos documentos escolares e a formação para os Secretários, Assistentes Administrativos e também para os Professores Especialistas, além de atender a todas as demandas e intervenções que eram solicitadas pelas chefias e equipes da Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o documento arquivado pela chefia da época, professora Rogéria Pedra, ações foram definidas, como:

- Acompanhar o trabalho pedagógico realizado nas unidades escolares. Os registros dos acompanhamentos eram feitos em termos de visitas, que eram encaminhados às chefias da SME, sempre que necessário.
- Compunha a parte pedagógica: análise e acompanhamento do calendário escolar da unidade escolar; acompanhamento e avaliação do quadro de desempenho escolar das turmas, com orientações e sugestões de estratégias para melhoria dos resultados; orientações e acompanhamento do Plano de Ação da Equipe; assistência e orientações no cumprimento do Projeto Político Pedagógico; participação com sugestões e orientações das avaliações dos encontros de Assessorias com as escolas; apresentação, acompanhamento e orientações sistemáticas nas situações de mudança do gestor da escola; avaliação e acompanhamento das estratégias para os alunos que estão no quadro de distorção ano de escolaridade/idade; assistência em todas as atividades, projetos, grupos de estudos e conselhos de classe das escolas; acompanhamento do horário extraclasse (principalmente Equipe Diretiva); levantamento sistemático do quadro de carência de profissionais das escolas da Rede, principalmente professor; realização de formação para Professores Especialistas em parceria com a Divisão de Orientação Educacional; acompanhamento das avaliações encaminhadas pelo MEC: Prova Brasil do 5º e 9º Ano de Escolaridade e Provinha Brasil;
- Acompanhar e orientar todo trabalho administrativo e documentação das unidades escolares. Os registros eram feitos em termos de visitas para encaminhamentos das chefias da SME. Fazia parte desse acompanhamento administrativo: Orientação quanto à escrituração de documentos escolares; verificação e orientação para escrituração do Livro de Matrículas; verificação das cópias das Atas de Resultados finais para envio e arquivamento na DSE; análise as pastas individuais dos alunos matriculados (ficha de

matrícula e individual); verificação, análise e conferência de todos os documentos dos alunos do 9º ano de escolaridade para emissão do certificado; verificação e orientação do Livro de Certificação; verificação e orientações dos livros: de ponto, protocolo e pedido de históricos; atualização do arquivo permanente da DSE; regularização de vida escolar do aluno (livro e documentos da pasta individual do aluno); levantamento sistemático do quadro de carência de todos os profissionais das escolas da Rede; levantamento e acompanhamento sistemático do quantitativo de alunos nas turmas, tomando como base o Mapa Estatístico.⁵² Além da realização de Jornadas Administrativas para orientação de Diretores, Professores Especialistas, Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria;

- Participar efetivamente de todas as Sindicâncias e Intervenções realizadas nas unidades e com profissionais da Rede. Os Supervisores faziam parte das comissões organizadas para apuração de irregularidades. (Fonte: Arquivo da professora Rogéria Pedra referente ao trabalho realizado durante a Gestão Zito).

Além das formações, dos encontros realizados, muitas visitas e atendimentos foram realizados, como consta do levantamento de 2009, arquivado no setor:

QUADRO 03 – Levantamento do trabalho realizado até julho de 2009:

MÊS	Nº DE VISITAS	Nº DE ATENDIMENTOS
JANEIRO	0023	038
FEVEREIRO	0168	025
MARÇO	0375	037
ABRIL	0211	024
MAIO	0288	029
JUNHO	0264	022
JULHO	0154	011
TOTAL	1483	186

Fonte: ESE, 2009.

Em 2010 algumas ações foram definidas e programadas, como mostra o Quadro 04:

⁵² Mapa Estatístico - Documento no qual são registrados os dados da escola, como: identificação, quantitativo de alunos, fluxo de alunos, quantitativo e nomes de todos os profissionais que atuam na unidade escolar, bem como a formação acadêmica dos professores. Em entrevista com a Supervisora Ilza Luíza, cedida à pesquisadora em 2017, esse documento foi criado por ela, a fim de atender ao trabalho realizado sobre o Censo Escolar. Esse documento deveria estar de acordo com os registros do Censo Escolar.

QUADRO 04 – Cronograma de Atividades da ESE/DC – 2010

1. Foco: Unidades Escolares Trabalho Pedagógico	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.1. Formação Continuada para Professores Especialistas	x		x	x	x		X		x		
1.2. Acompanhamento sistemático dos Supervisores Pedagógicos: Planejamento Grupo de Estudos Conselhos de Classe Cumprimento do calendário Escolar Desempenho das turmas Estratégias p/ distorção de idade 1.3. Consultorias as Equipes Diretivas	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x
2. Foco: Unidades Escolares Trabalho Administrativo											
2.1. Acompanhamento sistemático dos Supervisores Administrativos: Legislações Documentos escolares Certificação do 9º Ano Cumprimento do calendário escolar	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x
2.2. Jornada Administrativa para os Gestores, Professores Especialistas, Secretária e Auxiliar de Secretaria.					x					x	
3. Equipe de Supervisão Educacional: Pedagógico e Administrativo											
3.1. Reuniões de Equipe: Geral (Terça-feira) Grupos de estudos (semanal) Grupo de Trabalho para formação Plantões do Supervisor Administrativo Participação nos eventos e projetos da SME	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x
3.2. Atendimento ao público Orientações gerais Reclamações Situações específicas das escolas	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x

Fonte: DSE, 2010.

Como pode ser observado, o trabalho pedagógico e o trabalho administrativo caminhavam de forma integrada, mesmo com suas especificidades. O planejamento era realizado com as equipes, e as ações eram compartilhadas, o que fez da Divisão um encontro de profissionais que trabalhavam de forma harmoniosa. A chefia e sua assessora, professora Denise Maria Fernandes Pinheiro, tinham um bom relacionamento com todos os integrantes do setor, bem como com outros setores da SME, o que facilitava o andamento dos trabalhos. Era comum a DSE participar de ações planejadas por outras equipes, pois todos trabalhavam em prol de uma educação de qualidade, e havia uma integração por parte dos setores.

FIGURA 02 - Foto da capa da agenda recebida pela Equipe de Supervisores que atuavam na DSE em 2009.

Constam nesta foto todos os Supervisores atuantes na equipe em 2009, que era formada basicamente por mulheres.



Fonte: Portfólio, SME/DSE, 2009.

3.6 A supervisão na Gestão 2013 a 2016

Nesta gestão, estava à frente a professora Venécia Barreto Cipriano da Silva, indicada pela Secretária de Educação. Ela já estivera à frente dos trabalhos da DSE entre 2005-2008. O grupo continuou com a atuação na parte administrativa e pedagógica. Houve uma reorganização na SME, e as equipes de Orientação Educacional e Alimentação Escolar passaram a fazer parte da CSOE (antiga ESE). Havia sete Orientadores Educacionais, que receberam algumas informações das Supervisoras Administrativas e dos Supervisores Pedagógicos para que pudessem conhecer o trabalho realizado na Coordenadoria. A Equipe de Alimentação Escolar era grande, e muitos foram lotados em escolas, permanecendo apenas alguns profissionais na CSOE. O argumento da chefia foi que só podiam atuar na CSOE Professores Especialistas, e muitos dessa equipe eram Professores II (concursados para atuar em função docente no Primeiro Segmento). Essa visão foi coerente com a visão anterior, de que somente Professor Especialista poderia fazer acompanhamento das escolas.

A Coordenadoria de Alimentação Escolar realizou também um encontro para que todos os profissionais da CSOE pudessem ter conhecimento do trabalho realizado. Essa equipe ficou reduzida a cinco pessoas que faziam o acompanhamento dos mapas de alimentação escolar.⁵³ Algumas atividades foram repassadas para uma empresa terceirizada, que contava com nutricionistas e visitavam as escolas municipais.

A CSOE então, a partir dessa nova formação, ficou constituída de: uma Equipe Pedagógica, uma Equipe Administrativa e contava com três psicólogas, duas anteriormente atuavam na Equipe de Orientação Educacional e uma em escola. Foi uma gestão bem difícil, pois além das mudanças, muitas informações foram omitidas, e os Supervisores não tinham mais autonomia para atuar.

A gratificação de difícil acesso, que servia de recurso para cobrir os gastos com transporte, foi retirada do salário dos Supervisores, mesmo tendo como amparo legal o Decreto Municipal nº 1097, de 14/02/79, publicado em Boletim Oficial em 15/02/79 que “Regulamenta a concessão das gratificações previstas no art. da Lei nº 114, de

⁵³ Mapa de Alimentação Escolar – documento no qual são registradas todas as entregas, saídas, utilização de gêneros alimentícios, bem como a confecção de cardápios e controle de estoque. No Guia original, consta também: recibo de gás (recebido pela escola), recibo do serviço de dedetização e análise da água utilizada pela escola. Mensalmente este documento é entregue pelas escolas à CAESC – Coordenadoria de Alimentação Escolar.

17/12/1976, e no art. 1º da Lei nº 85, de 26/05/1976, combinado com o art. da Lei nº 162 de 15 de dezembro de 1977”. No parágrafo único, alínea “a” e “b”, do art. 1º diz quais profissionais teriam direito ao recebimento desta gratificação, sendo, portanto, aqueles que:

- a) Exerçam a função de Supervisor de Ensino e;
- b) Tenham exercício no Serviço de alimentação Escolar, na fiscalização da alimentação servidas nas Escolas Municipais.

Diante disso, os Supervisores não podiam fazer as visitas por falta de transporte, visto que essa gratificação cobria todos gastos, não só com transporte, mas com pedágios e outros. Com essa nova visão de trabalho, os Supervisores passaram a fazer as visitas com carros da SME/DC, através de agendamentos com a COTRAN — Coordenadoria de Transporte. O trabalho foi dificultado devido à falta de transporte para todos os Supervisores, pois os carros atendiam a toda a SME/DC. Os Supervisores passaram então a fazer visitas para atender prioridades a serem resolvidas e para assinaturas de históricos escolares nas escolas que não contavam com Secretário Escolar.

As visitas eram feitas em sua maior parte em duplas devido à carência de transporte. Os Supervisores passaram, então, a fazer visitas somente quando contavam com transporte, e complementavam a carga horária com plantões no setor. Nesses plantões realizavam atendimentos ao público em geral, organizavam o trabalho interno, pois os profissionais da Equipe Interna foram lotados em escolas. Um profissional terceirizado foi contratado, mas desconhecia o trabalho da Supervisão, o que dificultou o andamento do serviço. Essa mudança na visão de trabalho influenciou os atendimentos feitos às escolas.

Documentos como ofícios não chegavam mais à CSOE, as atas de resultados finais, enviadas pelas escolas e que deveriam ser analisadas pelos Supervisores Administrativos, também não, e o trabalho ficou realmente reduzido. As escolas perceberam a ausência dos Supervisores, e alguns gestores escolares compareciam ao setor para solicitar a presença dos mesmos e recebiam a justificativa de que havia mudado o foco da ação supervisora em Duque de Caxias e que não voltaria mais a ser realizada como antes. Não houve um encontro ou uma reunião para que a nova forma de trabalho fosse comunicada às escolas, que se sentiram “órfãs” devido à falta de

Supervisores, considerados profissionais da SME na escola. De acordo com a visão da gestão, não havia necessidade de Supervisores nas escolas, pois as unidades escolares contavam com pelo menos um Professor Especialista, que, segundo a gestão da época, tem função semelhante à função da Supervisão Pedagógica.

Os Supervisores Administrativos permaneceram com suas atividades, como: Assessorias às Equipes Diretivas em relação ao trabalho administrativo e realização de Jornadas Administrativas. Quanto à parte pedagógica pouco se realizou devido à nova visão de trabalho da SME.

Em 2015 a equipe de Supervisores recebeu em uma das reuniões internas (15/04/2015) o plano de ação “traçado pela chefia”, e não pelo grupo, no qual constavam:

Missão: A Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional tem a finalidade de acompanhar, orientar e avaliar o trabalho das Unidades Escolares nas ações de caráter técnico-administrativo com compromisso de uma escola democrática, humana, solidária e libertadora.

Meta: Garantir a qualidade de ensino a todos os nossos alunos e alunas da rede Municipal de Educação (CSOE, 2015).

Nota-se que tanto na missão quanto na meta para a CSOE o acompanhamento às escolas não deixaria de existir, não se confirmando essa ação na prática. Foram definidas algumas competências para o setor como:

A Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional tem como competências ações de acompanhamento, orientação e encaminhamento inerentes a Supervisão Educacional e Orientação Educacional, Nutrição Escolar e Assistência ao educando (Bolsas de Estudo). (CSOE, 2015).

Mais uma vez, o acompanhamento às unidades escolares é reforçado, e, de acordo com o documento, o compromisso com a qualidade de ensino tem como proposta de ação pedagógica atuar junto às Equipes Diretivas das unidades escolares, com vistas ao melhor desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Já as ações dos Supervisores Educacionais teriam como foco os acompanhamentos sistemáticos às unidades escolares os seguintes eixos pedagógicos:

QUADRO 05 – Acompanhamento do Supervisor junto às Unidades Escolares.

Evasão Escolar	Alunos com idade incompatível	Aprendizagem
<ul style="list-style-type: none"> - Resgatar a listagem de alunos faltosos, encaminhados ao Conselho Tutelar e/ou Ministério Público em 2014. - Levantar a situação de cada aluno, os motivos e justificativas. - Definir as ações para a redução da baixa frequência que envolvam alunos, professor e família. <p>Projeto: Todos juntos pela frequência escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parceria com o Conselho Tutelar no acompanhamento aos alunos encaminhados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar através das Atas de Resultados Finais os percentuais de alunos promovidos e retidos. - Analisar os resultados localizando os Anos de escolaridade e/ou Componentes Curriculares com índices significativos de retenção. - Planejar ações de intervenção pedagógicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear os alunos com dificuldades de aprendizagem apontados nas avaliações de 2014 e avaliação diagnóstica. - Definir ações de intervenção que envolvam os alunos, professor e família. - Acompanhar os alunos em Progressão Parcial. - Orientar a Equipe Técnico-Pedagógica: Análise dos planos de aula/linha metodológica/instrumentos de avaliação; Acompanhamento em sala de aula; Leitura dos Relatórios Descritivos; Instrumentos.

Fonte: CSOE, 2015.

Esse trabalho ocorreu de forma bem restrita, devido à situação da CSOE no período. Contava somente com uma OE (Prof.^a Especialista Fátima Maria R.C. da Silva), o que tornou impossível um profissional dar conta de toda a demanda. Foi feito um grupo de trabalho com quatro supervisores, um para cada distrito. O grupo tinha a atribuição de levantar, avaliar nos documentos enviados pelas escolas ao Conselho Tutelar (lista de alunos faltosos, com dificuldades de aprendizagem, comportamental, retidos por frequência) os casos de maior prioridade para o acompanhamento. Os Supervisores iam às escolas em duplas para o acompanhamento e junto à ETP, buscou-se saber a situação dos alunos e traçar algumas ações nas escolas, como: ir às turmas para falar sobre frequência, conversar individualmente com os alunos, convocar responsáveis, professores e equipe para saber sobre o planejamento de ações para esse grupo de alunos e também para os casos mais difíceis fazer contatos com os Conselheiros Tutelares. Esse trabalho ficou registrado em Termos de visita, mas a CSOE não obteve resposta desse trabalho junto às escolas, talvez por não ter tido continuidade.

Nesse documento apresentado não consta o plano de ação dos Supervisores Administrativos, que planejaram outras ações voltadas para o trabalho específico do administrativo. O plano de ação da Equipe Administrativa era constituído de: identificação, justificativa, atribuições, caracterização do público-alvo, objetivos, metas, ações, estratégias, cronograma de ações e avaliações e as referências utilizadas no documento.

Como metas foram previstas:

- Realizar o diagnóstico inicial das unidades escolares quanto a escrituração escolar, organização da secretaria escolar e organização e funcionamento institucional;
- Implementar encontros planejados com CPFPPF⁵⁴ para os Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria das unidades escolares;
- Criação e manutenção de comunicação com as unidades escolares via correio eletrônico (e-mail) para esclarecimento de dúvidas e informes da Supervisão Administrativa;
- Elaborar proposta de normatização referente a informatização, incineração e escrituração de documentos escolares e arquivamento escolar (ativo e inativo), para ser encaminhada à apreciação do Conselho Municipal de Educação;
- Implementação de grupos de estudo e pesquisa permanentes com vistas a aperfeiçoamento profissional e atualização referente às normas educacionais em vigor, a organização técnico-administrativa das Instituições de Ensino e temas que se fizerem necessários para a implementação de aperfeiçoamento profissional continuado aos profissionais das unidades escolares;
- Implementação de reuniões de polo em unidades escolares para profissionais que atuam na secretaria escolar;
- Acompanhar a atualização do arquivo da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional referente a cópia das atas de resultados finais enviadas pelas unidades escolares.

As metas deveriam ser alcançadas por meio das seguintes ações e estratégias:

Ações:

- Formação Continuada para Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria;

⁵⁴ CPFPPF – Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire, responsável por todas as formações e por todas as pesquisas e estágios realizados na Secretaria Municipal de Educação.

- Visitas de acompanhamento às unidades escolares de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos;
- Fornecimento de orientações às unidades escolares quanto à regularização de vida escolar dos alunos;
- Encontro semestral com as unidades escolares nos polos;
- Acompanhamento do processo de certificação dos alunos concluintes do Ensino Fundamental;
- Encaminhamento de propostas de alterações na legislação educacional em vigor no Município, como portarias e deliberações municipais;
- Realização de pesquisas quanto a legislação educacional em vigor, atualizações referentes a organização técnico-administrativa das Instituições de Ensino e temas pertinentes ao campo de atuação profissional;
- Apuração de denúncias feitas à Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional através de visitas às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, em conjunto com demais setores da Secretaria Municipal de Educação. E as seguintes estratégias:
 - a) Visitas periódicas às unidades escolares, podendo as mesmas ser realizadas em comissão conforme a necessidade da escola;
 - b) Aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais que atuam na secretaria da unidade escolar e em outras funções conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino;
 - c) Correio Eletrônico (e-mail);
 - d) Reunião Interna mensal para Supervisão Administrativa;
 - e) Grupos de trabalho para organização das formações e encontros a serem implementados;
 - f) Grupos de pesquisa e estudos quinzenais para aperfeiçoamento e atualização profissional.

Na reunião interna de 03/03/2015 a Coordenadora repassou aos Supervisores Administrativos que não haveria Jornada Administrativa, as visitas seriam reduzidas, e em plantões quinzenais, as escolas seriam atendidas. Foi programado um mutirão para atendimento às escolas com mais de 500 alunos, escolas com problemas e escolas com gestores novos. Na mesma época, um levantamento foi feito para que saber quantas

escolas não contavam com o Secretário Escolar. Os históricos escolares expedidos pela Rede Municipal estavam sendo devolvidos pelas escolas do Sistema Estadual de Ensino, por falta de assinatura desse profissional; chegamos à conclusão de que a Rede só contava com 29 Secretários Escolares.

O Sistema Estadual de Ensino, responsável pelas escolas públicas estaduais e privadas de Ensino Fundamental e Médio, obedece a Deliberação do CEE nº 316/2010, de 30 de março de 2010, que “Fixa normas para autorização e encerramento de funcionamento de instituições de ensino presencial da Educação Básica, em todos os níveis e modalidades, e dá outras providências”, em seu art. 20:

Art. 20. As instituições de ensino privadas de Educação Básica que ministrem Ensino Fundamental e/ou Médio, em suas modalidades, precedido (s) ou não de Educação Infantil, devem contar com uma equipe técnico-administrativo-pedagógica com a seguinte constituição mínima: (...)

III. secretário escolar com *lato sensu* das seguintes formações: a) técnico de nível médio em Secretaria Escolar; b) licenciatura plena em Pedagogia; c) pós-graduação *lato sensu* em Administração e/ou Gestão Escolar, com, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, em instituição de educação superior credenciada de acordo com as normas federais.

Esse fato causou muitos transtornos, pois escolas estaduais passaram a revisar os históricos recebidos da Rede Municipal e devolvê-los quando os mesmos estavam sem a assinatura do Secretário Escolar, como exigida na legislação estadual. Vale lembrar que: na legislação municipal não consta claramente a necessidade do Secretário para as escolas de Ensino Fundamental, mas aparece nas Deliberações do CME/DC a figura do Secretário, como por exemplo, na Deliberação CME/DC nº 08/2006, em seu art. 22, em relação ao que deve conter o histórico escolar, na alínea f “posição do carimbo do Diretor e do Secretário nas respectivas assinaturas”, afirmando, dessa forma, que o histórico escolar necessita da assinatura, tanto do Diretor quanto do Secretário Escolar.

Infelizmente outros acontecimentos, como greves e paralisações da categoria, dificultaram e impediram que muitas ações fossem concretizadas, como reuniões por polo, dentre outras. A entrega de documentos sob a responsabilidade dos Supervisores Administrativos era feita de acordo com o cronograma enviado às escolas, o que acontecia sem problemas. Esse grupo conseguiu através dos vários anos de trabalho, fazer com que as escolas entregassem a documentação solicitada, com raras exceções,

por exemplo, Atas de Resultados Finais, entregues em março, de acordo com o cronograma do Censo Escolar. Foi estabelecida uma parceria com o Setor de Estatística, que contava com a professora Lana Christina Marinho de Mello Costa à frente dos trabalhos, e, somente com a entrega das Atas de Resultados Finais, a escola podia fazer a entrega do Censo Escolar.

Os Supervisores Administrativos sempre participaram ativamente das reuniões do Censo Escolar, o que garantiu a entrega do documento dentro do prazo. O Quadro de Horário Extraclasse, sempre entregue em março, a fim de que os Supervisores pudessem fazer o acompanhamento dos funcionários que atuavam fora de sala de aula — evitando, desse modo, que escolas tivessem excedentes, o que prejudicaria o trabalho de outra escola com carência, passou a não ser mais entregue na SME. A escola deveria anexar uma cópia no mural da escola.

Os Supervisores Administrativos a partir de 2015 deixaram de fazer a conferência desse documento. Outro objetivo desse quadro era saber o dia de reunião da Equipe Diretiva para que os Supervisores pudessem visitar às escolas nos dias em que pelo menos um membro da equipe estivesse presente. Também era importante acompanhar o trabalho da gestão participativa, em que por meio de uma reunião semanal, todos poderiam planejar o trabalho escolar. A CSOE passou a não ter mais conhecimento do horário do pessoal que trabalhava na escola, pois com a redução de visitas e a não entrega do Quadro de Horário Extraclasse, não havia como fazer esse acompanhamento e nem saber os dias de reunião das Equipes Técnico-Pedagógicas. Essa decisão foi tomada pela chefia imediata da época, por considerar desnecessária a análise do documento, por parte do Supervisor. Havia na SME uma planilha com os horários de todos os funcionários da unidade escolar, mas a CSOE não tinha acesso a ela.

Outros documentos eram solicitados pela escola, mas sem necessidade de entrega para CSOE, como plano de ação da secretaria escolar. O objetivo desse documento era fazer com que os funcionários pudessem planejar as ações da secretaria, de forma que todos participassem.

Como havia muitos funcionários novos, foram realizados no auditório da SME/DC, entre os dias 09 a 13 de novembro de 2015, encontros específicos para eles, com o seguinte tema: Formação de Agentes Administrativos. Esses encontros foram voltados aos funcionários contratados pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS, da

Prefeitura Municipal de Educação de Duque de Caxias. Foram organizados para formar os profissionais sobre o trabalho de escrituração de documentos escolares nas unidades escolares. Foi disponibilizado material para cada participante, e houve estudos de caso para exemplificar a prática do trabalho da secretaria escolar.

FIGURAS 03 e 04 – FOTOS DE PARTICIPANTES DA JORNADA ADMINISTRATIVA 2015.



Fonte: Portfólio, CSOE, 2015.

Em 2016 a SME realizou um curso para os gestores eleitos na Rede por voto direto. Todos os gestores foram obrigados a participar durante uma semana da formação. A CSOE participou do momento relativo à legislação, com a presença da Coordenadora Ruth Nazaré Barros, e o restante da equipe participou como ouvinte. Nesse mesmo ano, foi dada ênfase à informatização das secretarias escolares, através do programa IEDUCAR,⁵⁵ apesar de não estar totalmente adaptado à realidade da Rede. Devido a esse detalhe, a Supervisão Administrativa tem atuado para que soluções sejam encontradas, trabalhando de forma compartilhada com a Coordenadoria de Informática.

⁵⁵ I-EDUCAR – Sistema de Gestão de Educação de Duque de Caxias. Foi iniciado a partir de 2015. O I-Educar é um sistema de gestão escolar, e seu objetivo é centralizar todas as informações pertinentes à administração escolar, tais como organização das turmas, acompanhamentos das avaliações e frequência do aluno a um sistema educacional municipal, diminuindo a necessidade de uso de papel, a duplicidade de documentos, o tempo de atendimento ao cidadão e racionalizando o trabalho do servidor público.

A professora Ruth Nazaré Barros assumiu a chefia da CSOE, em 2016 e, mesmo com dificuldades, algumas ações foram realizadas, como: assinaturas de históricos escolares das escolas sem Secretário Escolar e Jornadas Administrativas, realizadas no Auditório da SME em 21 e 22 de março de 2016. Essas reuniões em geral são muito frequentadas pelas escolas. O público-alvo foi: Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias. As reuniões forneciam informações importantes sobre o trabalho de escrituração nas unidades escolares. Os encontros foram elaborados de forma a sanar as principais dúvidas do trabalho de escrituração escolar. Foi disponibilizado material para cada unidade escolar, e houve troca de experiências entre os profissionais envolvidos.

Estas fotos foram selecionadas para o portfólio da Coordenadoria, fazendo parte dos registros das Jornadas Administrativas realizadas pela CSOE.

FIGURAS 05 e 06 – FOTOS DE PARTICIPANTES e SUPERVISORES DA JORNADA ADMINISTRATIVA 2016



Fonte: Portfólio, CSOE, 2016.

Foi realizado também o “Encontro com Professores Especialistas novos na Rede”, em 19/06/2016, no auditório da SME/DC, com o seguinte Tema: “Especialistas em Rede”, que de acordo com o portfólio arquivado no setor teve o seguinte objetivo:

Encontro voltado a novos Orientadores Pedagógicos e Educacionais da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Realizado no auditório da SME, foi pensado e realizado para proporcionar aos novos especialistas informações importantes sobre o trabalho nas Unidades Escolares.

O encontro, assim como todo material preparado, foi elaborado através de pesquisa prévia sobre as principais dúvidas dos novos profissionais de Orientação Pedagógica e Educacional.

Foi disponibilizado material para cada profissional; houve explicação de pontos importantes a respeito do trabalho na escola; roda de conversa e troca de experiência entre os profissionais. (CSOE, 2016).

Algumas fotos do encontro foram selecionadas para registro no portfólio.

FIGURAS 07 a 10 – FOTOS DE PARTICIPANTES DA JORNADA ADMINISTRATIVA 2016



Fonte: Portfólio, CSOE, 2016

FIGURA 11 – FOTO DAS LEMBRANCINHAS ENTREGUES NA JORNADA ADMINISTRATIVA 2016.



Fonte: Portfólio, CSOE, 2016

Foram realizadas assessorias para os novos diretores, que aconteceram entre 05 a 28 de junho de 2016, na sala da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional. Os encontros foram realizados às terças e quintas do mês de junho, sempre para um grupo de oito a dez diretores, em formato de roda de conversa. Para esses encontros foram elaborados livretos com itens importantes voltados ao trabalho do gestor na unidade escolar. Durante a roda de conversa houve explicação de cada item do livreto e troca de experiências entre os participantes. O encontro, assim como todo material preparado, foi elaborado através de pesquisa prévia das principais dúvidas dos novos gestores. (PORTFÓLIO, CSOE, 2016).

As visitas passaram a ser agendadas por prioridade, e os registros passaram a ser feitos em relatórios, construídos pelos Supervisores e arquivados no setor. As cópias não eram deixadas nas escolas. Nos acompanhamentos de algumas escolas com problemas na gestão, havia também registros em um caderno, ao qual somente a equipe da CSOE tinha acesso. Um fato importante nesse período foi a indicação de novos secretários escolares em 104 escolas. Anteriormente os secretários escolares faziam parte dos funcionários com função gratificada, o que os impedia de receber 10% de regência de turma que outros profissionais na escola recebiam. Com essa nova forma de indicação para atuação na função, os profissionais receberiam a regência de turma, que na época era maior do que a gratificação e estariam autorizados a fazer “Aula Extra” em outra unidade escolar, como professor regente de turma. Anterior a essa decisão, a SME encontrava dificuldade em lotar profissionais para a função, justamente por ter uma gratificação irrisória e ainda, por ser considerada função de confiança, não podia receber a regência. Essa gestão permaneceu até 31/12/2016, quando novo prefeito foi eleito e uma nova gestão assumiu, com o objetivo de que mudanças urgentes fossem feitas na equipe.

Em todos os períodos da Supervisão aqui elencados, algumas ações não deixaram de existir, como: estudo de assuntos relevantes ao trabalho pedagógico e administrativo; orientações quanto à regularização de vida escolar, registro em termos de visita ou relatórios, visitas às escolas, verificação de documentação de alunos, escola e funcionários, assessorias a professores, diretores e equipe técnico-pedagógica. Apesar da mudança de foco, o trabalho da Supervisão de Duque de Caxias não deixou de existir, o que deixa claro o quanto essa função é importante.

Em 2015 as escolas sentiram a falta dos Supervisores, e muitos foram à SME/DC reclamar, sugerir a volta dos profissionais nas escolas, o que somente aconteceu em 2017 com a chegada da nova gestão da Secretaria Municipal de Educação, cuja pasta foi assumida pela professora Marise Moreira Ribeiro, e na CSOE, a professora Solange Rodrigues Noronha de Souza. Ambas firmaram um compromisso de reorganizar a CSOE e fazer com que as escolas tivessem mais um parceiro, o Supervisor, para contar em sua trajetória.

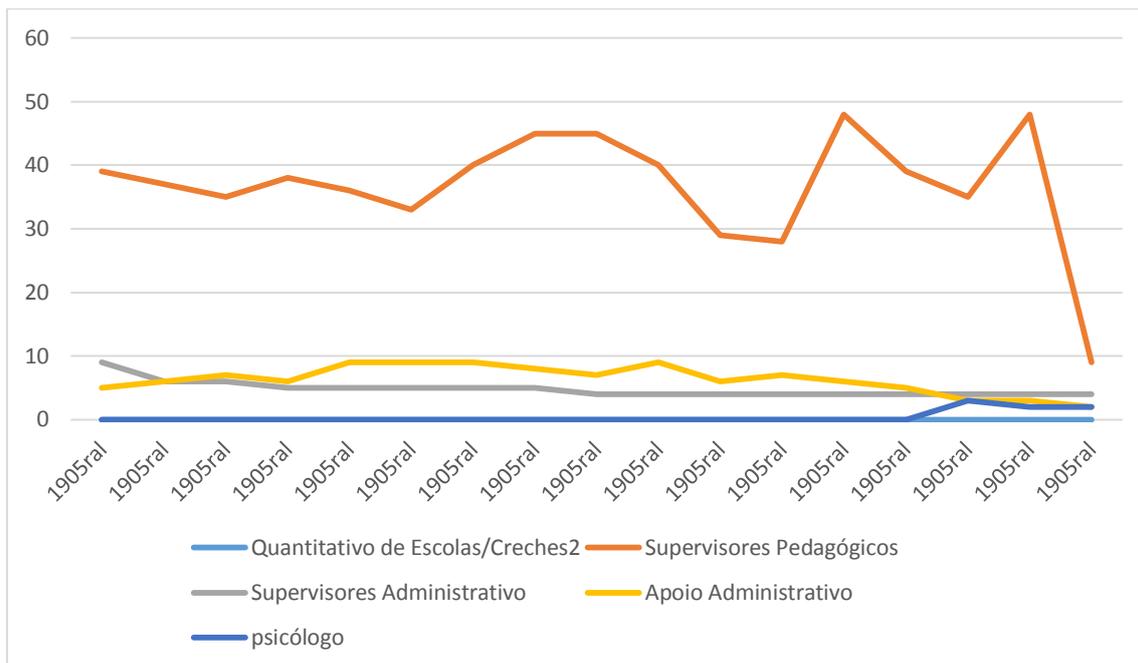
De acordo com coleta de dados, através dos livros de ponto arquivados no setor, são estes os números: em 2002, havia 39 Supervisores Pedagógicos, seis Administrativos e três profissionais no Apoio Administrativo; em 2003 havia 32 Supervisores Pedagógicos, cinco Administrativos e dois profissionais no Apoio Administrativo; em 2004, 29 Supervisores Pedagógicos, cinco Administrativos e seis no Apoio Administrativo; em 2005, havia 35 Supervisores Pedagógicos, cinco Administrativos e oito profissionais no Apoio Administrativo; em 2006, havia 35 Supervisores Pedagógicos, cinco Administrativos e cinco profissionais no Apoio Administrativo; em 2007, havia 39 Supervisores Pedagógicos, cinco Administrativos e oito profissionais no Apoio Administrativo; em 2008, havia 34 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e sete profissionais no Apoio Administrativo; em 2009, havia 39 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e sete profissionais no Apoio Administrativo; 2010, havia 29 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e sete profissionais no Apoio Administrativo; 2011, havia 27 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e cinco profissionais no Apoio Administrativo; em 2012, havia 29 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e cinco profissionais no Apoio Administrativo; em 2013, havia 39 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e cinco profissionais no Apoio Administrativo; em 2014, havia 35 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e três profissionais no Apoio Administrativo; em 2015 havia 48 Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e três profissionais no Apoio Administrativo; em 2016, havia nove Supervisores Pedagógicos, quatro Administrativos e dois profissionais no Apoio Administrativo.

TABELA 02 – Quantitativo de Supervisores Educacionais entre 2000 e 2016.

Ano	Quantitativo de Escolas/Creches	Supervisor Pedagógico	Supervisor Administrativo	Apoio Administrativo	Psicólogo
2000	98 / 06	39	09	05	X
2001	103/ 06	37	06	06	X
2002	107/ 07	35	06	07	X
2003	110/ 09	38	05	06	X
2004	118/ 14	36	05	09	X
2005	133/ 14	33	05	09	X
2006	137/ 16	40	05	09	X
2007	136/ 18	45	05	08	X
2008	137/ 22	45	04	07	X
2009	139/ 29	40	04	09	X
2010	140/ 29	29	04	06	X
2011	143/ 31	28	04	07	X
2012	141/ 32	48	04	06	X
2013	142/ 33	39	04	05	X
2014	140/ 33	35	04	03	03
2015	142/ 33	48	04	03	02
2016	145/ 33	09	04	02	02

Fonte: CSOE, 2017. * Média Anual.

GRÁFICO 01 - Quantitativo de Supervisores Educacionais entre 2000 e 2016



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Observa-se que o quantitativo de Supervisores Pedagógicos diminuiu radicalmente, influenciando no trabalho exercido anteriormente pelos Supervisores nas unidades escolares.

Mesmo com quantitativo maior de escolas pode-se observar que: não houve concurso para Supervisores Administrativos, o que fez com que o quantitativo permanecesse o mesmo desde 2008, dificultando o andamento do trabalho. Em 2015 e 2016 havia no setor duas psicólogas.

Fica claro que em cada gestão apresentada, o trabalho da Supervisão Educacional sofria mudanças. Entre 2001 a 2004 havia um projeto pedagógico a seguir. As ações eram embasadas nas orientações descritas no projeto daquela gestão, de Zito. Muitas formações foram realizadas, o que facilitava a ação do Supervisor Educacional na escola. Já entre 2005 a 2008, a ênfase maior foi na elaboração das Deliberações Municipais e organização do CME/DC. As ações da Supervisão Educacional foram mantidas. As visitas continuaram com a mesma regularidade da gestão anterior. Entre 2009 a 2012, com a volta do prefeito Zito, tentou-se recuperar as ações de sua primeira gestão, não conseguindo dar sequência. Não havia claro um projeto pedagógico para que a supervisão pudesse atuar nas escolas. O que ficou claro, no contexto desta pesquisa, é que, em todas as gestões, a figura da chefia imediata era importante para que a supervisão pudesse dar continuidade ao trabalho de acompanhamento às escolas. A partir de 2013 a visão de trabalho da Supervisão Educacional mudou completamente. A

gestão considerou desnecessária a presença de Supervisores nas escolas. Essa visão de trabalho não foi esclarecida aos membros da equipe. As escolas foram comunicadas à medida que precisavam ou perguntavam pelos Supervisores.

Vê-se claramente que o quantitativo de Supervisores diminuiu drasticamente devido à nova forma de trabalho.

4 MARCO METODOLÓGICO

4.1 Tipo e nível de investigação

A palavra pesquisa, apesar de popular, muitas vezes tem seu significado comprometido. Segundo Gil

a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (2009, p.17)

Para se realizar uma pesquisa, Segundo Lüdke; André (2013, p.1) “é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele”. Geralmente isso acontece a partir do problema estudado, gerado pelo interesse do pesquisador, que vai construindo o saber a partir do estudo realizado sobre o assunto. Isso mais tarde levará à composição de soluções para o problema encontrado, ou não, em alguns casos. O problema apontado na pesquisa pode ou não ser confirmado, mesmo porque pode haver estudos anteriores que trabalham o mesmo assunto.

Diante dessa concepção, a pesquisa tem caráter social, explicado por Demo (2008, p.15) como: “aquela que aponta, em geral, para a pretensão de guinar o esforço de pesquisa para a realidade social, ressaltando nela suas faces qualitativas”. Ainda o

mesmo autor ressalta que não há que negar suas faces quantitativas, mas o foco estaria no mundo das qualidades.

A Supervisão Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias se difere de outras Redes, pois acontece no âmbito de órgão central e é composta de outros profissionais, como: Supervisor Pedagógico, Psicólogo e Supervisor Administrativo, que atuam nas escolas municipais. Diante disso, o método de pesquisa realizado foi o estudo de caso, uma das modalidades de pesquisa que se ajusta à abordagem quantitativa e qualitativa. O estudo de caso, segundo YIN (2011, p. 4) “é um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual”. Ainda segundo o autor, o estudo de caso contribui para a compreensão dos fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade, bem como os motivos que levaram a determinada decisão. Utiliza estratégia de pesquisa que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

Alguns critérios, considerando Pires (2008), influenciaram na seleção do caso, tais como: a tipicidade e a exemplaridade; a possibilidade de aprendizagem; seu interesse social; e a acessibilidade à investigação.

A pesquisa qualitativa apresenta algumas características básicas que configuram este tipo de estudo e que vêm de encontro com os seus propósitos, tais como: o fato de ser realizada em ambiente natural como sua fonte direta de dados, e o pesquisado como seu principal instrumento, a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ, onde atuo profissionalmente; a preocupação com o processo do estudo muito mais do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida foi meu foco de atenção especial como pesquisadora; a análise dos dados seguirá um processo indutivo. Não houve, neste estudo, a preocupação em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos, mas ao longo da pesquisa surgiram dados interessantes para a conclusão do estudo. As abstrações se formarão ou se consolidarão basicamente a partir da inspeção dos dados (BOGDAN; BIKLEN, 1982, *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

Ainda considerando o reposicionamento epistemológico da pesquisa científica, esta passa pela reconsideração de vários postulados do positivismo convencional: da existência de uma realidade estritamente objetiva e única, podendo ser dividida em partes tomadas independente umas das outras, a possibilidade de separar o observador de seu objeto de observação e de separar os objetos de observação de seu contexto

temporal e espacial, o valor heurístico de um conceito da causalidade linear, ou ainda, a neutralidade que garantiria a metodologia em relação aos valores. (GUBA; LINCON, 1985 *apud* LAPERRIERE, 2008, p. 411).

A coleta de dados foi feita através de documentos arquivados na SME/DC sobre a Supervisão Educacional, entrevista semiestruturada e de observação participante, estando como pesquisadora, presente no setor em dias de atividades internas, na SME.

A coleta documental foi necessária para os seguintes objetivos: descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ – período de 2000 a 2016, e relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após as formações e intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ. O questionário foi utilizado, com propósitos da recolha dos dados referente ao seguinte objetivo: descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ, período de 2000 a 2016.

Para a recolha dos dados qualitativos, relacionados ao objetivo acima descrito, foi empregada a técnica da entrevista, que segundo Meihy e Holanda:

Fonte oral é mais que uma história oral. É o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. Entrevistas esporádicas feitas sem propósito explícito, gravações de músicas, absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é história oral em sentido restrito. (2015, p.13)

Meihy; Ribeiro definem os gêneros narrativos em história oral, história oral de vida, história oral testemunhal, história oral temática, e tradição oral. No caso da pesquisa, optamos pela história oral de vida, que, segundo os autores:

História oral de vida é gênero bastante cultivado e com crescente público. Trata-se de narrativa com aspiração de longo curso – daí o nome “vida” – e versa sobre os aspectos continuados da experiência das pessoas. É um tipo de narração com começo, meio e fim, em que os momentos extremos –origem e atualidade, tendem a ganhar lógica explicativa. (2011, p.82)

A entrevista possui etapas, como: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista.

Segundo os autores, a pré-entrevista corresponde à etapa de preparação do encontro em que se dará a gravação; a entrevista, quando a mesma acontece de fato; e a

pós-entrevista é a etapa que segue a realização da(s) entrevista(s). A pós-entrevista passa por três fases: transcrição, que é o nome dado ao ato de converter o conteúdo gravado em um texto escrito; destina-se na moderna história oral, a dar visibilidade ao caso ou à história narrada; textualização, quando se escolhe o tom vital de cada entrevista, frase que sirva de epígrafe para a leitura da entrevista — esse momento obedece a uma lógica exigida pelo texto escrito; e transcrição, que é a elaboração de um texto recriado em sua plenitude. Nesse momento os elementos extratexto são incorporados.

A observação participante, conforme Minayo (2016, p.64), consiste na inserção, como pesquisadora, no interior do grupo investigado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. É o contato direto com o vivido e as representações dos sujeitos da pesquisa. Para as devidas anotações, quando do processo de observação participante, foi organizado um quadro formulário (Apêndice F). Tanto as perguntas do questionário, quanto as da entrevista e da observação participante, foram elaboradas considerando a literatura científica pertinente, os objetivos propostos e as questões da pesquisa correspondentes. (DESLAURIERS; KÉRIST, 2008).

Bogdan; Biklen (1994, *apud* Ludke; André, 2013) destacam a importância de o pesquisador comparecer ao lócus da investigação, em tempo significativo, para de fato ser capaz de elucidar as questões de pesquisa. Nesse movimento, a coleta dos dados “em situação” necessita ser complementada por informações obtidas por intermédio do contato direto do pesquisador com a situação de análise. No tocante à compreensão do contexto, os autores asseveram que os locais devem ser compreendidos no contexto da história das instituições a que pertencem, no caso da pesquisa, Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

Para a validação dos instrumentos da pesquisa, foi realizada, conforme sugere Rosa; Arnoldi (2008), uma entrevista-piloto, com sujeitos não selecionados como participantes da pesquisa, mas que possuem familiaridade com o objeto de pesquisa, neste caso a Supervisão Educacional, que serviu como forma de verificação da adequação dos questionamentos, analisando-os como viáveis ou não, e também para que se certificasse os posicionamentos adequados a serem incorporados ao objeto de estudo em questão. A partir da análise das informações coletadas, os ajustes foram feitos, as questões foram reelaboradas e o roteiro redefinido.

Foi respeitado e garantido o sigilo sobre a identidade dos “sujeitos da pesquisa” usando numeração, sem condições de identificação, garantindo maior tranquilidade e segurança para ambos, caso venham a se arrepender da divulgação de algum dos dados revelados. Ter sempre em mente que devem “prevalecer as probabilidades dos benefícios esperados sobre os riscos previsíveis”; que “obedeça à metodologia adequada” garantindo assim o bem-estar do entrevistado, conforme Rosa; Arnoldi (2008, p. 73-74) e Resolução nº 466/2012.

4.2 Sujeitos da pesquisa

Os servidores lotados na CSOE no período pesquisado, uma supervisora aposentada, totalizando 14 pessoas.

4.3 Amostra

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Como sujeitos da pesquisa, além de identificar os problemas, analisam-nos, discriminam as necessidades prioritárias e propõem ações mais eficazes (CHIZZOTTI, 1991).

Para definição da amostragem buscamos identificar quais indivíduos sociais tinham uma vinculação mais significativa com o problema investigado. As pessoas eleitas como sujeitos da pesquisa são as mais envolvidas no problema porque serão mais relevantes para a pesquisa qualitativa. Assim sendo, a amostragem foi feita pelo critério da saturação, em se considerando que as respostas às perguntas da entrevista, coerentes com os objetivos, não apresentam mais nada de novo, ou seja, quando da constatação de redundância de informações, a partir de certa quantidade de entrevistas realizadas. Para a garantia da representatividade, alguns critérios foram adotados, garantindo o sigilo e o anonimato em relação ao entrevistado. As entrevistas foram feitas isoladas e privadamente, e os participantes não tiveram acesso às respostas dos demais.

Para a pesquisa quantitativa, o critério de seleção foi o aleatório simples, o tipo de amostragem probabilística mais utilizada, quando todos os elementos da população

têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra. Para Minayo (2001), pode ser considerada uma amostra ideal aquela que reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo. A amostragem boa é, portanto, aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições, o que corresponde aos sujeitos eleitos.

4.4 Alcance de investigação

A pesquisa tem alcance local devido à sua importância e por se tratar de um assunto pouco explorado no município em questão.

4.5 Análise dos dados

Foi empregada análise estatística nos dados da pesquisa quantitativa, resultantes do levantamento documental e questionário; e os dados da pesquisa qualitativa, resultantes da entrevista e observação participante, foram analisados pela técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011), que enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A técnica da análise de conteúdo das mensagens foi organizada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os resultados foram apresentados via Grelha de Categorias.

4.6 Organização dos resultados

Ao final do estudo foram apresentados os dados coletados e uma análise criteriosa, fazendo correlação com os objetivos traçados no início da pesquisa que são: Objetivo geral: “Analisar até que ponto a função supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias – RJ”.

Objetivos específicos: Descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias - RJ; Relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após procedimentos adotados pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ.

Para facilitar a leitura e conclusão da pesquisa optamos por organizar as respostas por Grelhas de Categorias, assim registradas:

GRELHA Nº 01 – Papel da CSOE/SME/DC.

Categoria	Cód.	Subcategorias	Respostas
01.Papel da CSOE	1.1	Administrativo	Orientação e Acompanhamento – S1, S2, S7, S9, S11, S12, S13,S14 Análise e Assinatura de históricos escolares – S8, S13 Atendimento ao público – S13. Participação em Sindicâncias – S13. Controle da evasão – 08,10. Não citaram – S3, S4, S5, S6.
	1.2	Pedagógico	Orientação – S1, S2, S11 Acompanhar as questões pedagógicas – S3, S4, S5, S6, S7, S9,S14. Intermediar situações de conflito – S8, S10,S14,
02.Formação do Supervisor Educacional	2.1	Somente Graduação em Pedagogia	01Supervisor
		Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - Pedagogia	12 Supervisores
		Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em	02 Supervisores

		Psicopedagogia	
		Pós-Graduação <i>Stricto Sensu.</i>	02 Supervisores – Mestrado em Ciências da Educação
	2.2	Ano de conclusão do último curso.	= 10 anos – 06 Supervisores Mais de 10 anos – 07 Supervisores Menos de 10 anos – 01 Supervisor
	2.3	Outros cursos	História – 02 Supervisores L.P. – 01 Supervisor Biologia – 01 Supervisor
03.Relação Supervisão x Escola	3.1	Visitas	Confiança –S1, S2, S3, S4, S06, S7, S8, S9, S10, S14. Reconstrução da função supervisora na escola – S5 Bom relacionamento – S12, S13
		Formação Continuada	Parceria – S11
04.Forma de ingresso na Supervisão Municipal	4.1	Convite	11 Supervisores
		Concurso Específico	03 Supervisores*

* (a pesquisadora é concursada, mas não foi computada na pesquisa).

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Objetivo geral: Analisar até que ponto a função supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias - RJ.

Questão norteadora 01:

- Qual o papel da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ?

Objetivo Específico 01:

- Descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ — período de 2000 a 2016.

Na categorização feita na grelha nº 01, foi observado que, quanto ao papel da Supervisão Administrativa, as respostas foram objetivas, pois o trabalho é definido com mais clareza, mesmo nas diferentes gestões municipal. Quanto ao trabalho pedagógico, por ser mais subjetivo, as respostas não ficam claras. De acordo com Alarcão, é função do Supervisor o desenvolvimento qualitativo da organização escolar, e a autora indica algumas ideias-força, em que a interação é primordial, porque a escola é constituída de pessoas, que também se encontram em desenvolvimento pessoal, o que faz com que o Supervisor tenha o papel de mediador nas discussões apresentadas. Na pesquisa conseguimos identificar um plano de trabalho para a Supervisão Pedagógica, que vem sofrendo mudanças nesses anos. Foi notado que esse plano fica a cargo da chefia imediata.

Quanto à formação do Supervisor, foi observado que todos possuem Pedagogia, e há quatro Supervisores que, além de Pedagogia, são habilitados em outras áreas, como: Língua Portuguesa, Biologia e História, o que enriquece de alguma forma o trabalho em campo. O que nos chamou atenção foi o ano de conclusão dos cursos. Somente um Supervisor concluiu o curso há menos de 10 anos, e como a educação está em constante mudança, esse fator pode influenciar na prática supervisora. Apesar de 13 dos entrevistados terem Pós-Graduação, ainda há um Supervisor somente com Graduação, conflitando com os dados da Rede, que conta com 45,16% de professores com Pós-Graduação *Lato Sensu*, (SMA/DC, 2016, *apud* Matos, 2017, p.125). Alarcão (2013, p.12) afirma que a Supervisão Pedagógica tem a função de assistir ao professor, ao planejamento, no acompanhamento, na coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, isso faz com que

se torne necessária uma formação para esses profissionais que atuam diretamente nas escolas, conseqüentemente para os Supervisores também.

O ingresso da maioria dos Supervisores lotados na SME/CSOE se deu através de convite, apesar de todos serem concursados para o cargo de Professor Especialista, nas suas diferentes funções, como: Orientador Pedagógico e Orientador Educacional, excetuando os Supervisores Administrativos que foram concursados para atuar como Professores Especialistas – Administração Escolar. Desde o início da atuação, as funções foram definidas, e pelos planos de ação atualizados ano a ano, as funções administrativas têm se mantido, o que facilita a comunicação entre os Supervisores e as escolas. A SME não ofereceu curso de atualização para os Supervisores Administrativos, o que pode causar defasagem nas informações obtidas, conseqüentemente, influenciando o trabalho em campo, bem como nas formações oferecidas pela Supervisão às escolas.

O relacionamento entre a Supervisão e a escola, como foi possível observar, é amigável, e o Supervisor procura trabalhar em parceria com a escola, que deve ser uma organização aprendente, como afirma Senge. Esse Supervisor tem mais um desafio a cumprir, o de levar essa reflexão às escolas acompanhadas pela SME/DC. De acordo com esse autor, para que uma organização seja considerada aprendente, cinco componentes básicos são necessários: Domínio Pessoal, Modelos Mentais, Visão Partilhada, Aprendizagem em Grupo e Pensamento Sistêmico. Esse fator torna ainda mais ampla a atuação do Supervisor, que atua como líder na escola, mas que não recebe formação para as novas demandas da Educação Municipal.

GRELHA Nº 02 – Intervenção da Supervisão no Cotidiano Escolar

Categoria	Cód.	Subcategorias	Respostas
05.Formação Continuada para Supervisão Educacional	5.1	Cursos oferecidos pela SME para Supervisão Pedagógica	Não existe – S2, S4, S5, S6, S7, S10, S14 Repasse nas reuniões internas – S3 Formações abertas à participação dos Supervisores – S8, S9 Grupos de Estudos e participação em Encontros – S12

	5.2	Cursos oferecidos pela SME para Supervisão Administrativa	Não existe – S1, S2, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S11, S12, S13, S14. Repasse nas reuniões internas – S3 Grupos de Estudos e participação em Encontros – S12
	5.3	Cursos realizados por iniciativa própria	Seminários e oficinas – S6, Os outros não indicaram os cursos realizados por iniciativa própria.
06.Intervenção da Supervisão Educacional no Cotidiano escolar	6.1	Relação entre a Supervisão x Equipe Diretiva	Amigável - todos
	6.2	Cursos oferecidos pela Supervisão para as escolas	Jornadas Administrativas, Encontros, Reuniões – todas. Assessorias aos novos Especialistas da Rede –S8, S9, S12, S14 Assessorias à Equipe Diretiva – S12,S14
	6.3	Público-alvo da CSOE para cursos oferecidos às escolas	Orientadores Pedagógicos e Educacionais, Diretores, Secretários, Auxiliares de Secretaria – todas
	6.4	Outras formas de intervenção	Orientações através de estudo de caso – S2, S11. Momentos de reflexão coletiva sobre a educação – S4 Não interfere no cotidiano escolar – S5 Garantir às escolas conhecimento do seu trabalho, aumentando a qualidade no atendimento ao público – S13

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Questão norteadora 02:

- Quais os resultados obtidos após as formações e as intervenções realizadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ?

Objetivo Específico 02:

- Relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após as formações e as intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

Na categorização feita na Grelha nº 02 observamos que não houve por parte da SME uma formação específica para o Supervisor, tanto pedagógico quanto administrativo, o que vai de encontro às demandas das escolas atuais, com problemas diversos e cada dia mais complexos, mesmo que este Supervisor tenha acesso às informações — porque isso não ocorre somente nas escolas, ou nos órgãos centrais; podendo se dar de forma pessoal, através das mídias, novas tecnologias, que favoreçam esse acesso. Há desafios que precisam ser superados, e esses profissionais precisam estar preparados. É preciso que eles estejam atentos, como afirmam Ronca; Gonçalves (2006), para que não caiam no ativismo; para os autores, é indispensável que o Supervisor perceba a relação que existe entre o contexto social, político e econômico no qual a escola está inserida. Nesse sentido, são necessárias, portanto, reflexões sobre o tema, formações e trocas de experiências entre outras Redes.

Quanto à intervenção da Supervisão no cotidiano escolar, apesar de a relação com as escolas ser amigável, não há uma intervenção efetiva, mesmo porque a proposta da Supervisão é de acompanhamento. A Supervisão Administrativa interfere de uma forma mais efetiva por causa das formações oferecidas nas Jornadas Administrativas, o que proporcionou uma regularidade nesse tipo de atendimento às escolas, além das assessorias realizadas para profissionais que lidam com a documentação escolar e visitas de rotina.

A Supervisão Pedagógica não promoveu, pelo menos nos últimos 4 anos, uma formação para as escolas, como acontece com a Supervisão Administrativa. Em alguns momentos, assessorias foram realizadas para os novos OEs e OPs da Rede. Mesmo

assim, os Supervisores levam reflexões para que as escolas tenham consciência do seu trabalho, aumentando, portanto, a “qualidade” do ensino. É necessário ressignificar a Supervisão, e para Rangel (2002, p. 74) “ressignificar tem dois sentidos: o de reconceituá-la e o de revalorizar a sua formação e ação, reconhecendo aspectos gerais, básicos e sua especificidade. ” E como fazer isso sem investir na sua formação?

GRELHA Nº 03 – Resultados obtidos após intervenção da Supervisão nas escolas.

Categoria	Cód.	Subcategoria	Respostas
7.Resultados obtidos após intervenção da Supervisão Educacional	7.1	Supervisão Administrativa	Interfere positivamente no cotidiano escolar - S1 S2, S4, S6, S7, S8, S9, S10, S11, S12, S13, S14. Resultados nunca foram medidos – S5 Não interfere – S5 Não respondeu – S3
	7.2	Supervisão Pedagógica	Interfere positivamente – S1, S3, S4, S8, S9, S14. Não interfere no cotidiano escolar – S2, S5, S6, S7, S10, S11, S12, S13.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Questão norteadora 03:

- A ação supervisora interfere no cotidiano escolar a ponto de contribuir para um melhor desempenho?

Objetivo Específico 02:

- Relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após as formações e intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

Na categorização da Grelha nº 03 observamos que, após a intervenção da Supervisão Administrativa nas escolas, através das formações oferecidas a Equipes Diretivas, Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria, os Supervisores

responderam que essa Supervisão interfere positivamente no cotidiano escolar, de forma que a mudança aconteça. Antes de 1999, a Supervisão fazia também um acompanhamento administrativo, mas após o concurso específico para esse fim, garantido na Lei 1070/71, art. 6º, houve uma organização mais específica do trabalho administrativo da Supervisão. Antes, o Supervisor era responsável por tudo na escola, após esse concurso houve uma divisão de tarefas entre os Supervisores Pedagógicos e Supervisores Administrativos, o que facilitou o trabalho de campo. Hoje o setor pode contar com um material instrucional construído por esses Supervisores Administrativos, fruto do trabalho realizado entre 1999 a 2016. Um Supervisor respondeu que não houve uma pesquisa para que os resultados fossem mensurados; o outro não considera que o supervisor Administrativo interfira no cotidiano escolar, após as intervenções realizadas, e um terceiro não respondeu.

Quanto aos resultados obtidos após a intervenção da Supervisão Pedagógica, menos da metade respondeu que há resultados positivos, e a maior parte respondeu que a Supervisão Pedagógica não interfere no cotidiano escolar após as intervenções realizadas. Essas intervenções são feitas por meio de visitas de rotina (acompanhamento), assessorias e estudos de casos, quando necessários. Portanto, há que se pensar numa forma de atuação mais efetiva da Supervisão Pedagógica, que atua nas escolas geralmente para “apagar incêndios” e cumprir tarefas que muitas vezes não estão relacionadas diretamente ao ensino-aprendizagem.

Optamos por transcrever algumas respostas relativas às considerações pessoais sobre o Trabalho do Supervisor nas três gestões pesquisadas:

“O Supervisor, no exercício do trabalho de Supervisão fornece orientações e zela pelo cumprimento da Legislação Educacional e Regimento Escolar nas escolas. O que impacta diretamente o trabalho do Supervisor são as determinações da chefia da equipe”. (S2).

“Em relação aos governos de Zito e WR, o acompanhamento se deu de forma satisfatória. Em relação ao governo do AC (Alexandre Cardoso) houve uma mudança radical em relação ao foco da Supervisão. Na prática não deu certo. As escolas ficaram à deriva e houve um clamor geral pela volta do acompanhamento dos Supervisores às escolas”. (S3).

“Governo Zito – a educação em Duque de Caxias torna-se referência nacional. O Supervisor passa por formação profissional de alta qualidade. Governo WR – início de governo tentando manter o nível educacional do governo anterior, porém não permaneceu por muito

tempo. Começa aí a queda da qualidade. Governo Alexandre Cardoso – falência da educação pública do município”. (S4).

“ Nos três governos, embora não seja entusiasta de nenhum deles, observei grande crescimento da rede no 1º e 2º mandatos do prefeito Zito, em que foi dada continuidade em questões relacionadas ao Ciclo de Alfabetização (criado no governo do prefeito Moacyr do Carmo), houve grande preocupação em se estabelecer um Projeto Político para toda a Rede, que estava pautado em teorias socioconstrutivistas e se buscou integrar a Rede com muitos momentos de estudos com propostas de Reestruturação Curricular que eram discutidas em todos os distritos do município, organizados em polos. (S6).

“Zito – diversas formações para gestor e equipes das UEs. Projetos: Gentileza, Família presente, Ensino Religioso. Alexandre Cardoso – juntou a Orientação Educacional à Supervisão. Retrocesso em relação a Orientação Educacional. A visita da Supervisão não era mais sistemática. Saída de várias Supervisoras”. (S7).

“Infelizmente neste período presenciei falas equivocadas, questionamentos injustos com relação à equipe, que teve o trabalho que era desenvolvido e implementado anteriormente desarticulado, descaracterizado. A ideia inicial apresentada de atuação conjunta, integrada entre as equipes de Orientação e Supervisão, não ocorreu de fato. Podemos dizer que as equipes foram desestruturadas”. (S8).

“Nos últimos anos tivemos uma descaracterização da equipe, e o pedagógico passou a ser acompanhado por outras Coordenadorias”. (S9).

“Nas gestões dos prefeitos Zito e WR, a Supervisão pôde executar seus trabalhos de forma a melhor assessorar às Unidades Escolares no seu funcionamento, com apoio dos demais integrantes destas Gestões no âmbito da SME. No entanto, na Gestão do prefeito Alexandre Cardoso esses trabalhos foram inicialmente dificultados e, no decorrer da gestão praticamente extintos, principalmente no tocante ao acompanhamento sistemático às Unidades escolares” (S11).

“A cada gestão que passa há uma série de mudanças, o que muitas vezes interfere no trabalho da Supervisão. Nem sempre os Secretários de Educação que são designados apresentam conhecimento do trabalho, o que vem causando diversos prejuízos. No primeiro governo do Zito o trabalho da Supervisão cresceu e se fortaleceu, pois, a Secretária de Educação, professora Roberta, demonstrava um grande interesse na aprendizagem dos alunos e em criar um elo entre a SME e as escolas. No segundo governo do Zito o trabalho ficou um pouco prejudicado diante do caos que se tornou a Prefeitura. A Supervisão continuou se fazendo presente e tentando auxiliar os gestores da melhor maneira possível, porém as reclamações dos profissionais eram constantes. Nos demais governos foi uma sucessão de momentos bons e ruins, apesar das interferências, a Supervisão sempre se fez presente e tentava apagar os “incêndios” que eram criados, através de sindicâncias, intervenções e outros procedimentos.

Cada chefia que passava pela Supervisão apresentava uma ideia, porém o grupo sempre foi unido em prol do trabalho e não se deixava abater. No último governo, que foi do Senhor Alexandre Cardoso, a Supervisão quase foi extinta, pois os Secretários que assumiram vieram com objetivo de copiar o “trabalho” desenvolvido no Governo do Estado do Rio de Janeiro, sem levar em consideração toda a experiência adquirida pela Supervisão ao longo dos anos. Enfim, há que considerar que a Supervisão Educacional é de suma importância neste município e que deve ser respeitada por todos. (S12).

“Muitas das ações acima descritas não foram realizadas no período de 2014 a 2016, pois a gestão do Prefeito Alexandre Cardoso não entendeu como relevante o acompanhamento das escolas pela CSOE. As visitas eram feitas apenas quando havia solicitação das direções, ou quando surgia alguma situação mais específica. Nesse período foram realizadas assessorias às equipes diretivas na CSOE, a fim de dirimir as principais dúvidas referentes ao trabalho das escolas. Considero que foi uma perda muito grande para as escolas essa falta de acompanhamento. Também houve nesse período uma diminuição no quantitativo de supervisores, o que também contribuiu para que não houvesse um acompanhamento mais frequente”. (S13).

“Nos governos de Zito e Washington Reis diziam que éramos os olhos e o coração da SME. Surgindo algum conflito na Escola, a Supervisora era a primeira a ser ouvida. No governo Alexandre Cardoso tentaram descartar a Supervisão na Rede Municipal. (S14).

De acordo com respostas obtidas nas entrevistas, podemos observar que: o trabalho da Supervisão Educacional em Duque de Caxias teve momentos distintos. Na gestão do prefeito Zito houve um maior direcionamento para que a Supervisão pudesse fazer o acompanhamento das Unidades Escolares. Foi nessa gestão que ocorreu o primeiro concurso público para Supervisão Administrativa. A partir desse momento, o trabalho administrativo da escola passou a ser acompanhado efetivamente, além das formações denominadas “Jornadas Administrativas”, em que o público-alvo eram os profissionais que atuavam diretamente com a documentação escolar, Orientadores Pedagógicos e Educacionais e Diretores. Além desses profissionais, várias formações aconteceram para outras funções. A Supervisão Administrativa esteve sempre presente nas formações da CSOE, de acordo com os documentos analisados no setor.

A Supervisão Pedagógica participou de vários encontros, seminários, grupos de estudos, grupo de trabalho, que serviam de suporte para a atuação nas escolas, no acompanhamento da parte pedagógica. Com o passar do tempo, essas formações ficaram para trás, poucas vezes aconteceram, sendo praticamente extintas entre 2013 a 2016, quando a Supervisão teve sua equipe esvaziada. Na visão da gestora da época, em

entrevista realizada em 2017, cedida gentilmente para a pesquisa, não havia necessidade de um quantitativo grande de Supervisores, por entender que as escolas já contavam com Equipe Pedagógica, diferentemente de anos anteriores, e que a função supervisora nas escolas se assemelhava à função do Orientador Pedagógico, considerando desnecessária a presença de mais um profissional com a mesma função, visto que esses Supervisores participaram do mesmo concurso dos Orientadores Pedagógicos e Educacionais da Rede. A visão era que fosse formada uma equipe multidisciplinar para atender as demandas das escolas, o que não foi concretizada.

Em relação ao Supervisor Administrativo não foi questionada a presença desse profissional, por entender que foram concursados para esse fim. Mesmo assim, o impacto causado no trabalho da CSOE foi grande porque não havia transporte para que os Supervisores pudessem atuar a contento, o que influenciou nos resultados dos trabalhos das secretarias das escolas, pois houve uma rotatividade grande de funcionários. Muitos foram demitidos e aqueles que foram contratados não conheciam o trabalho administrativo das escolas. Mesmo com alguns encontros pode-se perceber que a qualidade do trabalho apresentado não era a mesma; um trabalho que havia sido construído aos poucos e com compromisso pela equipe de Supervisores Administrativos.

4.7 Questões éticas envolvendo a pesquisa com seres humanos

Considerando a Resolução nº 466/12 de 12/12/2012, foi respeitado o que determina a presente legislação, tratando a pesquisa de forma transparente, sempre em comunicação com as autoridades competentes, e garantindo o sigilo das informações aqui tratadas. O sigilo dos nomes dos voluntários envolvidos na pesquisa foi respeitado, e, após a conclusão da pesquisa, os resultados serão apresentados no local pesquisado de forma clara, bem como a proposta de contribuição para o serviço público municipal de Duque de Caxias. Foram cumpridas todas as exigências da resolução nº 466/2012 CNS, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, conforme documentos em anexos e apêndices. O Projeto de Pesquisa foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil, através da CAE nº 65770717.1.0000.5283, em 23/03/2017.

CONCLUSÃO

Após observação participante, com técnicas de recolhimento de dados e respostas dos participantes da pesquisa, aqueles profissionais que atuam ou atuaram diretamente no setor da Supervisão Educacional da Rede Municipal de Duque de Caxias, concluímos que:

Em relação ao primeiro objetivo específico “Descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ- período de 2000 a 2016”, observamos que nas gestões entre 2000 e 2012, as funções da Supervisão eram definidas de forma clara e em reuniões internas, realizadas semanalmente, nas quais os Supervisores recebiam as devidas orientações para atuação em campo. Outras chefias estavam sempre presentes para que as devidas orientações fossem repassadas aos Supervisores. Havia momentos de trocas de experiências, estudos de casos, grupos de estudos e outras formas encontradas pelas chefias para que houvesse uma maior integração entre a Supervisão e outros setores da SME/DC — e isso foi constatado em especial no primeiro mandato do prefeito Zito, quando houve um investimento maior na Educação. Havia um projeto político-pedagógico a ser alcançado; um maior direcionamento do trabalho tanto pedagógico quanto administrativo. Nessa gestão foi realizado um concurso para Supervisão Administrativa, o que veio contribuir para o trabalho de qualidade nas escolas. Através das Jornadas Administrativas, os profissionais que atuam nas secretarias escolares recebem orientações sobre escrituração de documentos escolares. Esses encontros se dão de forma regular e são bastante prestigiados pelos profissionais da Rede. O material instrucional foi construído por essa equipe e é atualizado anualmente.

As chefias dessas gestões organizavam agendas tanto para a Supervisão Pedagógica quanto para a Supervisão Administrativa, facilitando todo o trabalho, que era planejado de forma a garantir os espaços de trocas de experiências, grupos de estudos, dentre outros.

Entre 2013 a 2016, o trabalho da Supervisão sofreu modificações devido à nova visão de trabalho dos gestores. A Equipe foi reduzida, e os Supervisores passaram a atuar de forma precária, o que influenciou no trabalho escolar. O Supervisor, antes considerado o elo entre a SME e Escola, passou a ser tratado como aquele que ia à escola apenas para fornecer informações emanadas pelas chefias. Os Supervisores não

foram ouvidos, sentindo-se desrespeitados pelo trabalho desenvolvido durante todo esse tempo. Talvez se a visão de trabalho tivesse sido passada para a equipe de Supervisores, o resultado não teria sido negativo como foi considerado. As equipes estavam descontentes, sem entender a forma de trabalho; o Supervisor não podia nem fazer mais o acompanhamento dos COCs, que passou a ser atribuição da CEF.

A Supervisão Administrativa continuou com as formações, as Jornadas Administrativas e Assessorias às escolas, e recebeu mais uma atribuição, a de assinar históricos escolares nas escolas que não contavam com secretário escolar nomeado. O trabalho da Supervisão Administrativa foi reduzido de forma lamentável. Profissionais habilitados, compromissados de mãos atadas sem poder contribuir de forma mais efetiva para que o trabalho acontecesse com mais qualidade.

Enfim, houve o grupo que resistiu e não saiu da Equipe e mesmo com dificuldades o trabalho aconteceu. De certo não se pode mensurar no momento as consequências dessa nova visão de trabalho, mas atualmente colhemos os frutos dessa gestão, que na prática não conseguiu discutir os objetivos do trabalho da Supervisão com os Supervisores.

Já o segundo objetivo específico “relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após as formações e intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ”, observamos que, em relação à Supervisão Administrativa, ficou claro que há resultados positivos após as intervenções feitas, como: melhor organização do trabalho administrativo nas escolas, construção de material instrucional que serve de consulta para o trabalho na secretaria da escola, comunicação mais efetiva através de e-mails, telefones, assessorias às equipes escolares e visitas de rotina.

Quanto ao acompanhamento pedagógico, não há como mensurar esses resultados. O trabalho pedagógico é subjetivo, mesmo com as visitas de rotina, há vários fatores que influenciam nessa atuação, o que faz com que a Supervisão Pedagógica não consiga ver esses resultados com mais efetividade.

RECOMENDAÇÕES

Após a conclusão do estudo, as recomendações à CSOE são:

- Que seja definida de forma clara as funções tanto da Supervisão Administrativa quanto da Supervisão Pedagógica.
- Que seja construído um Regimento Interno, assim como existe para as escolas, de forma a regulamentar as funções dos Supervisores.
- Que sejam feitas parcerias com as Universidades, principalmente aquelas que atuam na Baixada Fluminense, de forma que os profissionais da CSOE recebam formações específicas condizentes à atuação em campo.
- Que profissionais da Rede Municipal de Duque de Caxias, com pesquisas relacionadas ao trabalho da Supervisão, sejam convidados a participar de encontros, mesas redondas para que a função supervisora seja discutida na Rede Municipal de Duque de Caxias.
- Que haja um maior investimento quanto à formação do Supervisor, com bolsas de estudos a fim de que possam alcançar novas especializações.
- Que seja organizado um grupo de trabalho com o objetivo de publicação do material instrucional construído pela Supervisão Administrativa.
- Que seja formada uma equipe interna condizente com a necessidade do trabalho da Supervisão, preferencialmente profissionais com conhecimentos relativos ao trabalho da Supervisão Pedagógica e Administrativa.
- Que as Equipes Pedagógicas sejam atendidas através de formações pedagógicas oferecidas pela CSOE, assim como acontece com as Jornadas Administrativas.
- Que o Supervisor convidado passe por um crivo, em que critérios sejam definidos, a fim de conhecer os objetivos de seu trabalho como Supervisor.

Para a SME as recomendações são:

- Que haja um planejamento para que novo concurso público seja realizado para a Supervisão Administrativa.
- Que seja regulamentada, a função da Supervisão Administrativa, garantindo na forma da lei os direitos dos profissionais concursados para esse fim.
- Que seja construído o Regimento Interno da SME/DC, para que todos os profissionais que ali atuam possam saber de seus direitos, deveres e funções a serem exercidas.
- Que haja publicação do material construído pela Supervisão Administrativa, valorizando assim, o trabalho realizado durante todos esses anos.
- Que o trabalho da CSOE seja integrado ao trabalho como um todo da SME.

REFERÊNCIAS

AAS Zuin. A Influência de Rousseau no Sistema Educativo. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/411>>. Acesso em 10/03/2017.

AGUIAR, Márcia Ângela. Supervisão Escolar e Política Educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

ALARCÃO, Isabel. Do Olhar Supervisivo ao olhar sobre a Supervisão. In: *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. Mary Rangel (org.) et al. 12^a ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

ALMEIDA, Tania Maria Amaro; BRAZ, Antonio Augusto. De Meriti a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clio, 2010.

ALVES, N. (coord.). Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARROYO, M. G. *Ofício de Mestre – Imagens e Autoimagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AZEVEDO, A. As Ideias pedagógicas de Pestalozzi. In: Revista da Faculdade Letras – Filosofia. Disponível em <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1283.pdf> Acesso em 10/03/2017.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Trad. Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2011.

BERGUE, S. T.. Modelos de Gestão em Organizações Públicas: *Teorias e Tecnologias para análise e transformação organizacional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

_____. *Gestão de Pessoas em organizações públicas*. Caxias do Sul, EDUCS, 3. ed., 2010.

BOAS, Maria Violeta Villas. *A Prática da Supervisão*. In: *Educação e Supervisão: O trabalho coletivo na escola*. Nilda Alves (coordenadora). 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Professores Leigos. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/professores-leigos/>>. Acesso em 03/06/2017.

_____. FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>>. Acesso: 02/06/2017.

_____. Projeto Minerva. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/programas/projeto-minerva/>>. Acesso em 25/05/2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 20/05/2016.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 20/05/2016.

_____. Lei Federal nº 5540/68. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em 20/05/2016.

_____. Decreto Federal 7352/10. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em 05/06/2017

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/.../lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em 20/05/2016.

_____. Portal da Educação. Autores associados. Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/pedagogia/32706>>. Acesso em 02/06/2017.

_____. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em 01/03/2017.

BRASLAVSKY, C. *Dez fatores para uma Educação de Qualidade para todos no século XXI*. Fundación Santillana. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

CAMBI, F.. *História da Pedagogia*; tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARDOSO, H.. *Supervisão: Um exercício de Democracia ou de Autoritarismo?* São Paulo: Cortez, 11^a ed., 2006.

CHIZZOTTI, A.. *Pesquisas Qualitativas em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

CURIA, L. R.; CÉSPEDES, L.; ROCHA, F. D. da. (Colaboradores). *VADE MECUM compacto*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DEMO, P.. *Pesquisa Social*. Artigo. *Serviço Social & realidade*, França, v. 17, n.1, p. 11 – 36, 2008.

DOURADO, L. F.. *Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

DUQUE DE CAXIAS. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias: Volume 1: Princípios Teóricos. Duque de Caxias, RJ: SME, 2002.

_____. Serviço de Inspeção Escolar. Formação em Legislação Educacional. Duque de Caxias, RJ, 2006.

_____. Agenda. Supervisão em Ação. Você faz parte desta História. DSE, Duque de Caxias, RJ, 2011.

_____. Jornada Administrativa. Material Instrucional. Elaborado pelos Supervisores Administrativos, Duque de Caxias, CSOE: 2000-2016.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas – sobre redes de saberes*. Inês Barbosa de Oliveira e Nilda Alves (orgs.). Petrópolis: DP et Alii, 2008.

FERREIRA, N. S. C. (org.). *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. Tradução: Sandra Valenzuela, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, Moacir. *Interdisciplinaridade: Atitude e Método*. Instituto Paulo Freire, USP. Disponível em:

<https://xa.yimg.com/kq/groups/24693043/.../Interdisci_Atitude_Metodo_1999.pdf>.

GIANCATERINO, R. *Supervisão Escolar e Gestão Democrática: um elo para o sucesso escolar*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2010.

_____. A Supervisão Educacional: mudanças sob olhar de uma Educação Libertadora. Disponível em: <
http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_11134/artigo_sobre_a-supervisao-educacional--mudancas-sob-olhar-de-uma-educacao-libertadora>. Acesso em 22/02/2017.

HOY, W. K.; MISKEL, C. G. *Administração Educacional: teoria, pesquisa e prática*. Tradução: Henrique de Oliveira Guerra. 9.ed. Porto Alegre: AMGH editora, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil das despesas no Brasil: Indicadores selecionados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 29/10/2015.

JÚNIOR, C. A. da S.; RANGEL, M. (org.) et al. *Nove olhares sobre a Supervisão*. 16. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

LAPERRÈRE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução: Ana Cristina Nasser. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LAZARONI, D. *Duque de Caxias, uma cidade para viver*. Rio de Janeiro: Atadena, 2013.

LEME, E. S.; SILVA, J. L. da. Supervisão e Orientação. Educacional: entre a teoria e a prática. In: *Orientação e Supervisão Educacional: reflexões sobre o fazer pedagógico*. Jaqueline Luzia da Silva (org.) Rio de Janeiro: Wak editora, 2014.

LIBÂNEO, J. C.. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 3. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

LÜCK, H. *Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. São Paulo.

_____. *Liderança em Gestão Escolar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. São Paulo.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora E.P.U., 2013

MATOS, O. P. de. O Gestor Público como articulador de motivação e liderança: um estudo de caso em Equipes de Acompanhamento e Avaliação – V e VI da Secretaria de Estado de Educação/RJ, 82f. Dissertação de Mestrado em Ciências da educação – Universidade Americana, PY, 2013.

MATOS, O. P. de. *A Influência do Líder na Qualidade dos Serviços Prestados pela Gestão Pública*. Curitiba: CRV, 2017.

MARCONDES, M. I.; FREUND, C.; LEITE, V. F.. *Práxis Educativa. Uma abordagem ao estudo das políticas educacionais*. Ponta Grossa, v. 12, n.3, p. 1028 – 1034, set/dez.2016.

MEDEIROS, Luciene; ROSA, Solange. *Supervisão Educacional: possibilidades e limites*. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1985.

MEDINA, Antonia. *Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada*. Porto Alegre: EDIPUCRS,1995.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia Prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; Fabíola Holanda. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDES, E. C. de C. S. *Orientação em Supervisão Educacional*. UNIP. São Paulo, 2014.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NÓVOA, A. As Ciências da Educação e os Processos de Mudança. In: *Pedagogia, Ciência da Educação?* 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998

OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (orgs.) *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas – sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

PAIVA, E. V.; PAIXÃO, L. P.. O PABAEE e a Supervisão Escolar. In: JÚNIOR; C. A. da S.; RANGEL, M. (orgs.) *Nove Olhares sobre a Supervisão*. 16. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

PEREIRA, R. da C.; SANTOS, D. O. *Supervisão Educacional. Um Estudo sobre Atribuições e pré-requisitos*. Rio de Janeiro, UERJ, 1981.

PIMENTA, S. G. (coord.). *Pedagogia, Ciência da Educação?* 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

PIRES, P. Álvaro. Amostragem e Pesquisa Qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PISANDELLI, G. M. V. A Teoria de Maslow e sua relação com a educação de adultos. Disponível em: <<http://www.pisicopedagogia.com.br/internacional/psc145-39k>>. Acesso em 20/10/2015.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. Cadernos Pedagógicos 10. *O Especialista em Educação na Perspectiva da Escola Cidadã*. Porto Alegre, Dez, 1996.

RANGEL, M. *Do sonho à ação – uma prática em transformação*. In: FERREIRA, N.S.C. (org.). *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Do sonho à ação – uma prática em transformação*. In: FERREIRA, N.S.C. (org.). *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (Org.) et al. *Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas*. 12ªed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

RIBEIRO, D. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Editora Block, 1986.

RIO DE JANEIRO. SEEDUC. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/seeduc>>. Acesso 01/03/2017.

RONCA, A. C. C.; GONÇALVES, C. L. M.S. A Supervisão Escolar: um urgente desafio. In: *Educação e Supervisão: O trabalho coletivo na escola*. Nilda Alves (coordenadora). 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSA, M. V. de F.P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

SANTOS, M. P. dos. *História da Supervisão Educacional no Brasil: reflexões sobre Política, Pedagogia e Docência*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2012.

_____. Historiando a Supervisão Educacional no Brasil: da Gerência empresarial burocrática à Gestão Escolar Democrática. *Educação em Revista*. Marília, v. 13, n. 2, p. 25-36, jul.- dez., 2012.

SERGIOVANNI, T. J.; STARRATT, R. J.. Novos padrões de Supervisão Escolar. Tradução: FAUSTINI, Loyde A. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SCHEIBE, L. Valorização e Formação dos professores para a Educação Básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. In: *Educação & Sociedade*, v.31, n.112, Campinas – Jul/Set. 2010.

SILVA, C.S.B. *Curso de Pedagogia no Brasil: História, Identidade*. Campinas: Autores associados, 1999.

SILVA, J. L. da S. (org.). *Orientação e Supervisão educacional: reflexões sobre o fazer pedagógico*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2014.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

SIQUEIRA, J. C. *Glossário da Ciência de Informação e Educação*. São Paulo: AgBook, 2014.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SITES:

<https://www.dicio.com.br/especialista>. Acesso em 20/02/2017.

<http://hdl.handle.net/123456789/411>. Acesso 20/02/2017.

http://www.ipv.pt/millenum/albest_6.htm. Acesso em 01/03/2017.

<https://www.meusdicionarios.com.br/zona-de-conforto>. Acesso em 20/02/2017.

<https://www.monografias.com> > Psicologia. Acesso em 20/02/2017.

<https://novaescola.org.br>. Acesso em 20/02/2017.

<http://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/education/>. Acesso em 01/03/2017.

ANEXO 01 –

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **(especificar nome de todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa inclusive do pesquisador responsável orientador)** do projeto de pesquisa intitulado “**(especificar título do projeto)**” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Duque de Caxias, ___ de _____ de 20

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

ANEXO 02 – Termo de anuência da SME/DC



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ENSINO
CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CONTINUADA PAULO FREIRE

Duque de Caxias - RJ, 14 de fevereiro de 2017

Parecer nº: 03/17 – CPFPP/SME-DC
Requerente: Osmeire Pinheiro de Matos
Universidade ou agência associada: Unigramrio
Assunto: autorização para pesquisa

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com as atribuições deste Centro de Pesquisa e tendo sido observada a documentação anexa, as autorizações em nossa rede são concedidas nos casos em que forem respeitadas as normas de decoro e adequabilidade aos critérios definidos por este setor.

DA ANÁLISE

Após análise do projeto “O mapa da supervisão educacional em Duque de Caxias: as transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos anos de 2000 a 2016” constatou-se que este busca “analisar até que ponto a função supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias”.

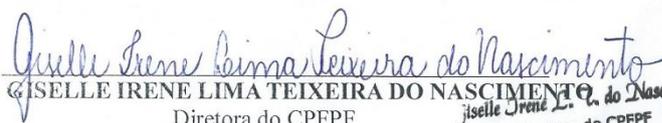
Caso sejam feitas entrevistas com menores de idade, solicita-se, para aplicação do questionário de pesquisa, a inclusão de uma autorização de seu responsável, permitindo o tratamento dos dados fornecidos pelo aluno.

DA CONCLUSÃO

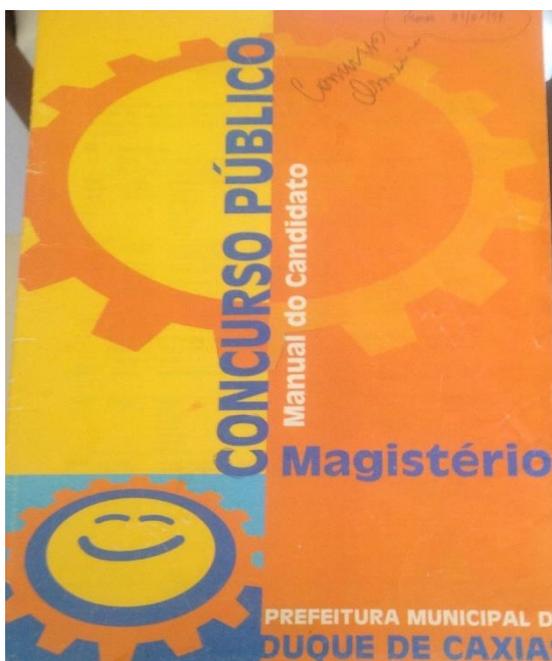
Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, **AUTORIZA-SE** a solicitação de pesquisa, pois atende aos requisitos estabelecidos nas normas de decoro e adequabilidade para a pesquisa dentro de nossa rede. Caso necessário, a qualquer momento poderemos revogar esta autorização, se comprovadas atividades que causem prejuízo a esta instituição. Declaramos também que não recebemos qualquer tipo de pagamento por esta autorização bem como os participantes da pesquisa também não o receberão.

É o parecer.

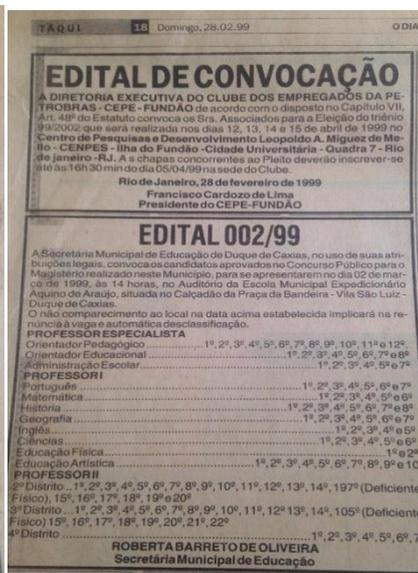
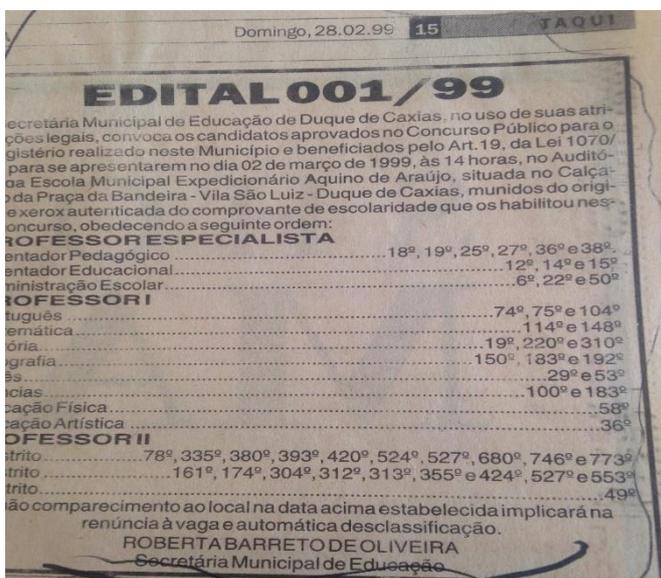
Cordialmente,


GISELLE IRENE LIMA TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Diretora do CPFPP
Matrícula: 06.723-0
Giselle Irene L. do Nascimento
Diretora do CPFPP
Mat. 06723-0

ANEXO 03 – Edital do Concurso para Supervisão administrativa – 1998/ Editais de Convocação.

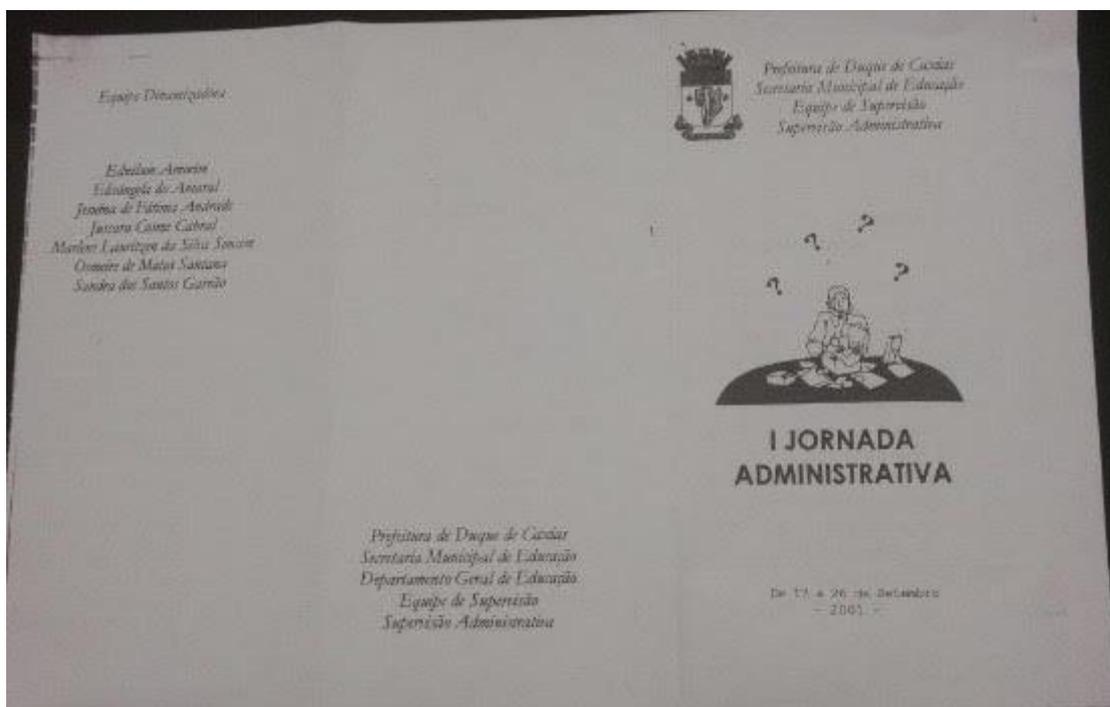


Fonte: Arquivo Pessoal, 1999

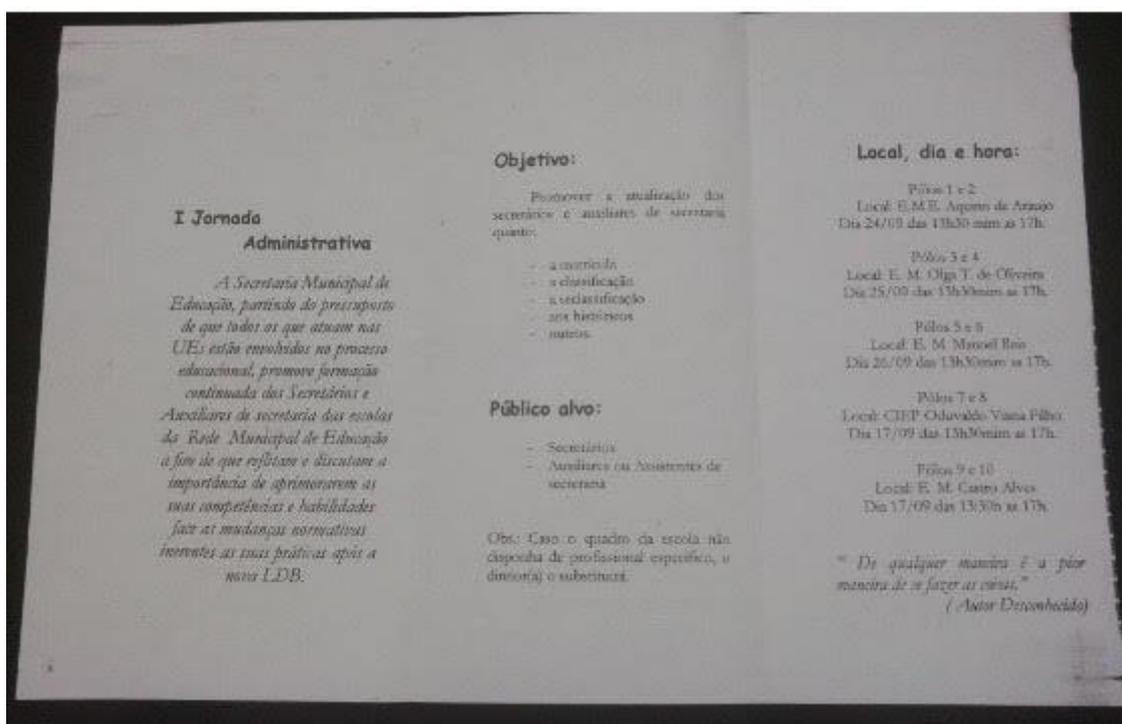


Fonte: Arquivo Pessoal, 1999.

ANEXO 04 – Folder da I Jornada Administrativa

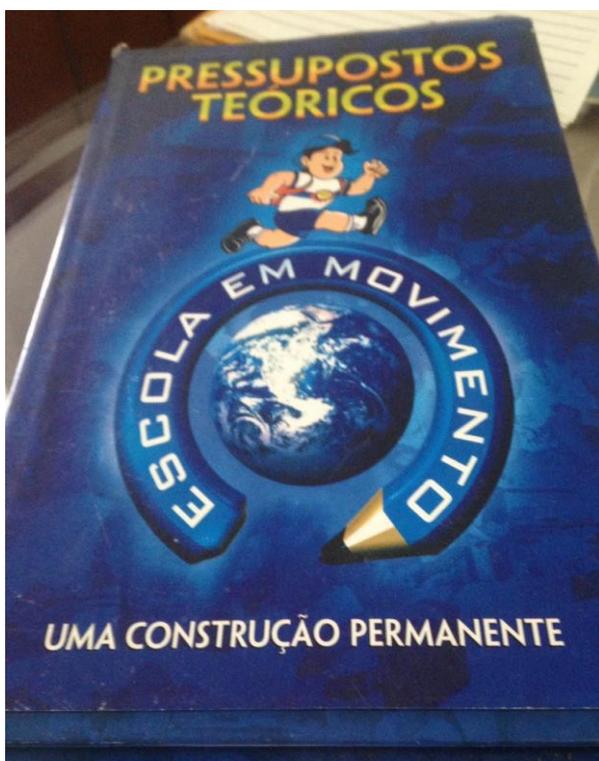


Fonte: Arquivo Pessoal, 2001.

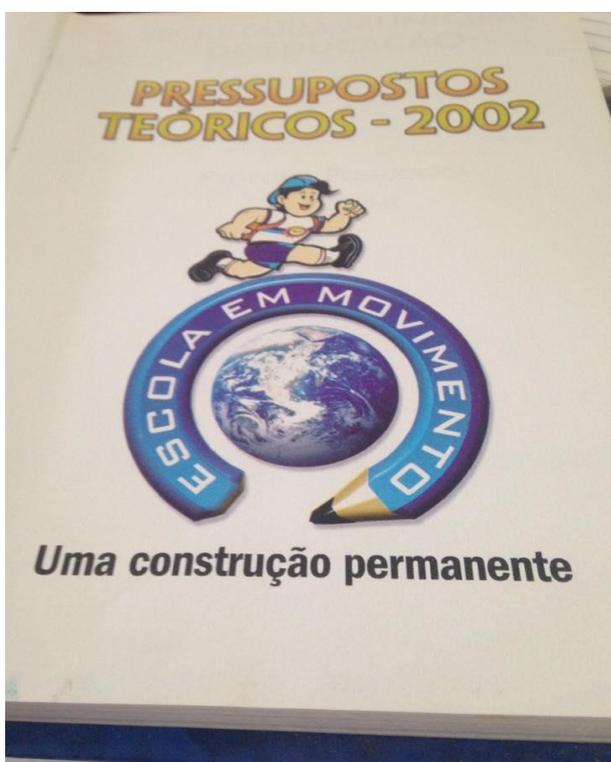


Fonte: Arquivo Pessoal, 2001.

ANEXO 05 – Proposta Pedagógica da SME/DC 2002.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2002.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2002.

ANEXO 06 - Portaria nº 001/GS-SME/06

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE
DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO GABINETE DA
SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 001/GS-SME/06.

Designa professores para o Serviço de
Inspeção Escolar e dá outras providências.

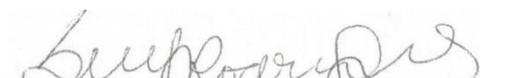
Art.1º- Ficam designados os professores dos quadros da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, sob a chefia da primeira, para compor a equipe de inspeção escolar; nos termos da Resolução nº 002/GS-SME/06:

- 1- Maria Celeste Rodrigues Pais Alves, matrícula 12464-8.
- 2- Cristina Ribeiro da Costa Allo, matrícula 04154-7.
- 3- Ediméa Castro dos Santos, matrícula 00797-9.
- 4- Maria Aparecida de Andrade Ribeiro, matrícula 07473-8.
- 5- Osmeire de Matos Santana, matrícula 08859-5.
- 6- Raquel Marins, matrícula 07478-8.

Art.2º- A equipe ora designada deverá, no prazo de 30 dias, a contar da data de assinatura desta Portaria, elaborar as diretrizes operacionais para o serviço, em atendimento as normas do Sistema Municipal de Educação relativas a matéria, submetendo a aprovação da Secretária Municipal de Educação.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Duque de Caxias. 16 de fevereiro de 2006.


ELMA MARIA SILVA RODRIGUES.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO 07 - Plano Municipal de Educação – Emenda referente à Supervisão Educacional

16.7 Emendas Aditivas

16.7.1 *Supervisão Educacional*

Diagnóstico

Na década de 30, por conta da preocupação da formação dos professores para a escola secundária, surgiu o curso de Pedagogia com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 1190, de 4 de abril de 1939. Essa Faculdade formava bacharéis e licenciados em várias áreas.

A década de 60 foi um período em que o Curso passou por um processo de definição das especializações. A Pedagogia passou a formar os especialistas em Educação: Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Administrador Escolar e Inspetor Escolar.

A Supervisão Educacional foi oficializada com a LDB de 71, mas a ideia de Supervisão existia desde o Período Colonial, quando foi organizado o primeiro Sistema Educacional Brasileiro.

Em 1964, com a Ditadura Militar, a educação passou a ser oferecida nos moldes da pedagogia tecnicista. O autoritarismo e a repressão são os alicerces dessa pedagogia, o trabalho é fragmentado e mecanicista. O Supervisor Educacional exercia sua função como controlador, coordenando e direcionando o trabalho, como função técnica.

Na década de 80, a luta operária ganha força, e os professores lutam pela reconquista do direito de participar da definição da Política Educacional. A Pedagogia crítica ganha espaço, e o fazer pedagógico está voltado para o ser humano e sua valorização na sociedade. O papel do Supervisor está centrado numa perspectiva crítica como agente social; sua missão principal é transformar sujeitos e mundos em “*alguma coisa melhor*” (Brandão, 1995).

O Supervisor passa a ter uma ação reflexiva, política, consciente, crítica, inovadora, transformadora e libertadora. Ao Supervisor Educacional cabe fortalecer as relações, atuando como mediador, numa ação reflexiva, transformadora e comprometida com a mudança para oportunizar a troca de experiências e possibilitar uma nova prática educativa nas nossas unidades escolares.

Constitui-se num trabalho profissional que tem o compromisso, juntamente com as equipes técnico-pedagógicas, docentes, discentes e administrativas (funcionários de secretaria e apoio escolar), de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e, para isso, assegurar a qualidade de ensino, da educação e da formação humana.

Diretrizes

Rompendo com o paradigma histórico de controle exercido pela Supervisão Educacional e atendendo à crescente demanda do acesso do aluno aos sistemas educacionais e sua permanência neles, a Divisão de Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias implementa ações pedagógicas e administrativas de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respeitando e atendendo as características e necessidades de cada escola. Pautando-se no trabalho participativo em busca do desenvolvimento da autonomia das unidades escolares, num clima democrático e integrador, dentro do que é preconizado nos documentos oficiais que regulamentam a educação nacional e municipal. A organização do trabalho da Supervisão Educacional se sistematiza por meio de visitas regulares às unidades escolares e no seu atendimento.

Objetivos e Metas da Supervisão Educacional

- a. Pesquisar e orientar estratégias para a construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar em consonância com a proposta pedagógica da rede;
- b. Participar e acompanhar a organização e execução do Plano de ação da equipe técnico-pedagógica;
- c. Acompanhar sistematicamente e sugerir materiais que possam respaldar o trabalho da equipe técnico-pedagógica quanto ao/à:
 - Planejamento;
 - Grupo de Estudos;
 - Conselho de Classe;
 - Distorção ano de escolaridade/ idade;
 - Cumprimento do calendário escolar.

- d. Oferecer formação continuada para os Professores Especialistas de acordo com as demandas de trabalho e encaminhamentos da SME;
- e. Fundamentar os estudos para a discussão e revisão do Regimento Escolar da Rede Municipal de Duque de Caxias;
- f. Promover estudos, junto com a equipe técnico-pedagógica, dos Pressupostos Teóricos que embasam a Proposta Pedagógica da rede municipal de educação de Duque de Caxias;
- g. Viabilizar a formação continuada dos professores especialistas e funcionários administrativos das unidades escolares, promovendo a articulação entre teoria e prática de acordo com a proposta pedagógica da rede e Regimento Escolar;
- h. Organizar a jornada administrativa para os profissionais que atuam na secretaria e o gestor da unidade;
- i. Orientar a organização e atualização dos arquivos e documentos das unidades escolares:
 - legislações;
 - documentos escolares;
 - certificação do 9º ano.
- j. Arquivar e zelar pela guarda dos documentos escolares nos arquivos da Divisão de Supervisão Educacional;
- k. Cumprir e divulgar a legislação e normas vigentes;
- l. Acompanhar o trabalho administrativo das unidades escolares;
- m. Realizar levantamento sistemático da carência de funcionários das escolas e encaminhar à SME para medidas cabíveis;
- n. Verificar arquivos escolares;
- o. Promover nas escolas processo de incineração de documentos;
- p. Atender a casos específicos ocorridos nas unidades, tais como denúncias, conflitos pedagógicos e relações interpessoais;
- q. Atender ao público que busca orientações na SME;
- r. Desenvolver ações de apoio que busquem elevar a qualidade do ensino no Município de Duque de Caxias.

ANEXO 08 – Documento cedido pela Professora Rogéria Pedra

O TRABALHO DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL A PARTIR DE 2009

O Governo Zito que iniciou em 2009 a gestão da Secretaria Municipal de Educação se deu com a coordenação da Secretária de Educação Professora Maria de Lourdes Henriques que definiu as chefias através de encontros e entrevistas dos profissionais indicados pela secretária de educação, professora Roberta Barreto.

A Divisão de Supervisão Educacional permaneceu com a mesma nomenclatura, ficando responsável pela organização e pelo acompanhamento das atividades pedagógica e administrativa das escolas da Rede.

A gestão da Professora Rogéria Pedra (2009-2010) e Nilce Bertolino (2011-2012) à frente da DSE tinha como principal proposta a integração da Divisão de Supervisão Educacional com a Divisão de Orientação Educacional, que tinha como gestora a Professora Delma. A integração das equipes tinha como objetivo desenvolver um trabalho de parceria nos acompanhamentos das escolas e nas formações dos professores especialistas, já que a Divisão de Supervisão era composta por Professores Especialistas Orientadores Pedagógicos, e a Divisão de Orientação Educacional era composta por Professores Especialistas Orientadores Educacionais; ambos compunham a equipe diretiva da unidade escolar e desenvolviam um trabalho integrado nas unidades escolares.

A Supervisão tinha dois eixos de trabalhos para dar suporte às escolas:

1º) A **Supervisão Pedagógica**, que acompanhava e orientava a equipe diretiva quanto à dinâmica da unidade escolar com seus profissionais, o desempenho dos alunos e a formação dos especialistas.

2º) A **Supervisão Administrativa**, que tinha como foco de trabalho acompanhar e orientar a organização dos documentos escolares e a formação para os secretários, assistentes administrativos e também para os professores especialistas. Além disso, era preciso atender a todas as demandas e intervenções que eram solicitadas pelas chefias e equipes da Secretaria Municipal de Educação.

AÇÕES DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL

1) Acompanhar o trabalho pedagógico realizado nas Unidades Escolares. (Registro em termos de visitas para encaminhamentos às chefias na SME).

- ❖ Análise e acompanhamento do calendário escolar da Unidade Escolar;
- ❖ Acompanhamento e avaliação do quadro de desempenho escolar das turmas, com orientações e sugestões de estratégias para melhoria dos resultados;
- ❖ Orientações e acompanhamento do Plano de Ação da Equipe;
- ❖ Assistência e orientações no cumprimento do Projeto Político Pedagógico;
- ❖ Participação com sugestões e orientações das avaliações dos encontros de ASSESSORIAS com as escolas;
- ❖ Apresentação, acompanhamento e orientações sistemáticas nas situações de mudança do gestor da escola;
- ❖ Avaliação e acompanhamento das estratégias para os alunos que estão no quadro de distorção ano de escolaridade/ idade;
- ❖ Assistência em todas as atividades, projetos, grupos de estudos e conselhos de classe das escolas;
- ❖ Acompanhamento do horário extraclasse (principalmente equipe diretiva);
- ❖ Levantamento sistemático do quadro de carência de profissionais das escolas da Rede, principalmente professor;
- ❖ Realização de Formação para Professores Especialistas em parceria com a Divisão de Orientação Educacional.
- ❖ Acompanhamento das avaliações encaminhadas pelo MEC: Prova Brasil do 5º e 9º Ano de Escolaridade e Provinha Brasil;

2) acompanhar e orientar todo o trabalho administrativo e a documentação das Unidades Escolares.

(Registro em termos de visitas para encaminhamentos das chefias da SME).

- ❖ Orientação quanto à escrituração de documentos escolares.
- ❖ Verificação e orientação para escrituração do Livro de Matrículas;
- ❖ Verificação das cópias das Atas de Resultados finais para envio e arquivamento na DSE.

- ❖ Análise das pastas individuais dos alunos matriculados (ficha de matrícula e individual);
- ❖ Verificação, análise e conferência de todos os documentos dos alunos do 9º ano de escolaridade para emissão do certificado.
- ❖ Verificação e orientação do Livro de Certificação;
- ❖ Verificação e orientações dos Livros: de ponto, protocolo e pedido de históricos;
- ❖ Atualização do arquivo permanente da DSE;
- ❖ Regularização de vida escolar do aluno (livro e documentos da pasta);
- ❖ Levantamento sistemático do quadro de carência de todos os profissionais das escolas da Rede;
- ❖ Levantamento e acompanhamento sistemático do quantitativo de alunos nas turmas;
- ❖ Realização de Jornadas Administrativa para orientação de diretores, professores especialistas, secretários e auxiliares de secretaria.

3) Participação efetiva de todas as Sindicâncias e Intervenções realizadas nas unidades e com profissionais da Rede.

Fonte: Arquivo pessoal da professora Rogéria Pedra, Chefe da DSE/2012.

ANEXO 09 – PORTARIA nº 32/GS - SME/DC/14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Prefeito José Carlos Lacerda, 1422 - 25 de agosto - Duque de Caxias / RJ - CEP: 25.071-120.
Tel.: 2671-6612 / 2771-5870

PORTARIA Nº 32/2014

O Secretário Municipal de Educação, no uso da atribuição, **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam autorizados os Supervisores lotados na Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional a atestarem, validarem e darem fé a documentação das escolas da Rede Municipal de Duque de Caxias, em especial a certificação de conclusão de ensino fundamental.

Parágrafo Único – A presente portaria destina-se às Unidades Escolares que não possuem Secretário Escolar em exercício.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Duque de Caxias, 20 de agosto de 2014.

MARCOS REZENDE VILLAÇA NUNES

Secretário Municipal de Educação

Mat. 30.474-3

RECEBIDO
SPP

27/08/14

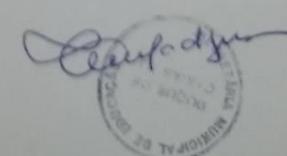
RSNUNES / 11:00
Assinatura Hora

PUBLICADO EM BOLETIM OFICIAL

Nº 6160 DE 26/08/2014

MARCO REZENDE VILLAÇA NUNES

CSOE,
para conhecimento
Leu 28/08/14



ANEXO 10 – Atribuições do Coordenador Pedagógico da Rede Estadual de Educação/RJ.

1.2.1. ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO

- Articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;
- Assessorar a Direção em todas as ações pedagógicas;
- Promover a articulação e a integração das ações pedagógicas desenvolvidas na unidade escolar, de acordo com a política educacional da SEEDUC/RJ e respeitada a legislação em vigor;
- Coordenar a consecução e a avaliação do Projeto Pedagógico da unidade escolar;
- Propor e executar ações junto ao corpo docente que possam garantir a implementação do Projeto Pedagógico da unidade escolar;
- Organizar e conduzir as reuniões do Conselho de Classe, em parceria com a Direção, propondo alternativas para a melhoria do processo educacional, numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;
- Articular as reuniões pedagógicas, oferecendo subsídios para um trabalho pedagógico mais dinâmico e significativo;
- Coordenar e acompanhar os horários das Atividades Pedagógicas dos professores, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;
- Assessorar os professores no planejamento da recuperação da aprendizagem e da dependência, considerados os índices de avaliação interna e externa;
- Organizar estratégias que garantam o apoio suplementar àqueles alunos que necessitam de maior tempo para elaborar seu conhecimento;
- Promover a integração e a articulação entre os professores, buscando a consecução de um currículo interdisciplinar;
- Promover, junto ao corpo docente, atividades de formação continuada, tendo em vista o aperfeiçoamento do processo pedagógico;
- Coordenar a escolha de livros e outros suportes didáticos, garantindo a participação dos professores e alunos, quando couber;
- Atuar em conjunto com a Direção e a Equipe de Assessoramento Técnico-Pedagógico, cuidando das relações entre o corpo docente, o discente e o administrativo e a comunidade.
- Avaliar os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando a sua reorientação;
- Estimular e articular a elaboração de projetos especiais junto à comunidade escolar, desde que orientados pelas diretrizes da SEEDUC;
- Elaborar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Direção da Unidade Escolar, os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da escola, considerando os aspectos pedagógicos;
- Conceber, estimular e implantar inovações pedagógicas, divulgando as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre Unidades Escolares, através da publicação em canais próprios no portal eletrônico da SEEDUC/RJ;
- Promover e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a cidadania e qualidade de vida;
- Promover reuniões e encontros com pais e responsáveis, visando a integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos.
- Dinamizar o processo de utilização das ferramentas tecnológicas à disposição na escola;
- Elaborar um Plano de Gerenciamento do Laboratório de Informática Educativa da escola;
- Organizar os horários de utilização do laboratório;
- Auxiliar os professores na construção do planejamento das aulas a serem ministradas nos laboratórios;
- Selecionar sites e demais recursos pedagógicos necessários ao cumprimento do Currículo Mínimo da SEEDUC;
- Coordenar, junto aos alunos e professores, a confecção da página da escola na internet;
- Zelar pelo funcionamento dos computadores, antenas e demais equipamentos tecnológicos existentes nas escolas;
- Atuar como agente responsável pelo Hardware e Software;
- Cuidar da manutenção do sistema instalado;
- Manter-se em contínua interação com os NTE;
- Desenvolver e colocar em execução projetos e atividades envolvendo as mídias da escola (TV, Vídeo, Computador, etc.) junto aos professores e alunos da unidade escolar;
- Assessorar os alunos na execução das tarefas.

Fonte: (Site da SEEDUC. Acesso em 2017).

ANEXO 11 – Plano de Ação da Supervisão Administrativa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL
COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA - 2015

IDENTIFICAÇÃO:

Formada após um concurso público realizado em 1999, a Equipe de Supervisão Administrativa tem como finalidade o acompanhamento do trabalho administrativo das Unidades Escolares.

É composta atualmente de quatro Professores Especialistas, habilitados em administração escolar, que através das visitas *in loco* e aperfeiçoamento profissional continuado mantém o fluxo de comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares.

Atua de forma preventiva, implementando o aperfeiçoamento profissional continuado para os profissionais que atuam nas Unidades Escolares, realizando também acompanhamento contínuo através de visitas, além de intervenções nas situações-problemas ocorridas nas Unidades Escolares.

Enfim, é uma equipe comprometida com a aplicação da legislação educacional vigente, com a eficácia da escrituração escolar no que se refere à vida escolar dos alunos, dos profissionais e da instituição de ensino e, com a organização técnica-administrativa da Unidade Escolar.

Atualmente, a Supervisão Administrativa apresenta a seguinte composição:

- Elisângela do Amaral Soares;
- Jussara Cosme Cabral;
- Marlene Lauritzen da Silva Soncim; e
- Osmeire de Matos Santana

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância da escrituração escolar como registro de todos os fatos relativos à vida escolar dos alunos, da instituição de ensino, do conhecimento da legislação educacional vigente e do aperfeiçoamento profissional continuado foi elaborado o presente Plano de Ação com o objetivo de desenvolver ações integradas entre a Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional visando a consecução dos objetivos propostos.

Segundo Fayol (1981) administrar “é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar”. O planejamento emerge no campo da ciência administrativa, portanto, com feições de previsão: “prever é perscrutar o futuro e traçar o plano de ação”.

O planejamento é imprescindível para administração ou gestão. É um processo complexo, que exige fases e ações e sendo a Secretaria Municipal de Educação o órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação das escolas e tendo a Supervisão Administrativa como responsável em realizar diretamente este acompanhamento, através de visitas, formação em serviço e análise de dados visando a produtividade (eficiência) e a qualidade (eficácia e efetividade).

ATRIBUIÇÕES DA SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA:

- Orientar as Unidades Escolares quanto à escrituração dos livros de registros escolares e dos documentos escolares referentes à vida escolar do aluno e proceder a verificação dos mesmos;
- Analisar e deferir o quadro de horários de funcionários extraclasse e apoio escolar, enviados pela Unidade Escolar;
- Orientar quanto a organização e atualização dos arquivos e documentos das Unidades Escolares;
- Acompanhar a Certificação dos alunos concluintes do ensino fundamental nas Unidades Escolares que possuem o segundo segmento do Ensino Fundamental;
- Orientar quanto aos procedimentos necessários para informatização de documentos escolares;

- Promover regularmente o aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais que atuam na secretaria da Unidade Escolar, diretores, professores especialistas, dirigentes de turno e inspetores de disciplina no que se refere a legislação educacional em vigor, escrituração escolar, atendimento ao público, entre outros temas que se fizerem necessários;
- Acompanhar o trabalho administrativo desenvolvido na Unidade Escolar;
- Viabilizar, junto às Unidades Escolares, a entrega dos documentos solicitados pela Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional, dentro dos prazos estabelecidos;
- Implementar junto às Unidades Escolares as diretrizes educacionais, técnico e administrativo emanadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- Participar de Seminários de Educação, Fóruns, Congressos, Capacitações, Palestras e Workshops, visando o aperfeiçoamento profissional continuado;
- Realizar visitas sistemáticas às Unidades Escolares, registrando todos os encaminhamentos dados no Termo de Visita;
- Participar de reuniões internas, grupos de estudos, grupos de trabalho e outras reuniões dinamizadas pela Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional;
- Proceder ao levantamento de dados na Unidade Escolar, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO:

A Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias é composta atualmente de 175 instituições de ensino, sendo 142 (Cento e quarenta e duas) Unidades Escolares de Ensino Fundamental/Educação de Jovens e Adultos e 33 (Trinta e três) Creches/CCAICs de Educação Infantil.

OBJETIVOS:

- Realizar o diagnóstico inicial das Unidades Escolares;
- Fornecer orientações acerca de arquivamento escolar e incineração de documentos escolares,
- Orientar quanto a procedimentos administrativos frente a situações que interfiram no funcionamento das Unidades Escolares;

- Esclarecer dúvidas quanto à legislação educacional, organização e funcionamento de uma secretaria escolar, elaboração e preenchimento de diversos documentos referentes à vida escolar dos alunos e ao funcionamento da Unidade Escolar;
- Contribuir para o melhor funcionamento da secretaria das Unidades Escolares;
- Participar da formação continuada junto aos secretários escolares, auxiliares e assistentes de secretaria, além dos demais profissionais que exerçam funções administrativas ou pedagógicas na Unidade Escolar para o melhor exercício de suas funções; em parceria com a CPFPPF.
- Oportunizar a troca de experiências de práticas administrativas que obtiveram sucesso em seu desenvolvimento dentro das Unidades Escolares;
- Acompanhar a certificação dos alunos concluintes do Ensino Fundamental;
- Apurar fatos referentes a não cumprimento de disposições legais nas Unidades Escolares e a irregularidades na vida escolar de alunos, dando os encaminhamentos necessários;
- Conscientizar os gestores escolares sobre a importância da prática da gestão democrática;
- Orientar quanto à regularização de vida escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, alunos oriundos de outros países e alunos circenses.

METAS:

- Realizar o diagnóstico inicial das Unidades Escolares quanto a escrituração escolar, organização da secretaria escolar e organização e funcionamento institucional;
- Implementar encontros planejados com CPFPPF para os secretários escolares e auxiliares de secretaria das Unidades Escolares;
- Criação e manutenção de comunicação com as Unidades Escolares via correio eletrônico (e-mail) para esclarecimento de dúvidas e informes da Supervisão Administrativa;
- Elaborar proposta de normatização referente a informatização, incineração e escrituração de documentos escolares e, arquivamento escolar (ativo e inativo), para ser encaminhada a apreciação do Conselho Municipal de Educação;
- Implementação de grupos de estudo e pesquisa permanentes com vistas ao aperfeiçoamento profissional e atualização referentes às normas educacionais em vigor, a organização técnico-administrativa das Instituições de Ensino e temas que se fizerem

necessários para a implementação de aperfeiçoamento profissional continuado para os profissionais das Unidades Escolares;

- Implementação de reuniões de Polo em Unidades Escolares para profissionais que atuam na secretaria escolar;
- Acompanhar a atualização do arquivo da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional referente a cópia das atas de resultados finais enviadas pelas Unidades Escolares.

ACÇÕES:

- Formação Continuada para Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria;
- Visitas de acompanhamento as Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos;
- Fornecimento de orientações às Unidades Escolares quanto a regularização de vida escolar dos alunos;
- Encontro semestral com as Unidades Escolares nos Polos;
- Acompanhamento do processo de certificação dos alunos concluintes do Ensino Fundamental;
- Encaminhamento de propostas de alterações na legislação educacional em vigor no Município e de novas legislações educacionais;
- Realização de pesquisas quanto a legislação educacional em vigor, atualizações referentes a organização técnico-administrativa das Instituições de Ensino e temas pertinentes ao campo de atuação profissional;
- Apuração de denúncias feitas à Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional através de visitas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, em conjunto com demais setores da Secretaria Municipal de Educação.

ESTRATÉGIAS:

- a) Visitas periódicas às Unidades Escolares, podendo as mesmas serem realizadas em comissão conforme a necessidade da Unidade Escolar;
- b) Aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais que atuam na secretaria da Unidade Escolar e em outras funções conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino;

- c) Correio Eletrônico (e-mail);
- d) Reunião Interna mensal para Supervisão Administrativa;
- e) Grupos de trabalho para organização das capacitações e encontros a serem implementados;
- f) Grupos de pesquisa e estudos quinzenais para aperfeiçoamento e atualização profissional.

CRONOGRAMA DE AÇÕES:

Evento	Tema	Público Alvo	Mês
Formação Continuada em parceria com a CPFPPF	Escrituração Escolar	Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria	Julho/2015
Formação Continuada em parceria com a CPFPPF para Gestores Escolares	Legislação Educacional, Gestão Escolar, Relacionamento Interpessoal, Organização Pedagógico-Administrativa da Unidade Escolar.	Diretores e Vice-diretores das Unidades Escolares	Setembro/2015
Visitas de Acompanhamento	Acompanhamento sistemático das Unidades Escolares quanto a escrituração escolar (organização e atualização).	Unidade Escolar	Junho a Dezembro/2015

Cronograma das Ações bimestrais:

<u>1º bimestre</u>	<u>2º bimestre</u>	<u>3º bimestre</u>	<u>4º bimestre</u>
<ul style="list-style-type: none"> -Apresentação do Supervisor Administrativo à Unidade Escolar. -Atualizar a ficha de Diagnóstico e Acompanhamento das Unidades Escolares -Realizar levantamento do quantitativo de alunos matriculados por ano/turma de escolaridade -Realizar levantamento de carência de professores e funcionários -Fornecer orientações referentes ao Diário de Classe Provisório -Verificar o Livro de Ponto (organização e assinatura) -Realizar formação continuada com os Contratados. 	<ul style="list-style-type: none"> -Planejamento da Formação e parceria com a CPFPPF. -Realização do encontro. -Verificar os Diários de Classe (organização e preenchimento) -Analisar preenchimento do Livro de Matrículas (matrículas iniciais) -Verificar pendências e encaminhamentos referentes aos Históricos Escolares -Verificar o Livro de Ponto (organização e assinatura). 	<ul style="list-style-type: none"> -Planejamento do encontro em parceria com a CPFPPF. -Realização do encontro. -Verificar e orientar o processo de Certificação dos alunos concluintes -Verificar o Livro de Ponto (organização e assinatura). - Verificação e assinatura de históricos escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> -Verificação de documentação escolar dos concluintes 2015. - Verificação e assinatura de históricos escolares.

<p>-Analisar e orientar o preenchimento do Quadro de Horário Extraclasse</p> <p>-Analisar e orientar o preenchimento das Atas de Resultados Finais</p> <p>-Verificar as situações de Regularização de Vida Escolar (Parecer Pedagógico e Livro)</p> <p>-Analisar o Quadro de Horário do 2º segmento</p> <p>- Verificação e assinatura de históricos escolares.</p> <p>-Acompanhamento sistemático da E.M. Exp. Aquino de Araújo (Fevereiro a Maio de 2015) .</p>	<p>- Verificação e assinatura de históricos escolares.</p>		
--	--	--	--

Fonte: CSOE, 2016.

POLOS ADMINISTRATIVOS:

1º DISTRITO		2º DISTRITO	
Polo 1 - Centro	Polo 2 - Vila São Luiz	Polo 3 - Pilar	Polo 4 – Saracuruna
EM Prof. Olga Teixeira de Oliveira	EM Exp. Aquino de Araújo	EM Nísia Vilela Fernandes	CIEP 120 Monteiro Lobato
EM Prof.ª Zilla Junger da Silva	CIEP 097 – Carlos Chagas	EM Sete de Setembro	EM Prof. Maria Anger Dias Garimpo
EM Professora Maria José de Oliveira	EM Ana Nery	EM Paulo Freire	EM Maria das Graças Cardoso Bighi
EM Santa Terezinha	EM Sergipe	EM Prof.ª Elizabeth Lopes Cabral	EM Jayme Fichas
EM Prof.ª Hilda do Carmo Siqueira	EM General Sampaio	EM Prof. Vilmar Bastos Furtado	EM Marcilio Dias
EM Todos os Santos	EM Gen. Tibúrcio	EM Coronel Eliseu	EM Pedro Rodrigues do Carmo
EM Visconde de Itaboraí	CIEP 405 – Min. Santiago Dantas	EM José Camilo dos Santos Filho	CIEP 318 Paulo Mendes Campos
EEM Osvaldo Cruz	EM Anísio Spindola Teixeira	EM Prof. Alberto Ribeiro Vasconcellos	CIEP 328 Marie Curie
EM Prof. Romeu Menezes	EM Prof. Motta Sobrinho	EM Mª Clara Machado	EM Anton Dworsak
EM Jair Alves de Freitas	EEM Manoel Joaquim Salgueiro	EM Prof.ª Eulina Pinto de Barros	EEMZ Alberto Santos Dumont
EM José de Souza Herdy	EM Lions	EM Prof. Paulo Roberto de M. Loureiro	EM Governador Mario Covas Júnior
EM Darcy Ribeiro	EM 21 de Abril	EM Bairro Califórnia	EM Prof. João Faustino de F. Sobrinho
EM Dr Ricardo Augusto	EM Wilson de Oliveira Simões	EM Nossa Sra. do Pilar	EM Bom Retiro
EEM Gustavo Armbrust	EEM Castro Alves	EM Prof.ª Amélia Câmara dos Santos	EM Dr. Manoel Reis
EM Alto da Boa Vista	EM Gastão Reis	EM Prof.ª Sônia Regina Scudese D. Pinto	EEM Mal. Mascarenhas de Moraes
EM Carlota Machado	EM Jardim Gramacho	EM Solano Trindade	EM Marilândia
EM Helena Aguiar de Medeiros	EM Mal. Mallet	EM Minas Gerais	EM Nilcelina dos Santos Ferreira
EM Hermínia Caldas da Silva	EM Mauro de Castro	EM Prof. Walter Russo de Souza	EM Albert Sabin
EM José Medeiros Cabral	EM Oneres Nunes de Oliveira	EM Nossa Sra. Aparecida	EM Monteiro Lobato
EM Aline Gonçalves Lima	EM Joaquim da Silva Peçanha	EM Imaculada Conceição	EM Tancredo Neves
EM Laurentina Cardoso Duarte	EM Vila Operária	EM Pres. Costa e Silva	EM Wanda Gomes Soares
EM Darcy Vargas	EM Barão do Rio Branco	EM Parque Capivari	EM Jornalista Moacyr Padilha
EM Ana de Souza Herdy	EM Cora Coralina		EM Raul de Oliveira
EM Dr Álvaro Alberto	EM Ruy Barbosa		EM Regina Celi do S. Cerdeira

Fonte: CSOE, 2016.

3º DISTRITO		4º DISTRITO
Polo 5 - Santa Cruz	Polo 6 - Imbariê	Polo 7 - Xerém
CIEP 015-Henfil EM Barão da Taquara EM Prof.ª Mª Araújo da Silva EM Dalva Borges da Cunha CIEP 227-Procopio Ferreira EM Nova Campinas EM Senador Afonso Arinos EM Almirante Tamandaré EM Barro Branco EM Santa Luzia EM Carmem Lucia Alvin da Silva EM Rotary EM Luiz Gama Borges EM Pedro Paulo da Silva	EM CFN Eduardo Gomes de Oliveira EM Paulo Rodrigues Pereira EM Carlos Drummond de Andrade EM Marechal Floriano Peixoto EM Prof. Carmem Correia de C. R. EM Roberto Weguelim de Abreu CIEP 407 - Neusa Goulart Brizola CIEP 330 Maria da Gloria C. Lemos EM Marcio Fiat EM Francisco Barbosa Leite CIEP 319 Oduvaldo Viana Filho EM Jardim Anhangá EM General Mourão Filho	CIEP 338 - Célia Rabelo EM Bairro Tabuleiro EM Barão do Amapá EM Brasília EM Brasil-Itália EM Castro Alves EM Coração de Jesus EM Dr. Ely Combato EM Embaixador Osvaldo Aranha EM Leni Fernandes do Nascimento EM Montese EM Parque Capivari EM Presidente Vargas EM Prof.ª Mariana Nunes Passos EM Prof.ª Aila Saldanha do Couto EM Santa Rita EM Santo Agostinho EM Santo Amaro EM Santo Izidro EM Sargento João Délio dos Santos EEM Sergipe

* As unidades polos estão em negrito.

Fonte: CSOE, 2016

Cronograma de Entrega de Documentos pelas Unidades Escolares:

Livro de atas de resultados finais	31/01		
Quadro de horários extraclasse	30/03	Diários de classe (e diários de classe provisórios com a frequência dos alunos no início do ano letivo)	<u>Diário Provisório</u> : 1º dia letivo <u>Diário Definitivo</u> : 02 de abril
Plano de Ação da Secretaria Escolar	30/03	Livro de atas de conselho de classe	Escrituração até o 5º dia útil após o Conselho de Classe
Livro de matrículas (registro das matrículas iniciais)	31/05	Relatórios descritivos (com assinaturas obrigatórias do Professor, Orientador Pedagógico e Orientador Educacional)	Leitura e assinatura pela ETP até 5º dia útil após o COC
Listagem de alunos da secretaria	Atualizada Diariamente	Planejamento da Progressão Parcial arquivado na secretaria da Unidade Escolar	02/04
Livro de regularização de vida escolar	02/04	Quadro de horários das turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental disponível na U.E.	1º dia letivo

Fonte: CSOE, 2016.

AVALIAÇÃO:

Será feita uma avaliação pelos Supervisores Administrativos no final do ano letivo de todo o trabalho realizado com vistas a estabelecer novas metas para o próximo ano letivo.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Maria Vasques de. *Progestão: como desenvolver a gestão dos servidores da escola?* Módulo VIII. Brasília, CONSED, 2001.

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos.** Rio de Janeiro: 1995.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de Gestão em Organizações Públicas – Teorias e Tecnologias para análise e Transformação Organizacional.** Educus – 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.493 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases as Educação Nacional.

_____. **Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

COSTA, Larissa Cândida. **Arquivologia.** FDK, 1ª edição.

FAYOL, Henry. **Administração Industrial e geral.** São Paulo: Atlas, 1981.

HERNANDES, Sonia & MEDEIROS, João Bosco. **Manual da Secretária.** 7ª Ed. Editora Atlas.

MEDEIROS, Walter. **Qualidade no serviço público.** Disponível em <http://paginas.terra.com.br/atendimnto02_ServPub.htm>.

Referências Municipais:

DUQUE DE CAXIAS. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Duque de Caxias. Lei Municipal nº 1.506, de 14 de janeiro de 2000.

_____. **Plano de Carreira dos Profissionais de Educação do Município de Duque de Caxias.** Lei Municipal nº 1.070, de 19 de setembro de 1991.

_____. **Regimento Escolar das Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias, 2000.**

_____. **Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias.** Deliberação nº 03, de 05 de outubro de 2006.

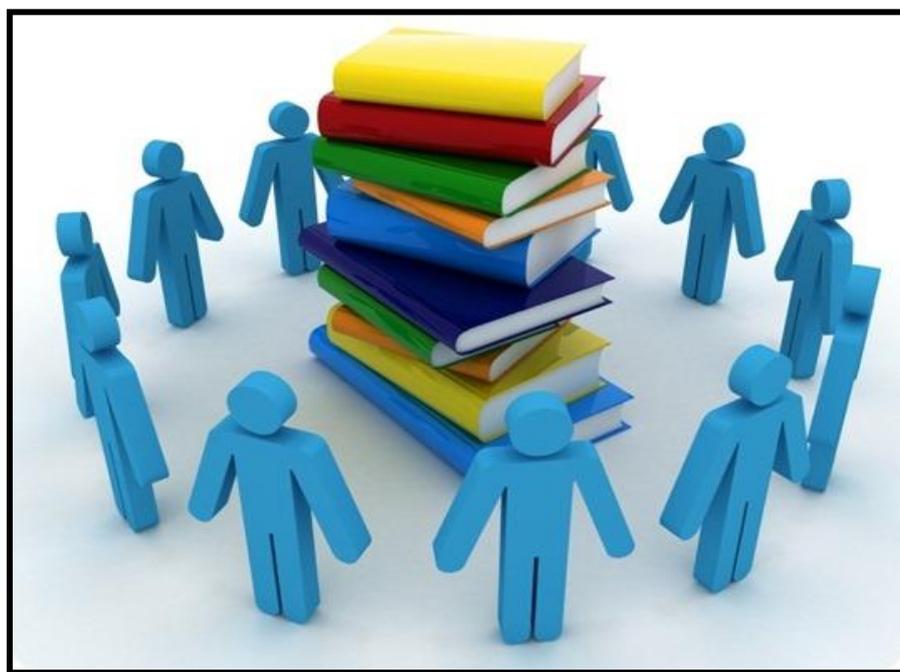


ANEXO 12 – Livreto utilizado nas Assessorias na CSOE.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

**Assessoria Administrativa
2016**

DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR



**COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL**

Coordenadora:

Ruth Nazaré Barros

Supervisoras:

Carmem Lúcia Fares das Chagas

Deldir Lamego Silveira de oliveira barros

Edir Maria Dutra de Almeida

Josiete Rosa da Silva Alves

Jussara Cosme Cabral

Leonor Cardoso Rosa

Marlene Lauritzen da Silva Soncim

Osmeire Pinheiro de Matos

Rosa Maria Santos Costa Medeiros Ramos

Rosicléia Castro de Moraes

Rosilene Mendes Monteiro

Rosimeri de Souza Zupi

Vanessa Cristine de Carvalho Cocco

Junho/2016

Organização e Escrituração dos Documentos Escolares

◇ *Escrituração dos livros:*

Livro de Matrículas: Inserir os termos de abertura e encerramento fornecidos na apostila da Jornada Administrativa 2016. O livro deve ser escriturado imediatamente após a organização do Diário de Classe. Registrar todos os nomes em ordem alfabética, acrescentar os nomes dos alunos que entraram após a confecção do Diário de Classe somente ao final da última turma dando sequência a numeração. No documento informatizado retirar o campo profissão. O livro informatizado **deve** ser feito no modelo fornecido pela SME/CSOE e encadernado em brochura (capa dura).

Livro de Atas de Resultados Finais: Registrar o nome dos alunos em ordem alfabética e somente na turma na qual o mesmo concluiu o ano letivo. Inserir as observações de acordo com o ano de escolaridade. Colocar asterisco à frente do nome de cada aluno sinalizado no campo da observação. Registrar a data de transferência, abandono e falecimento (obrigatório a partir de 2014) centralizando a informação, **não** colocando no campo do resultado final. Incluir resultado final somente nas turmas do 1º ao 9º ano de escolaridade. Registrar o percentual de frequência de todos os alunos. Colocar Prom (promovido) e Ret (retido) no resultado final. Informar os alunos que tiveram a vida escolar regularizada

utilizando o termo pertinente. Não utilizar corretivo ou colagem (em caso de rasura no livro manuscrito sinalizar com um asterisco e retificar através de observação). Seguir a Matriz Curricular e só registrar os Componentes Curriculares de acordo com cada situação. A partir de 2016 registrar Língua Inglesa e Língua Espanhola nos Componentes Curriculares Inglês e Espanhol. Caso o livro informatizado seja encadernado com mais de um ano letivo a numeração das páginas deve ser sequencial, lembrando que o verso não é numerado. O Diretor deverá assinar todas as páginas. O livro informatizado **deve** ser feito no modelo fornecido pela SME/CSOE e encadernado em brochura (capa dura). Em relação ao curso registrar Educação Infantil nas turmas iniciais e Ensino Fundamental nas turmas do 1º ao 9º ano, EJA e Educação Especial, conforme quadro abaixo:

Ano de Escolaridade	Curso
Creche e Pré-Escolar	Educação Infantil
Classe Especial	Ensino Fundamental
Atendimento Educacional Especializado - AEE	
1º ao 3º ano do Ciclo de Alfabetização	
4º ao 9º Ano de Escolaridade	
Etapas I a IV da Educação de Jovens e Adultos	

Livro de Regularização de Vida Escolar: Registrar os casos de regularização de vida escolar utilizando os termos fornecidos na apostila da Jornada Administrativa. Caso em algum ano não haja a necessidade de regularização deve ser inserido um termo informando a situação. Deve ser utilizado o mesmo termo para alunos do mesmo ano de escolaridade. É importante verificar a legislação de acordo com cada caso.

Livro de Atas de Conselho de Classe: Organizar em livro próprio. Todas as reuniões de Conselho de Classe devem ser registradas no momento em que são realizadas. O (a) Diretor (a) deve designar o responsável pela escrituração do mesmo antes do início da reunião. Cada ata deve ser iniciada em nova página e, ao final de cada uma, todos os presentes devem assiná-la. Não pode haver colagem.

Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas: Livro destinado ao registro das reuniões realizadas na Unidade Escolar como: reunião geral, grupos de estudo, reuniões de planejamento e outras. Para organização e escrituração do livro seguir as mesmas orientações do Livro de Atas de Conselho de Classe.

Livro de Expedição de Certificados: Destina-se ao controle de expedição de Certificado dos alunos concluintes do Ensino Fundamental. Deve ser preenchido no momento da expedição do Certificado solicitado pelo aluno/responsável. Del. 13/2011.

Livro de Expedição de Históricos Escolares: Organizar em livro brochura e inserir os seguintes dados: data, nome do aluno, ano de escolaridade, unidade escolar de destino e assinatura do responsável pelo aluno.

Livro de Recebimento de Históricos Escolares: Organizar em livro brochura e inserir os seguintes dados: data, nome do aluno, ano de escolaridade, unidade escolar de origem e assinatura do responsável pelo recebimento.

Livro de Registro Diário (alunos e funcionários): Organizar em livros separados e fazer o registro de todas as situações que ocorrerem na Unidade Escolar. Todo registro feito deve ter as assinaturas dos funcionários que fizeram o atendimento e das testemunhas (se houver). Importante lembrar que aluno menor não assina, somente o responsável.

Livro de Ponto Funcional: Registrar o nome completo, a matrícula, a função, o ID, os dias de trabalho de cada funcionário e o Componente Curricular dos professores do 2º segmento. Organizar um livro para os funcionários da PMDC e outro para os contratados. Deverá ser assinado diariamente colocando o horário de entrada e saída. Ao final de cada mês o Diretor deverá revisar, rubricar e carimbar todas as páginas. Evitar a utilização de corretivo. O Livro de Ponto informatizado **deve** ser feito no modelo fornecido pela SME/CSOE e encadernado em brochura (capa dura). Registrar os afastamentos: BIM, Licença, paralisação, greve.

Livro de Atas de Incineração de Documentos: Alguns documentos Escolares podem ser incinerados e

há um prazo mínimo para a incineração (Art. 139, parágrafo 1º do Regimento Escolar). O ato da incineração deve ser lavrado em Ata assinada pela Equipe Diretiva e demais presentes (ver modelo na apostila). Deve ser enviado ofício solicitando a verificação e autorização da SME/CSOE.

◇ *Acompanhamento da vida escolar dos alunos:*

Listagem de Alunos da Secretaria: Deve ser organizada no início do ano letivo e atualizada de acordo com a necessidade. Utilizar o modelo fornecido pela Coordenadoria de Estatística Educacional.

Diário Provisório: Desde o 1º dia letivo, ou enquanto as turmas ainda estão em fase de formação e adaptação, a Unidade Escolar deverá organizar um Diário Provisório para todas as turmas (inclusive classe especial e a de Atendimento Educacional Especializado), visando acompanhar sistematicamente a frequência diária dos alunos e os conteúdos trabalhados. A frequência do Diário Provisório deverá ser repassada para o Diário de Classe.

Diário de Classe: Deve ser preenchido de acordo com as orientações fornecidas na Jornada Administrativa. A Equipe deve revisar bimestralmente e assinar. A frequência e as atividades devem ser registradas diariamente. Deverá ser atualizado conforme a Listagem de Alunos da secretaria. Em hipótese alguma pode ser retirado da Unidade Escolar.

Diário Único: Seguir as mesmas orientações fornecidas aos professores; registrar os dias de Conselho de Classe, reuniões e outros no campo dos conteúdos; A secretária/dirigente deve fazer o registro da frequência diariamente. O Orientador Pedagógico deve revisar e assinar estes Diários.

Quadro de Horário do 6º ao 9º ano de Escolaridade: organizar o horário de atendimento às turmas do 6º ao 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental e Etapas IV e V da EJA, de acordo com a Matriz Curricular. Observar a duração mínima de cada tempo de aula conforme o que estabelece o Regimento Escolar. Dar especial atenção na elaboração do quadro quanto à coerência na organização dos Componentes Curriculares evitando a sequência direta de três ou quatro tempos de uma mesma disciplina.

Progressão Parcial: Para alunos do 6º ao 9º ano retidos em um ou dois Componentes Curriculares; pode ser realizado através de Programas de Estudo ou frequência em outro turno; o Professor deve elaborar um relatório individual para cada aluno que foi retido mencionando os conteúdos não apreendidos (motivo da retenção); o plano de estudos deve ser arquivado na pasta do aluno. A Progressão Parcial no Município de Duque de Caxias é por componente curricular e não por ano de escolaridade.

◇ *Documentação de alunos:*

Pasta de Alunos: Revisar todos os documentos. Preencher as fichas de matrícula e individual dos alunos. Refazer as fichas que estiverem com qualquer tipo de irregularidade. Registrar o resultado final e o percentual de frequência. Ao final de cada ano letivo as fichas **devem** ser assinadas pelo Diretor (não pode haver rasuras e os dados devem estar completos). Parecer Pedagógico e Termo de Autorização do Responsável.

Declaração Escolar: Documento expedido pela Unidade Escolar para comprovação da situação do aluno. Sua validade é de 45 dias a contar da data de expedição. Nela deve constar a finalidade a que se destina como: transferência, comprovação de matrícula para Bolsa Família, emprego, cursos e outras, bem como o ID e NIS do aluno. É importante lembrar que somente o Diretor, o Vice Diretor e o Secretário podem assinar a Declaração Escolar.

Históricos Escolares: Inserir o percentual de frequência, os números do ID e do NIS e a carga horária anual dos alunos. O Histórico deve ser feito utilizando o modelo (Ensino Fundamental ou Educação de Jovens e Adultos) de acordo com o que o aluno cursou a maior parte do tempo. Importante ressaltar que as informações que constam nos Históricos recebidos de outras Unidades Escolares devem ser transcritos, não sendo permitidas cópias anexas.

Relatório Descritivo: Deve ser preenchido pelo Professor e encaminhado à ETP para análise e devidos

encaminhamentos. Não pode ser retirado da Unidade Escolar em hipótese alguma (Art. 133 do Regimento Escolar). Ao final de cada bimestre deve ser concluído e devidamente assinado pelo professor e ETP. O nome do aluno não pode ser abreviado e não é permitido o uso de **corretivo** ou **colagem**. O documento digitado deve ser feito do início ao final do ano letivo, não sendo permitidas duas formas de escrituração no mesmo ano.

Boletim Escolar: Deve ser expedido pela secretaria da Unidade Escolar sem emendas ou rasuras, devendo ser preenchido a cada bimestre. Deverá ser assinado pelo responsável do aluno na reunião de pais ou responsáveis. Ao final do ano letivo deverá ser assinalado o resultado final, o percentual de frequência e conter as assinaturas do Diretor (a) e Secretário (a) da Unidade Escolar.

Certificado de Aluno Concluinte do Ensino Fundamental: Deve ser emitido somente para alunos/responsáveis que solicitarem (conforme Deliberação CME/DC – nº 13/2010). Para que esta certificação seja realizada de acordo com as normas vigentes faz-se necessário seguir as orientações fornecidas na apostila da Jornada Administrativa 2016.

Arquivo Permanente: Organizar as pastas contendo a documentação dos alunos em ordem alfabética e numerada. Deve ser organizada uma listagem com o nome de todos os ex-alunos.

◊ *Acompanhamento da vida funcional dos servidores/funcionários*

Pasta Funcional: É importante organizar uma pasta para todos os funcionários na qual sejam arquivados cópia dos documentos pessoais e das formações, bem como a ficha de cadastro.

Declarações e Atestados de funcionários (BIM): Arquivar em pasta própria, **não podendo** ser grampeado no livro de ponto funcional.

Após a entrega da frequência mensal à SME, os atestados e declarações devem ser arquivados na pasta funcional do servidor.

Quadro de Horário de Funcionários Extraclasse: Organizar o horário dos funcionários que trabalham na Unidade Escolar que não atuam como regentes de turma (Prefeitura e Terceirizados). Deve ser feito no início do ano letivo e atualizado de acordo com as mudanças ocorridas. Importante verificar a carga horária de cada um conforme a função exercida. Deve ser feito no modelo fornecido pela SME/CSOE e entregue para análise. Ver orientações e modelo na apostila da Jornada Administrativa 2016.

Estágio Probatório – o relatório deve ser entregue em julho e em dezembro.

Plano de Ação da Secretaria Escolar: A organização do trabalho e o cumprimento dos prazos estabelecidos pela SME dependem de um bom planejamento. O Plano de Ação tem por objetivo: traçar ações para organização do trabalho da secretaria escolar, da escrituração dos documentos e o direcionamento das tarefas de cada um. É fundamental que cada Unidade Escolar elabore o seu Plano de Ação da Secretaria e faça as devidas alterações sempre que necessário.

Importante lembrar:

*Em hipótese alguma os documentos poderão ser retirados da Unidade Escolar (conforme Art. 133 do Regimento Escolar).

* Todas as informações referentes aos alunos devem ser coerentes com os registros escolares, ou seja, Ficha Individual = Diário de Classe = Ata de Resultado Final = Livro de Matrícula = Livro de Regularização de Vida Escolar = Censo Escolar = Mapa Estatístico.

* As orientações detalhadas para o preenchimento dos documentos estão na apostila da Jornada Administrativa 2016.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

ANOTAÇÕES

APÊNDICE A – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

Plataforma Brasil MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos de 2000 a 2016.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 8			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Linguística, Letras e Artes			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Osmeire Pinheiro de Matos			
6. CPF: 799.897.057-04		7. Endereço (Rua, n.º): Rua Ivo Borges, 395 Recreio dos Bandeirantes apto 108 RIO DE JANEIRO RIO DE JANEIRO 22770440	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (21) 2425-1184	10. Outro Telefone:	11. Email: osmeire@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>14 / 02 / 17</u>		<u>Osmeire Pinheiro de Matos</u> Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: "Universidade do Grande Rio "Professor José de Souza Herdy" - UNIGRANRIO"		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (21) 1672-7733		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Jaqueline de L. P. Lima</u>		CPF: <u>043.505.587-99</u>	
Cargo/Função: <u>Coord. do PPG</u>			
Data: <u>14 / 02 / 2016</u>		<u>Jaqueline de L. P. Lima</u> Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS**: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos de 2000 a 2016. Você foi selecionado por fazer parte da CSOE e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos deste estudo são: Objetivo geral: Analisar até que ponto a função supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias - RJ. Como objetivos específicos: Descrever a função do supervisor educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ- período de 2000 a 2016; Relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, após os procedimentos adotados pela supervisão educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer entrevista semi-estruturada sobre o trabalho da supervisão e documentos relativos à pesquisa.

Os riscos relacionados com sua participação são praticamente nulos.

Os benefícios relacionados com a sua participação são fornecer material para que o Mapa da história da Supervisão Educacional em Duque de Caxias seja traçado.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação: Os participantes serão nomeados por letras de A a F.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Osmeire Pinheiro de Matos e Jacqueline Cássia Pinheiro Lima, no e-mail ou no telefone(21)964019807.


Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2017.

Colaborador da pesquisa



Data: 05/02/2017

ORÇAMENTO DE PROJETO DE PESQUISA

Nome do Projeto: O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos de 2000 a 2016.

Pesquisador Responsável: Jacqueline Cássia Pinheiro Lima

Instituição/Unidade/Departamento: UNIGRANRIO

Fonte (Instituição): UNIGRANRIO

	VALOR US\$	VALOR R\$
MATERIAL PERMANENTE		
MATERIAL DE CONSUMO	Xerox	300,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS		
HONORÁRIOS DO PESQUISADOR		
DESPESAS COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	Transporte	100,00
OUTROS	Livros	1.000,00
TOTAL		1.400,00

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Este orçamento de projeto de pesquisa é apenas indicativo e visa a atender exigências da CONEP/Plataforma Brasil. A aprovação do protocolo pelo Comitê de Ética na Pesquisa da UNIGRANRIO limita-se aos aspectos éticos da pesquisa e não implicando em nenhuma hipótese, compromissos financeiros da parte da Universidade com o desenvolvimento das atividades do projeto ou com o pesquisador. A aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética pode ser uma exigência para posterior obtenção de recursos financeiros na UNIGRANRIO ou em agências de fomento.

Outros comentários: O valor refere-se ao custo mínimo com cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cópias do instrumento de coleta de dados e outros itens que impliquem em despesas com a pesquisa.

Assinatura do Pesquisador

TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO E CONFIDENCIALIDADE

Declaro que, ao ser facultado o acesso às informações sobre exames, observações de dados pessoais de indivíduo oriundos de documentos relativos a prontuários, resultados de exames clínicos e laboratoriais e demais instrumentos de natureza documental, pertencentes aos arquivos da SME/DC-CSOE, com a finalidade específica de coleta de informações para o desenvolvimento do protocolo de pesquisa intitulado “O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: **As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos de 2000 a 2016**”, de autoria de Osmeire Pinheiro de Matos e orientadora Jacqueline Cássia Lima Pinheiro, do curso de Mestrado – Humanidades, Culturas e Artes, será preservada a privacidade e a confidencialidade de tais documentos e dos seus sujeitos.

Declaro, também, que o procedimento proposto, na pesquisa assegura ao sujeito da pesquisa, proteção da sua imagem, impedindo o estigma e a utilização das informações em prejuízo de terceiros e da comunidade. Outrossim, todo o material será utilizado para os fins propostos no protocolo de pesquisa, preservando, ainda, a autoestima e o prestígio dos sujeitos da pesquisa.

Todo o referido é verdade.

Rio de Janeiro, 07/02/2017.

Osmeire Pinheiro de Matos



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP
 Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – PPGHCA
 Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e Artes

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perguntas para a entrevista da pesquisa:

Referem-se às questões norteadoras:

Objetivo específico:

- Descrever a função do supervisor educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ- período de 2000 a 2016.

Questão norteadora: Quais os serviços prestados pela coordenadoria de supervisão educacional da secretaria de educação de Duque de Caxias-RJ?

1. Descreva sua trajetória de vida:
2. Descreva sua trajetória na Supervisão:
3. Qual o tipo de trabalho realizado entre os anos de 2000 a 2016?
4. Como é o relacionamento entre a Supervisão e as escolas?

Objetivo específico:

- Relacionar os resultados obtidos pelas equipes escolares, consequentes dos procedimentos adotados pela supervisão educacional da secretaria municipal de educação de Duque de Caxias-RJ.

Questão norteadora: Quais os resultados obtidos após as formações realizadas pela supervisão educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ?

5. Como a Supervisão interfere no desenvolvimento dos profissionais da escola?
6. Há algum tipo de formação oferecido para os supervisores?
7. A Supervisão oferece algum tipo de formação para os profissionais da escola?
8. Em caso afirmativo, qual o público alvo das formações oferecidas pela CSOE?
9. Quais os resultados obtidos após as formações? Considera que há pontos positivos? Quais? E negativos? Quais?
10. Considerações pessoais sobre o trabalho do supervisor nas 3 gestões (Governo Zito, Washington Reis e Alexandre Cardoso), entre 2000 a 2016.

Osmeire Pinheiro de Matos - Pesquisadora

APÊNDICE F – Formulário – Observação participante



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO –
UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E

FORMULÁRIO DE OBSERVAÇÃO

Título da pesquisa: O MAPA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS: As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ nos anos de 2000 a 2016.

Objetivo Geral da pesquisa: Analisar até que ponto a função supervisora exerce influência no desempenho das equipes das escolas municipais de Duque de Caxias - RJ.

Pesquisadora: Osmeire Pinheiro de Matos.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Jacqueline Cássia Pinheiro Lima

Observação: realizada entre agosto a novembro de 2016.

Local: CSOE / **Horário:** Tarde

Objetivos Específicos	Aspectos a serem observados a partir dos objetivos propostos
<p>Descrever a função do Supervisor Educacional durante as últimas gestões municipais de Duque de Caxias-RJ- período de 2000 a 2016;</p>	<p>Observei que houve uma mudança radical na última gestão da SME/DC influenciando a gestão da CSOE e ação da Supervisão em campo. A comunicação entre os setores não acontecia com naturalidade. A CSOE estava sendo tratada como se fosse um setor desnecessário. Não havia comunicação direta entre a SSE e CSOE. As ações foram limitadas devido. Ex.: os Supervisores compareciam às escolas para assinar históricos escolares. O acompanhamento pedagógico era feito por outra Coordenadoria.</p>
<p>Relacionar os resultados obtidos pelas</p>	<p>O resultado da parte Administrativa é evidente porque é um trabalho já consolidado, iniciado em 1999. As escolas</p>

<p>equipes escolares, após as formações e intervenções adotadas pela Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.</p>	<p>respeitam muito o Supervisor, Administrativo e a parte documental da escola teve um grande salto após os encontros realizados, as assessorias feitas.</p> <p>Quanto ao trabalho pedagógico, apesar de as escolas respeitarem os Supervisores, esse trabalho não pôde ser realizado da maneira como deveria por causa da mudança ocorrida no setor. Lembrando que os envolvidos não foram convidados para refletir sobre a ação supervisora e o papel desse profissional na escola.</p>
--	---

Análise da observação realizada:

A CSOE é uma Coordenadoria na qual existem dois tipos de supervisões: uma administrativa e outra pedagógica. Esse trabalho se dá de forma integrada, mas ainda há desafios, como: os Supervisores Administrativos foram concursados para esse fim, e os Supervisores Pedagógicos foram concursados para atuar como Orientadores Pedagógicos e Educacionais, o que gera alguns conflitos na equipe, que acabam por atrapalhar o andamento do trabalho.

As formações se dão em nível administrativo, e há uma necessidade da Rede pelo maior acompanhamento na parte pedagógica. A CSOE não oferece esse tipo de formação. Também não oferece formação específica para os Supervisores, que precisam procurar por conta própria, com seus recursos, meios para atualização. Não há uma reflexão sobre a ação do Supervisor na escola, seu papel, tipo de abordagem adequada, de acordo com o contexto escolar, e isso faz com que a Coordenadoria não avance como poderia.

Ficou claro para mim como pesquisadora que não há um planejamento para a Supervisão. Esse planejamento se dá somente através da chefia imediata, que pode variar, como aconteceu, de acordo com suas crenças e valores, não levando em consideração o coletivo e a gestão democrática, tão falada na Rede Municipal de D.C.

APÊNDICE G – Transcrição da entrevista com a Supervisora Edméa Castro dos Santos Sotelho.

Meu nome é Edméa Castro dos Santos Sotelho, nasci em 25/03/1946, na Gamboa, lá onde agora está maior rebuliço com a renovação (refere-se à revitalização da Região Portuária); tive uma infância maravilhosa, apesar da idade de 71 anos e como todo mundo diz: - Ah! Que eu passei isso, que eu apanhei de palmatória, não sei o quê. Nada disso aconteceu comigo.

Sou de uma família pobre, porém decente, claro. Fui criada com muito amor, muito realismo das coisas. Primeiro que nasci no centro da cidade do Samba. Eu vim de lá, e então só podia dar essa Edméa que tem agora. Vim para Caxias aos 13 anos de idade.

Quando vim pra Caxias eu abracei o município, que amo muito e fui estudar no Colégio Santo Antonio. Formei-me como professora lá e tenho assim bastante amor por esse colégio. Sou muito feliz de ter estudado nessa escola porque foi lá que eu conheci e tive os melhores ensinamentos e formações. Na época não havia colégios municipais e estaduais. Só havia colégio particular, pelas irmãs franciscanas, e então a gente lá, de onde vim, do Rio, fui fazer ginásio e o normal.

A minha infância foi no Rio de Janeiro e na adolescência vim pra cá. Minha adolescência foi ótima. Meu pai era uma pessoa maravilhosa. Um homem que sabia das coisas. Ele ia comigo, me levava aos bailes e ainda levava minhas amigas, então, tudo que eu queria estava em minhas mãos. Não tive problema nenhum.

Casei-me muito tempo depois, porque como boa ariana que sou só pensava em ser gente na vida, em ser professora, ganhar dinheiro e viajar. E isso tudo eu fiz antes de casar. Viajei para muitos países. Eu devo conhecer mais ou menos uns 20 países. Mas fiz tudo antes de casar porque era o meu sonho dourado. Meu sonho era conhecer, conhecer, conhecer...

Falo três línguas: Francês, Inglês e Espanhol, agora tá meio difícil por causa da idade, além da nossa Língua Portuguesa. Me tornei professora por causa da minha primeira professora, que se chamava Helena. Foi minha professora de alfabetização, que já deve ter falecido, imagina! Se eu tenho 71 anos, imagina ela? Não é verdade? Então, essa professora era um doce com as crianças, maravilhosa, tinha um carinho muito grande com elas e eu fui tomando uma afeição pelo jeito dela, como ela fazia com as

crianças, e isso me deu uma grande motivação e sempre fiquei pensando. Meu Deus, acho que vou ser professora! Acho que vou ser professora! Aí quer dizer, vim para Caxias, fiz o ginásio no colégio de freiras e já tinha o curso normal, quer dizer, já era um caminho. Aí pensei, quer saber de uma coisa, é isso que vou fazer. Terminei o curso normal e logo ingressei na faculdade. Fiz logo Pedagogia também.

Atuei como professora. Fui professora da FEUDUC, no 3º grau da época, e foi assim uma experiência muito grande. Tive experiência com crianças pequenas, com o antigo curso primário, em que eu fui dando todas as disciplinas; com o ginásio, fui professora do Aquino de Araújo, um dos colégios mais antigos daqui de Duque de Caxias. Fui professora, ouçam bem! Professora de Educação Moral e Cívica, no tempo em que houve problemas sérios, até no 15º Batalhão de Duque de Caxias eu fui parar porque as nossas aulas eram vigiadas, “tinha olho”, para ver o que você falaria, qual era a interpretação que você dava que poderia levar os alunos a um pensamento... Mas foi assim uma experiência maravilhosa (Época da Ditadura Militar).

Já trabalhei com o Supletivo, com o Curso Normal. Quando eu era professora, quando ainda se chamava Grupo São Bento, aqui no Sarapuí, em Duque de Caxias, eu estava formada recente em Pedagogia. Fui uma das primeiras a me formar em Pedagogia aqui no município, acredito eu.

Trabalhei de 1965 no Grupo Escolar São Bento como professora primária e em 1971, logo assim no início do ano fui convidada a ir ao que se chamava de CRECT ou NEC. Não sei qual veio primeiro. E então, nem era isso e nem era aquilo, era DEMS – Departamento de Ensino Médio e Superior. Fui convidada pela professora Olga Teixeira de Oliveira, que foi minha primeira professora e na época era quem estava encarregada de ver essa Supervisão do Estado do Rio de Janeiro; isso foi em 1971.

Fiquei até 1991 como Supervisora do Estado do Rio de Janeiro (Inspetora Estadual). Nesse ínterim em 1974 eu vim para a prefeitura para ser professora de Moral e Cívica no Colégio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo. E aí ficamos lá e tivemos uma experiência excelente que foi trabalhar com o Supletivo, com pessoas que já trabalhavam que chegavam mais tarde. Então, foi quando em 1974 eu tive a oportunidade de ser professora de Moral e Cívica e fiquei dois anos dando aula; depois fui convidada a implantar um serviço de Moral e Civismo da escola. Foi assim também uma experiência maravilhosa.

Trabalhávamos com a professora Josete, eu também era uma pessoa assim muito encantada com a Educação, pessoa que abriu portas para que outros professores pudessem mostrar seu trabalho realmente e então nós ficamos ali de 1974 a 1978; quatro anos ficamos lá no Aquino e então fui convidada para implementar a Orientação Educacional na antiga escola Municipal Castelo Branco, onde Dona Olga trabalhava. Implementamos a Orientação Educacional, porque na minha especialização de Pedagogia eu escolhi Orientadora Educacional e Inspetora Escolar, porque na época era assim. Orientadora Educacional/ Inspeção Escolar e aí foi também maravilhoso porque as experiências foram se avolumando, crescendo e aí o que aconteceu. Em 1978, no Castelo Branco, fizemos um trabalho excelente, implantamos o trabalho com parcerias entre o SENAC e SENAI. Em 1989 praticamente eu vim para a Supervisão saindo em 2006 para compor o grupo de Supervisores que faziam a implementação do Serviço de Inspeção Escolar em Duque de Caxias, permanecendo até 2011, quando me aposentei.

Olha, os primeiros quatro anos do governo Zito foram maravilhosos porque ele deu uma cara nova para Duque de Caxias. Duque de Caxias era muito esquecida. Ninguém lembrava desta cidade, o pessoal só queria pichação; com a vinda de Zito a cidade tomou outro vulto, porque as ruas foram calçadas, as ruas foram iluminadas e realmente teve um avanço bem grande. Dentro da Secretaria Municipal de Educação, também, claro que as coisas mudaram. A gente tinha muitas formações, como: Jornadas, Seminários, Cursos, então muita coisa aconteceu, foi fantástico.

Em relação ao trabalho específico da Supervisão, nós tínhamos uma chefia, Alda Maria de Carvalho, que contribuiu para que houvesse um crescimento muito grande, porque a professora Alda era uma pessoa de um dinamismo muito grande e uma pessoa muito estudiosa e a nós querendo fazer muitas coisas; fizemos um trabalho com as escolas chamadas de difícil acesso e aí foram reuniões maravilhosas. Cada grupo se incumbia, em cada escola então você visitava. Cada reunião era feita numa escola, então você ia sentir as necessidades das escolas e as carências realmente que as escolas tinham. Então foi assim um trabalho fantástico.

Depois surgiu o governo de Washington Reis; aí, cada governo tem um pensamento, cada governo acha que vai desenvolver um trabalho em educação que vai completar o outro, coisas assim parecidas. E nós continuamos a realizar um bom trabalho, mas houve muitas mudanças, porque primeiro, a chefia muda, e aí eu não sei se já foi a professora Maria Celeste, no Governo de Washington Reis, depois veio a

professora Venécia. Veio a Alda, no governo do Zito, depois veio a professora Maria Celeste, e depois a professora Venécia. Foi assim um trabalho muito bom porque cada um no governo, pela dimensão a que o governo se propõe, na Secretaria cada um quer dar o melhor de si; também teve trabalhos pedagógicos, cadernos pedagógicos. Inclusive eu trouxe um material, não sei se você já tem, mas se você não tem eu vou te dar (PNE da época). Acho que você tem, mas eu fui dando muitas coisas que me pediram e você se aposenta e vai cedendo para quem está na ativa, que quer levar um trabalho a sério, ou quer aproveitar alguma coisa e aí a gente foi trabalhando.

Depois vieram muitas coisas porque aí eu realmente não peguei o governo do Alexandre Cardoso porque me aposentei em setembro de 2011. Eu sei que com a mudança do nosso prefeito, eu já não peguei, mas eu acompanho porque tenho amigas. Particpei da divisão entre a Supervisão e Inspeção. Aí em 2006 a Supervisão se desvencilhou. Ela voltou ao que era antes. A minha especialização de antes, bem, antes Inspeção Escolar; tanto é que algumas meninas foram fazer o curso de Inspeção Escolar e eu já era Inspetora. No meu diploma veio Pedagogia especialização Inspeção Escolar e Orientação Educacional, então eu estava tranquila porque eu já tinha tido uma experiência bastante grande, que veio do estado do Rio de Janeiro e aí nos demos muito bem. Foi o início da Inspeção Escolar da SME/DC.

Engraçado que somente fomos às escolas particulares de Educação Infantil, porque no nosso trabalho, quando éramos da Inspeção, já anos atrás, o inspetor via tudo, ele via a escola Municipal, Estadual e Particular. Aí a Supervisão que já havia na SME – Secretaria Municipal de Educação, que ia aos colégios, Luciana Arêas, Maria Batista, essas pessoas foram anteriores a mim, mas eu as conheci porque elas não tinham autonomia para assinar documento algum na escola e então éramos nós que íamos também à escola da prefeitura para assinar.

A supervisão da SME acompanhava a escola, mas não podia assinar documentos. Elas iam, faziam também um trabalho fantástico, porque a gente naquela época no Estado assinávamos toda a documentação escolar: atas de resultados finais, atas escolares, tudo era feito pela Supervisão e pelo Inspetor Estadual na época.

Eu fui a Supervisora mais antiga da Rede, porque quando elas eram supervisoras daqui eu era da Orientação Educacional, mas a gente tinha bastante entrosamento porque a Orientação Educacional funcionava no mesmo espaço. E até fazíamos visitas juntas porque tinha um carro que levava a gente e ia todo mundo, porque às vezes tinha

um problema pedagógico, familiar, educacional de um modo geral e aí a gente fazia um trabalho duplo e era muito rendoso. A gente trabalhava muito junto, Maria Batista, a minha amiga Luciana mesmo, a Marluce e muita gente.

Elas foram anteriores a mim porque nesse caso, elas eram da Supervisão, e eu era Orientadora Educacional e então pelo trabalho que a Supervisão dizia a gente procurava mexer no ponto em que vinha o emocional da criança, que era o OE que via. Aí, depois eu saí da Orientação e em 1989 fui para Supervisão mesmo. Saí da Orientação Educacional e fui para a Supervisão. E para mim foi bom porque eu já tinha esses dados todos, como OE e então era uma Supervisora Orientadora, era bem mais fácil prático.

Entrevista realizada pela pesquisadora em 2017.

APÊNDICE H – Transcrição da entrevista com a Prof.^a Ilza Luíza de Souza.

No dia 22/07/2017, às 14h29, na casa da professora Ilza, estivemos presentes: Osmeire, Luciana Arêas (pessoa que agendou a entrevista) e os representantes do Centro de Memórias de Duque de Caxias.

Professora Ilza nasceu em 1961, sua mãe teve 16 filhos, ficando somente quatro mulheres. Nasceu em Duque de Caxias, na Vila São Luiz, em 19/09/1936. Conta que sempre morou neste endereço e que os pais viviam para trabalhar. Lembrou muito de Tenório Cavalcante, figura temida no município, mas que ela tinha outra visão dele. Era para ela uma pessoa maravilhosa. Lembrou também de algumas famílias Duquecaxienses, como a família Combat e a família Freitas.

Antes mesmo de ser professora já atuava como tal. Trabalhou em algumas escolas como: Ana Maria Gomes, EM Darcy Vargas (construída na casa de Diná). Lembrou que com 15 anos, véspera de seu aniversário dava aula para 80 crianças, quando o Sr. Adolfo Davi e o Sr. Pio foram à escola esperar pelo seu pai (eles eram fiscais). Enquanto esperavam, assistiam a aula que ministrava e gostaram. O Sr. Davi pediu que procurasse, na PMDC, a professora Amélia Ramoura, chefe da Inspeção Municipal, que a contratou como professora e continuou lecionando no mesmo lugar que estava, com as mesmas crianças. O Sr. Enio fez o contrato, e os exames foram feitos com o Sr. José Dias, que deu o aval.

A sua matrícula na PMDC tem o nº 205 de 14/09/1951. Ao receber o primeiro pagamento lembra que comprou um vestido amarelinho e uma congá (anterior ao tênis). Comprou coisas para os irmãos e um livro (não se lembrou do nome) e um livro didático para melhorar as aulas. Comprou coisas para os alunos e Sra. Amélia mandou mais material para as crianças. Quando as crianças aprendiam a ler eram transferidas para o Colégio Dr. Alfredo Backer, com Dona Marta Rossi.

Em 1952 veio morar em Duque de Caxias e trabalhar no Bananal. Iniciou na casa de Dona Antônia e Sr. Domingos. Na escola trabalhava ela e Diná, o dia todo, por três anos. Quando abriu o ginásio Ana Maria Gomes, fez então o 1º Ginásio. Foi transferida para trabalhar no Alberto Torres, que era considerado colégio de elite. Nesse período, Sr. Lima, candidato a vereador requereu o 2º turno para que ele pudesse fundar o Ginásio. A escola passou a funcionar pela manhã com primário e à tarde com ginásio. Ilza foi matrícula nº 01. No primeiro ano só tinha uma aluna, que se chamava Zita. Ilza foi da segunda turma. Terminou o Ginásio. Dona Olga e Sr. Cozollino foram seus professores. Dona Olga era considerada por ela como “fazedora de cabeça”, ministrava Língua portuguesa, e White Abraão lecionava História e lhe dava livros para ler, assim foi inserida na vida política. Na primeira reunião que participou do partido comunista levou os livros. Essa professora a levava para ouvir os intelectuais de Duque de Caxias, como Barbosa Leite, Menezes, Solano Trindade, dentre outros.

Sr. Lima tirou depois de algum tempo a escola Alberto Torres, que atendia ao primário, deixando apenas a escola de Ginásio Aquino de Araújo. Na época a diretora

do primário era Sra. Ruth Cavalcante e no ginásio o Sr. Álvaro, mas que na sua opinião era guiado por Dona Olga.

Sua vida era estudar à tarde e trabalhar pela manhã. Em 1961 foi fazer o Curso Normal no Colégio Santo Antônio. Terminou aos 25 anos, mas já era professora há 10 anos. Lembra que tirava zero em religião porque não assistia as missas na Paróquia Santo Antônio e que ficava sempre em último lugar da turma por isso, mas não reprovava a religião. Estudava com bolsa e quando atrasava, ela era retirada de sala de aula.

Para estudar ela precisava da assinatura de três pessoas que atestassem sua idoneidade psicológica e social. Escolhia D. Olga, Valdir e outra pessoa que não se recordou do nome no momento.

Lembra que na época, entre 06/09/1952 e 31/01/1955, tendo como gestor o Sr. Braulino, acontece a primeira greve de funcionários da PMDC, pois os salários estavam atrasados há 9 meses. Desde então passou a ser temida pelas pessoas por causa da greve (liderada pelos professores).

Foi gerente de Assuntos Educacionais. Quando fez concurso foi 1º lugar, indo trabalhar no Departamento de Ensino dos Sindicatos, onde White era diretor.

Com a abertura da Reeduc, os funcionários tiveram a oportunidade de ser alfabetizados, através de uma parceria com a escola do Departamento de Ensino dos Sindicatos. Eram pessoas analfabetas, mas politizadas. Recebiam o jornal “A Voz Operária”.

Passou a trabalhar pela manhã na PMDC e à noite no Sindicato, e à tarde fazia pré-vestibular de História na UFF. Vivia para a política e para o professorado. Trabalhou até 1964 no Sindicato, quando foi presa pela Ditadura. Quando voltou, foi procurar a professora Regina Tescaro e recebeu um atestado médico de 90 dias. No Estado foi procurar a professora Maria José, que procurou a Sra. Natividade para resolver o problema do trabalho. Foi solicitado a ela que fizesse então o Censo Escolar, a pedido da chefe da Inspeção de Ensino. Iam de casa em casa, foi então que surgiu o “Mapa Estatístico”, em 1965, como resultado do Censo Escolar. Todas as professoras que trabalhavam com ela eram do estado e da PMDC.

Ao chegar um dia no trabalho, foi perguntado a ela se gostaria de fazer um curso do MEC, que aconteceria em BH, com tudo pago (PABAAE). Não pestanejou. Na verdade, o curso aconteceu na Fazenda do Rosário, com Helena Antipof, que era aluna de Clapariède. Muitas coisas interessantes aconteceram durante esse curso. A começar que chegaram uma semana antes, na cidade errada e sem dinheiro, mas foram acolhidas e encaminhadas para o local correto. Após o dia de curso, uma aluna sempre fazia a leitura do seu diário. Cada aluno do curso fazia a leitura de seu diário. Ficaram dois anos no curso (1965 e 1966). Só podiam vir para casa uma vez por mês. O curso foi um ano direto e outro ano trabalhando, para colocar em prática o que havia aprendido. Na época 50 pessoas se formaram no curso de supervisão, e passaram a visitar escolas.

Ia nas escolas a pé, professora Maria José fazia a parte da merenda e os 04 iam nas escolas – criaram um formulário, que era enviado para BH, que fazia parte do estágio. Quando o curso acabou, melhoraram o documento para que fosse preenchido pelas escolas. Ilza era responsável pelo 4º Distrito. As escolas mais antigas lembra que são a EM Presidente Vargas, Madre Aurora, Sergipe (que agora é municipalizada), Santo Agostinho (que não era a mesma de agora) e Aila Saldanha.

Fazia faculdade de História, foi dona de escola e fazia Pedagogia por necessidade de trabalho. A SME era muito pequena. As supervisoras iam à SME uma vez por semana. Não havia orientação para as escolas, e usavam aquela cartilha chamada “Cartilha Moderna”. Enfim, tem três faculdades: História, Pedagogia e Direito. Foi diretora da EM Cidade dos Meninos entre 1967/1968, mas continuou com as visitas. Depois voltou à supervisão do estado. Criou juntamente com Dalva Lazaroni e Stélio o CMCA.

Entrevista cedida à pesquisadora em 2017.

APÊNDICE I – Transcrição da entrevista com a Prof.^a Marluce Gomes da Silva.

No dia 12/07/2017 às 14 horas, na Unigranrio, a professora Marluce concedeu entrevista para a pesquisadora Osmeire. Esteve presente também a professora Luciana Arêas.

Nasceu em Recife /PE, veio para Duque de Caxias já alfabetizada, para a escola municipal. Sempre morou em Duque de Caxias, mas hoje mora em Copacabana; mas para falar a verdade, se precisar sair de lá, só tem um lugar para ficar: “Duque de Caxias”, afirma ela. Sempre teve um apartamento na Zona Sul, como as amigas tinham. Só ia aos finais de semana. Ao se aposentar achou que ficaria lá de vez. Reside na Zona Sul, mas não gosta.

Estudou na Escola Municipal Rio Solimões, na Rua Nina Rodrigues, Mangueirinha. Depois, com o sistema de bolsas de Estudos, que existe até hoje, em que os alunos da escola pública tinham o direito de estudar em escolas particulares. Hoje sabe que tipo de bolsa é essa, mas naquele tempo não sabia. Naquele tempo, chamávamos de Bolsa da Prefeitura, como é ainda hoje, diz ela.

A primeira formação não foi o curso Normal. Sabe aquela história de que a pessoa nascia para ser professora, tinha carinho de professora? Não! Eu não queria ser professora! Minha família não queria professora! Minha mãe era empregada doméstica e só queria o melhor para seus filhos e, jamais, naquela época. Afirma com precisão! Ela gostaria que suas filhas fossem professoras. Porque naquela época ela sabia que professora ganhava pouco e ainda casava com homem que não trabalhava. E achava que professora sustentava marido, isso há 50 anos! Então sua primeira formação é Contabilidade.

Fez Contabilidade, tem carteirinha dos Contadores. Foram muitos anos como contadora e ganhava muito bem. Até que muitos de seus amigos eram professores, gozavam de 3 meses de férias por ano. Ela disse invejar as férias de seus amigos, porque enquanto eles tinham três meses de férias, era a época em que ela mais trabalhava, por conta dos balanços das empresas (Imposto de Renda – Físico e Jurídico). Trabalhava em um escritório, eis que pensou em ser professora também. Então foi fazer formação de professores no Colégio Cruzeiro do Sul, na Laureano. Poderia ter entrado no 2ºano, pois já tinha outro curso, mas quis começar no 1º, para fazer bem feito. A história da professora Marluce, como ela disse, é diferente das outras entrevistas, pois não estudou no Colégio Santo Antônio nem no IEGRS, não fez Pedagogia, nada disso, nessa época que todo mundo fez. Trabalhava e estudava.

Conheceu várias pessoas na época do curso, e todas já trabalhavam na PMDC, todas eram suas amigas. Eram professoras leigas e bem senhoras. Ela disse ser uma das mais jovens na turma. Participava de vários grupos, até que ficou muito ligada à professora Maria Auxiliadora Viana e Silva, que assumiria a SME no governo Hydekel.

Ela já era diretora (EM Carlota Machado), naquela época e fazia Normal com Marluce. Através dela começou a ter acesso à Prefeitura, aí havia Josefina, Bernadete e outras de que não lembrou os nomes, todas bem senhoras. Com essa amizade, a professora Maria Auxiliadora a convidou para ser professora. Disse – “Você não quer ser professora?” Aí começou sua vida como professora, não tinha nada no sangue para ser professora, disse ela. Disse ter o “sangue virgem”, podia ser qualquer coisa que quisesse. Nunca brincou de escolinha. Nunca pensou em ser professora. Quando o convite foi feito pensou na questão salarial. Já pensava em dinheiro naquela época, pois nunca ganharia o que ganhava no escritório como professora.

Na época foi apresentada à professora Hilda do Carmo Siqueira, que era irmã do Dr. Moacyr do Carmo. Tinha um diploma de datilógrafa e era exímia datilógrafa. Então, a professora Maria Auxiliadora perguntou à professora Hilda do Carmo se a professora Marluce não poderia entrar na SME. Foi contratada, em 1971, como professora primária para atuar no Departamento de Educação e Cultura. Começa então sua história funcional na Rede de Duque de Caxias.

Se tornou datilógrafa de um grupo que tinha nome e sobrenome. De um ambiente que não tinha nada a ver com sua história. Ficava quieta só datilografando. Sem falar, sem comentar nada. Datilografava sugestões pedagógicas, que naquela época era obrigação. Tinham outras professoras, como Angélica Terezinha, Edna (Supervisão), Elian (Ciências), dentre outros, que escreviam, manuscrito, para que ela datilografasse para os professores da Rede Municipal. Esse grupo, que pesquisava, escrevia, era o mesmo grupo que orientava às escolas quanto à aplicação das sugestões. Então, tendo de datilografar todo aquele material, e estando na sala, teve contato com informações diferentes.

Essas pessoas, segundo a Prof.^a Marluce, eram pessoas arrogantes, e quando ela não entendia a letra e perguntava, elas respondiam com arrogância. Eram pessoas prepotentes por trabalhar ali. Elas a consideravam apenas uma datilógrafa. A Elian era a mais arrogante de todas para este fim. Com isso aprendeu muito, porque para datilografar tinha de ler, certo? Lia, aprendia e aplicava onde estava terminando o curso Normal (já estava no 3º ano), mas continuava na Secretaria. Tinha afinidades com algumas pessoas como: Luciana Arêas, Angélica, Graziela, Denise. Com esse trio, Luciana, Angélica e Denise, existia o que para ela não existe hoje, apesar de não se considerar saudosista. Elas estavam sempre prontas a ajudar, mostravam os concursos que apareciam, atividades pedagógicas para que a ajudasse no seu curso. Graziela, por exemplo, a ensinava a dar aula. Observava muito a Graziela, Luciana e Eralina, que eram supervisoras.

A Supervisora Eralina queria vê-la como Supervisora. A professora Marluce fazia algumas visitas com as Supervisoras para ver como era o trabalho de campo. Na época surgiram alguns concursos, mas o dinheiro era pouco, ou pagava as taxas dos vestibulares ou as taxas dos concursos. Alguém comentou com D. Naíde, que fazia curso de preparatório, que Marluce não tinha dinheiro para pagar o curso, mas podia trocar trabalho. Então, aos sábados, ia para a Secretaria para datilografar as apostilas do curso da D. Naíde. O funcionário chamado Valdomiro abria a SME para que ela

pudesse trabalhar, datilografando as aulas da Dona Naíde e os boletins, apostilas. Fez o cursinho, passou no concurso do Estado e foi trabalhar em 1971.

Diz que sua história começou de trás para frente, diferente das outras pessoas. Todos começam a trabalhar na escola e depois vão para a SME, ela começou na SME para depois ir para a escola. Entrou do administrativo para o Pedagógico. Não foi do Pedagógico para o Administrativo.

Sentiu necessidade de se aprimorar porque já atuava como orientada pedagógica nas Redes Estadual e Municipal. Houve um período de 8 meses que saiu da PMDC, porque o pagamento estava atrasado. Então, sua amiga Denise a convidou para trabalhar com ela numa revista. E como não trabalha por amor, porque se quisesse trabalhar por amor, faria caridade, disse ela. Pode trabalhar com amor e não por amor. Nesse tempo fazia Letras no Colégio Pedro II juntamente com sua amiga Denise. Ao chegar às provas bimestrais precisou sair do trabalho porque o horário não era compatível. Já havia engarramento na época. Trabalhava na Editora BLOCK, Revista Amiga. Ficou com depressão por ter de largar o emprego. Continuava a trabalhar no Estado.

Pediu à Denise que a mandasse embora da Revista e D. Hilda mais tarde regularizou sua vida funcional. Enfim, retornou à PMDC. Em 1979 concluiu o curso de Complementação Pedagógica e em 1989 a Especialização. Em 1991 fez outra especialização (UFF), sempre procurando de aprimorar. Fazia vários cursos, participava de vários seminários, congressos dentre outras formas de atualização. Conferia palestra na PMDC sobre a importância da leitura. As professoras Myriam Medeiros e Gelma, já aposentadas, implantaram o serviço de Sala de Leitura na PMDC. O MEC sempre oferecia cursos e ela sempre participava, junto com suas amigas.

Depois assumiu a direção da escola. Se aposentou e em 1992 fez concurso para Professor Especialista, passando a atuar como Orientadora Pedagógica. Depois atuou como chefe do EIJ; na prefeitura, disse ela, só não “matou e nem roubou”, mas já atuou em várias funções.

Em 2013 foi indicada pelo reitor da UNIGRANRIO para assumir a pasta da Educação em Duque de Caxias. O prefeito Alexandre Cardoso ligou para ela e informou sobre a crise prevista para os próximos anos e que a SME precisava ser enxugada. Trabalhou, tentando fazer Educação, mas não conseguiu. Não quis se indispor com a categoria. Não conseguia fazer o jogo político. Foi nomeada em 02/01/2013, através da Portaria 049/GP/2013, pedindo exoneração a contar em 30/06/2014.

Para ela, lugar de professor e de Orientador era na escola. O formato de Orientação Pedagógica da Rede Municipal de Duque de Caxias é o formato de Supervisão, por isso não concordava com um grande quantitativo de Supervisores para atuar na escola, que já contava com Especialistas. O Supervisor da rede, para ela, é como se fosse um inimigo da escola. Estava para apontar erros. As Divisões existentes na SME minimizavam o trabalho da Supervisão. Ex.: EI, EE, EJA. A Supervisão para ela ficou desacreditada por causa de pessoas que não atuavam da maneira correta.

Entrevista cedida em 2017.

É um espaço de pesquisa, memória e história, pioneiro no município de Duque de Caxias, que se propõe a oportunizar a produção e a divulgação de pesquisas, acerca da educação. Busca, ainda, contribuir com a formação docente, o arquivamento e tratamento de documentos sobre a educação do município e da Baixada Fluminense e, igualmente, com a educação patrimonial.

Os profissionais da educação iniciam a escrita de uma história...

A recente história do CENTRO DE PESQUISA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIADA FLUMINENSE (CEPEMHEd) começa a ser escrita pelos profissionais da educação da rede pública municipal de Duque de Caxias, RJ, quando estes incluem, nas negociações da data-base de 2004, a proposta de criação de um espaço público para garantir a preservação e a guarda das fontes e patrimônios que referenciam a memória e a história da Educação do município.

A institucionalização do CEPEMHEd é formalizada através do Decreto nº 4.805, de 23 de dezembro de 2005. No final de 2006, é dado início às suas atividades, gerido por um Conselho Deliberativo constituído por entes governamentais e da sociedade civil. É administrado por uma Diretoria Executiva, formada por professores da rede pública municipal e/ou estadual, cedidos, sem cargo, comissionado. Em dezembro de 2008, é sancionada a Lei nº 2.223, substituindo o Decreto de criação e regulamentando seu funcionamento.

Conselho Deliberativo:

Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cultura; Coordenadoria Regional da Região Metropolitana V; Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação/Núcleo D. Caxias – SEPE/Caxias; Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UFERJ – FER/FUERJ; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FEUDUC; Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UGRG; UNICRIO, Associação dos Amigos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – AAGIB; Federação Municipal das Associações de Mercearias de Duque de Caxias – MUB; Escola Dr. Avvaro Alberto; Instituto Central do Povoinfmas.

Preservar o patrimônio e as memórias da educação. Guarde essa ideia!

Curso ESCOLA, LUGAR DE MEMÓRIA, PESQUISA E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Este curso anual visa a reflexão e a vivência de experiências em educação patrimonial, com ênfase na escola como patrimônio e lugar de memória. Aprofundando temas como Memória, História Oral, Patrimônio, Fotografia, Arquivo Escolar, Conservação de



2012 Oficina de Conservação Preventiva de Arquivo do Curso de Educação Patrimonial.

Acervo, dentre outros, o curso se propõe a potencializar a participação dos profissionais da educação e demais interessados como pesquisadores e mediadores junto à comunidade escolar e não escolar.

Projeto NÚCLEO DE MEMÓRIA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS



2014, Girana Comemorativa dos 52 Anos da Escola Municipal Vila Operária.

Consiste em incentivar e assessorar a comunidade escolar na pesquisa da história da respectiva instituição e na organização de seu espaço de guarda de documentos e de exposição, assim, as valorizando, as memórias dos sujeitos escolares, da instituição e da comunidade do seu entorno.

Projeto LETURAS DA EDUCAÇÃO. ANDANÇAS PARA VER E LER O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO DE DUQUE DE CAXIAS



2014, Andanças, Escola Dr. Avvaro Alberto.

Durante as "Andanças", fazemos o percurso histórico-educativo por algumas instituições escolares do município de Duque de Caxias, possibilitando o conhecimento de suas histórias de fundação, memórias, culturas e práticas escolares, permeadas pelas experiências individuais e coletivas vividas pelos sujeitos nesses encontros.

Projeto PALIMPSESTO. REESCRITA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO



2013, Palimpsesto no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira.

Visitações mediadas aos espaços museais da Escola Dr. Avvaro Alberto (antiga Escola Regional de Memti) e do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, apresentando suas histórias, memórias, culturas e práticas escolares, permeadas pelo contexto da educação local e nacional entre as décadas de 1920 e 1970.

Projeto REMEMORAR PARA CRESCER



Trabalhamos a memória com os pequenos em oficinas lúdicas com os alunos do 1º segmento do ensino fundamental das escolas do entorno da sede do CEPEMHEd, iniciamos com uma expedição pelo percurso do Museu Vivo do São Bento, a fim de promover o reconhecimento dos patrimônios históricos e da história do bairro São Bento. Ao chegar na sede, a escola ganha centralidade como patrimônio histórico-educativo, a partir da contação de histórias e trabalhos com texto, nos quais os participantes retratam suas memórias escolares.

2011, Oficina de memórias com as crianças.

APÊNDICE L – Foto da professora Fátima David e do professor White Abraão



Entrevista cedida em 2017. Arquivo Pessoal, 2017.